

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARIA CLARA ANDRADE BUENO**

**OS AVANÇOS E RETROCESSOS DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NOS  
GOVERNOS LULA (2003-10) E BOLSONARO (2019-22)**

**Santana do Livramento**

**2022**

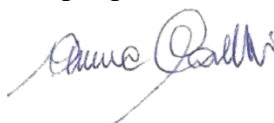
**MARIA CLARA ANDRADE BUENO**

**OS AVANÇOS E RETROCESSOS DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NOS  
GOVERNOS LULA (2003-10) E BOLSONARO (2019-22)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Federal do Pampa como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Anna Carletti

Apto para a defesa



**Santana do Livramento**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

B928a Bueno, Maria Clara Andrade

Os avanços e retrocessos das relações sino-brasileiras nos governos Lula (2003-10) e Bolsonaro (2019-22) / Maria Clara Andrade Bueno.

117 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2022.

"Orientação: Anna Carletti".

1. Brasil-China. 2. Política externa brasileira. 3. Cooperação Sul-Sul. 4. Lula. 5. Bolsonaro. I. Título.

**MARIA CLARA ANDRADE BUENO**

**OS AVANÇOS E RETROCESSOS DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NOS  
GOVERNOS LULA (2003-10) E BOLSONARO (2019-22)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Federal do Pampa como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 20 de janeiro de 2023

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Anna Carletti

Orientadora  
(UNIPAMPA)

---

Profa. Dra. Kamilla Raquel Rizzi

(UNIPAMPA)

---

Profa. Dra. Nathaly Xavier Schutz

(UNIPAMPA)

*Para José.*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio incondicional que me foi dado nestes cinco anos de graduação, e em todos os anos antes destes. Obrigada por tanto, jamais fui merecedora de tamanha sorte por tê-los como família. Sou extremamente grata por ter tantas coisas pelas quais eu posso ser grata.

À minha avó, por, mesmo longe, ter-se feito presente em todos os momentos cruciais da minha vida, inclusive no desenvolvimento desta pesquisa. Minhas vitórias também são suas.

À minha orientadora, Profa. Dra. Anna Carletti, pela confiança depositada em mim desde o início do curso. Por ser um exemplo, não só de profissional, mas de ser humano. Tenho a plena certeza de que todas as pessoas que já passaram pela UNIPAMPA te têm em grande estima.

A todos os docentes de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, por me proporcionarem uma visão crítica e abrangente do mundo, mesmo com todos os desafios e obstáculos de se fazer pesquisa no Brasil.

Aos meus amigos de Londrina, Austin e Santana do Livramento. Em especial, agradeço à Vitória, Roberto, Tara, Nicolý e Maria Virgínia, que, independentemente de onde estejam, sempre tornam meus dias mais leves.

Por fim, agradeço à UNIPAMPA e seus servidores, por propiciarem o acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Ainda, por todas as experiências, aprendizados e oportunidades que estudar em uma universidade federal de excelência me possibilitaram.

*Se um dia, já homem feito e realizado, sentires que a terra cede  
a teus pés, que tuas obras desmoronam, que não há ninguém a  
tua volta para te estender a mão, esquece a tua maturidade,  
passa pela tua mocidade, volta à tua infância e balbúcia, entre  
lágrimas e esperanças, as últimas palavras que sempre te  
restarão na alma: minha mãe, meu pai.*

Rui Barbosa

## RESUMO

Desde o reconhecimento da República Popular da China (RPC) pelo Brasil, em 1974, as relações entre os dois maiores países em desenvolvimento de seus respectivos continentes foram continuamente frisadas por tentativas de aproximação e momentos de recuo, a serem reforçados por desafios e condicionantes domésticos e internacionais. Nesse sentido, a presente pesquisa versa sobre o desenvolvimento da parceria sino-brasileira no primeiro quartel do século XXI, dando enfoque particular às relações político-diplomáticas e econômico-comerciais nas gestões Lula da Silva (2003-10) e Bolsonaro (2019-22). Com o intuito de elucidar de que maneira as alternâncias internas de poder influenciaram tais relações, tomou-se como hipótese preliminar o argumento de que as alterações de governo no Brasil exerceram um impacto direto em seus laços com o dragão chinês, uma vez que as mudanças ideológicas ressaltadas nas administrações Lula e Bolsonaro resultaram na definição de objetivos distintos a serem perseguidos pelo país na arena internacional, ao menos em um primeiro momento. Na tentativa de corroborar esta hipótese, partiu-se de uma abordagem histórica e quali-quantitativa, de caráter explicativo, método hipotético-dedutivo e natureza aplicada. Ainda, o estudo foi embasado pela teoria dos Jogos de Dois Níveis e pela conceituação de noções como Política Externa e Diplomacia. A partir da análise de levantamentos bibliográficos e de produção acadêmica, documentos oficiais, discursos, dados estatísticos, tuítes e reportagens jornalísticas, a hipótese proposta foi confirmada ao final do trabalho, uma vez que foram observadas orientações ideológicas opostas com a ascensão de Lula e Bolsonaro. Nesse sentido, enquanto o primeiro perseguiu uma diplomacia universalista e terceiro-mundista, o segundo tentou empreender uma política exterior anti-globalista e americanista, pulverizada por grupos de interesse domésticos.

**Palavras-Chave:** Brasil-China; Política Externa Brasileira; Cooperação Sul-Sul; Lula; Bolsonaro.



## ABSTRACT

Since the recognition of the People's Republic of China (PRC) by Brazil in 1974, relations between the two largest developing countries on their respective continents have been continuously underlined by attempts of approach and moments of retreat, reinforced by domestic and international challenges and constraints. In this sense, this research aims at the development of the Sino-Brazilian partnership in the first quarter of the 21st century, with particular focus on political-diplomatic and economic-commercial relations in the Lula da Silva (2003-10) and Bolsonaro (2019-22) administrations. In order to elucidate how the internal alternations of power influenced such relations, the preliminary hypothesis was that the government changes in Brazil had a direct impact on its ties with the Chinese dragon, since the ideology changes highlighted in the Lula and Bolsonaro governments resulted in the definition of different goals to be pursued by the country in the international arena, at least in a first moment. In an attempt to corroborate this hypothesis, a historical and qualitative approach was used, as well as an explanatory scope, a hypothetical-deductive method, and an applied nature. Furthermore, the study was based on the Two-Level Game theory and the conceptualization of notions such as Foreign Policy and Diplomacy. Based on the analysis of bibliographic surveys and academic production, official documents, speeches, statistical data, tweets, and journalistic reports, the proposed hypothesis was confirmed at the end of the research, since opposing ideological orientations were observed with the rise of Lula and Bolsonaro. In this sense, while the first pursued a universalist and Third World-oriented diplomacy, the latter tried to undertake an anti-globalist and Americanist foreign policy, pulverized by domestic interest groups.

**Key Words:** Brazil-China; Brazilian Foreign Policy; South-South Cooperation; Lula; Bolsonaro.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Exportações brasileiras para a China por valor agregado (em milhões USD) (2003-10) .....	72
Gráfico 2 – Principais destinos das exportações brasileiras (2020) .....	91

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média de crescimento do PIB chinês (1960-2020).....	31
Tabela 2 – Intercâmbio comercial Brasil-China (em milhões USD) (1985-91).....	34
Tabela 3 – Intercâmbio comercial Brasil-China (em milhões USD) (1990-94).....	43
Tabela 4 – Intercâmbio comercial Brasil-China (em milhões USD) (1995-02).....	49
Tabela 5 – Crescimento do consumo mundial de <i>commodities</i> (2002-07) e aumento dos preços no mesmo período.....	65
Tabela 6 – Comércio bilateral do Brasil com a China (em milhões USD) (2003-10).....	68
Tabela 7 – Intercâmbio comercial Brasil-China (em milhões USD) (2019-22).....	92
Tabela 8 – Principais produtos exportados no comércio bilateral Brasil-China (2021).....	93

## LISTA DE SIGLAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
APE – Análise de Política Externa  
APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos  
APN – Assembleia Popular da China  
BASIC – Brasil, África do Sul, Índia e China  
BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China  
CBERS – China-Brazil Earth Resource Satellite  
CBPO – Companhia Brasileira de Projetos e Obras  
CCPPC – Conferência Consultiva Política do Povo Chinês  
CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China  
CNI – Confederação Nacional da Indústria  
COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação  
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas  
CSS – Cooperação Sul-Sul  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
G-20 – Grupo dos 20  
GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*  
IRBr – Instituto Rio Branco  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
OPA – Operação Pan-Americana  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PCCh – Partido Comunista Chinês  
PEI – Política Externa Independente  
PIB – Produto Interno Bruto  
PSL – Partido Social Liberal  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RPC – República Popular da China

SI – Sistema Internacional

STF – Supremo Tribunal Federal

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviética

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 O HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NO SÉCULO XX (1974-03).....</b>	<b>23</b>
2.1 O estabelecimento das bases das relações (1974-90).....	24
2.2 O período de crise nas relações bilaterais (1990-93).....	35
2.3 A definição da parceria estratégica (1993-03).....	40
<b>3 AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS SOB O GOVERNO LULA (2003-10).....</b>	<b>51</b>
3.1 As relações político-diplomáticas.....	53
3.2 As relações econômico-comerciais.....	64
<b>4 AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS SOB O GOVERNO BOLSONARO (2019-22).....</b>	<b>74</b>
4.1 As relações político-diplomáticas.....	78
4.2 As relações econômico-comerciais.....	88
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A gênese de uma nova configuração política e o reordenamento das estruturas de poder globais do mundo pós-Guerra Fria indicaram o engendramento de novos desafios e perspectivas. Tais fenômenos possibilitaram a abertura de uma gama de possibilidades de ascensão de novos atores internacionais e de diversificação de agendas políticas e relações de parceria e cooperação. O enquadramento mundial do início do século XXI é caracterizado, sobretudo, pelo enfraquecimento da liderança ocidental (STUENKEL, 2018a) ao passo que o *status* de hegemonia dos Estados Unidos se vê ameaçado pela emergência de atores periféricos — por meio do crescimento econômico e da Cooperação Sul-Sul (CSS) — até então subestimados pelas forças do Ocidente. Diante do novo cenário, tornou-se evidente a imperatividade da revisão de estratégias de inserção internacional e política externa a fim de se adequarem ao momento vivido pelas Relações Internacionais, marcado pelo aprofundamento da globalização, pela pluralidade de atores emergentes e pela multipolarização econômica (BANDARRA, 2014; TEIXEIRA, 2017). Dentro dessa conjuntura, é inequívoco que a República Popular da China (RPC) assume posição central no rol de potências em ascensão.

Em pouco mais de três décadas, a China passou de um Estado com atuação modesta e relevância relativamente baixa no Sistema Internacional (SI) a um importante sustentáculo no cenário mundial que é aos poucos construído, exercendo um papel crescentemente decisivo na política e economia globais. O Estado chinês, sabendo aproveitar-se de seu vasto potencial, foi capaz de superar o longo período de instabilidade que o assolava desde a Primeira Guerra do Ópio, em meados do século XIX, a debilidade política e a conduta de subordinação externa em favor do avanço da projeção internacional do país por meio da construção de uma política externa autônoma e ativa e da extraordinária expansão econômico-comercial. De acordo com Lyrio (2010, p. 8-9),

O processo chinês de modernização econômica parece ter adquirido massa crítica e velocidade suficientes para que o país possa explorar ao menos de forma parcial suas largas potencialidades de desenvolvimento e de projeção internacional, e somente uma crise política e institucional das proporções das disputas intestinas de poder que afligiram o final da dinastia Qing (1644-1912) e as duas primeiras décadas do período republicano tenderia a interromper a ascensão chinesa.

Na esfera internacional, a estratégia de elevação ao *status* de potência global empreendida pela RPC nas últimas décadas se deu por meio da política de ascensão pacífica, buscando seguir um caminho de desenvolvimento “aberto, cooperativo e de benefício mútuo” (XI, 2019, p. 299) sem pretensões expansionistas ou hegemônicas. Ainda que a política externa chinesa tenha adquirido um tom mais nacionalista e agressivo nos últimos anos, sob o comando

de Xi Jinping, o projeto de reinserção da China no ambiente internacional continua a ser influenciado por sua memória histórica do infame século de humilhação<sup>1</sup>. Conforme destacado por Conde (2017), o complexo de humilhações infligidas pelo Ocidente fomentou, para além do patriotismo, um ressentimento em relação às potências ocidentais. Deste modo, a política externa chinesa é fortemente pautada por uma narrativa de defesa do multilateralismo e da Cooperação Sul-Sul, buscando estreitar os laços com países emergentes da Ásia, África e América Latina e aumentar sua presença nessas regiões.

O Brasil, por seu turno, compreendeu a relevância da China no Sistema Internacional antes mesmo de seu processo de reabertura. Com o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1974, as interações sino-brasileiras caminharam em consonância com as inúmeras variáveis e movimentações internas e externas dos dois países. A partir de então, testemunhou-se uma expressiva intensificação dos vínculos, ressaltada por sucessivas tentativas de aproximação em virtude da similaridade dos interesses políticos, econômicos e estratégicos de ambos, fator que impulsionou o diálogo e a cooperação (DICK, 2006). Nesse período, destacaram-se a assinatura do primeiro acordo para o desenvolvimento comercial entre Brasil e China, em 1978, o afastamento durante o governo Collor (1990-92), e a instrumentalização de uma parceria estratégica entre “o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental [e] o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental” (ZHU *apud* DICK, 2006, p. 43), em 1993.

Observando-se os diferentes momentos da relação Brasil-China a partir de uma ótica doméstica, é possível notar que as alternâncias de poder no Brasil exerceram um impacto significativo nas movimentações de aproximação e recuo do relacionamento sino-brasileiro. A exemplo disso, os governos Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-10) e Jair Messias Bolsonaro (2019-22), objetos de análise da presente pesquisa, representam a adoção de diferentes estratégias de política externa e, conseqüentemente, distintos projetos e políticas voltados à potência asiática, ainda que ambos os mandatos compartilhem certas similaridades no que se refere aos laços com a China. Diante dessa constatação, este trabalho foi orientado pelo seguinte questionamento: como as alterações internas de poder no Brasil impactaram o desenvolvimento das relações bilaterais sino-brasileiras durante os governos Lula e Bolsonaro?

Desde o reconhecimento diplomático da República Popular da China pelo Brasil, as relações entre os dois países foram continuamente frisadas por tentativas de aproximação e momentos de retração, a serem reforçados por desafios e condicionantes domésticos e

---

<sup>1</sup> O século de humilhação se refere ao período que se estendeu de meados do século XIX até a vitória do Partido Comunista (PCCh), em 1949, no qual o Império do Meio encontrou-se sob o jugo imperialista de diversas potências estrangeiras ocidentais e do Japão.



internacionais. Dentro desta conjuntura, as movimentações que se sucederam na política interna brasileira no início do século XXI, isto é, as alternâncias de governo observadas com a ascensão de Lula e a ulterior eleição de Bolsonaro, exerceram um impacto direto na política externa do Brasil e, conseqüentemente, em seu relacionamento com o dragão chinês. Posto isto, parte-se da hipótese de que as mudanças ideológicas constatadas nesses dois governos resultaram na formulação de diferentes objetivos a serem perseguidos pelo Brasil na arena internacional, de maneira que o relacionamento com a China assumiu posições distintas dentro da agenda de prioridades do Brasil. Deste modo, a aliança estratégica sino-brasileira, tendo atingido seu ápice na primeira década do século, vê-se enfraquecida no presente momento. Todavia, Brasília se beneficia do pragmatismo chinês, que pensa a longo prazo e compreende a momentaneidade da política de governo bolsonarista e a importância da manutenção das relações sino-brasileiras em seu processo de ascensão internacional.

Nesse sentido, a emergência de Lula inaugurou um novo momento político, trazendo consigo o anseio de alçar o Brasil a uma posição de *player* global (OLIVEIRA, 2010), sobrepujando seu lugar na semi-periferia do Sistema-Mundo em direção ao centro. Similarmente à estratégia de ascensão empreendida por Pequim, os formuladores da política externa brasileira desse período procuraram alcançar seus propósitos de projeção internacional a partir da preconização de uma conduta ativa, altiva e anti-hegemônica, dando enfoque à Cooperação Sul-Sul a partir da articulação de alianças e parcerias estratégicas com países do chamado “Terceiro Mundo” (CERVO; BUENO, 2011; RIEDIGER, 2010). Posto isso, houve uma convergência de interesses e agendas entre Brasil e China, uma vez que, conforme supracitado, esta tem como um de seus principais preceitos a consolidação de laços com Estados emergentes, reforçando um intercâmbio baseado na reciprocidade e na igualdade, apesar das incontestáveis assimetrias existentes. Assim, observou-se o amadurecimento da parceria sino-brasileira, que encontrou no governo Lula um momento oportuno para a reafirmação das relações político-diplomáticas e econômico-comerciais, como salientado pelas visitas presidenciais e pelas intensas trocas comerciais.

Por outro lado, a política exterior desenvolvida pela administração Bolsonaro é fortemente pautada por um viés ideológico, tendo como diretrizes o alinhamento acrítico e quase automático aos Estados Unidos, a defesa do ocidentalismo e, portanto, uma maior aproximação com países ocidentais desenvolvidos e governados por líderes de direita (GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020). Deste modo, o patrimônio sino-brasileiro construído ao longo de quase cinco décadas de relações se vê ameaçado pelo proeminente discurso sinóforo bolsonarista. Tal postura resultou na perda de prestígio diplomático do Brasil no cenário

internacional e deu início a uma crise político-diplomática entre os dois países, causando a erosão da parceria (SANTOS, 2020). No entanto, a tensão diplomática parece não ter afetado o relacionamento comercial, visto que uma parcela cada vez maior dos produtos exportados pelo Brasil é destinada à China, o que indica uma crescente dependência daquele para com esta, ainda mais considerando que a pauta exportadora brasileira permanece a mesma desde o início do século: *commodities* (CAPOMACCIO, 2021). Assim, a continuidade da retórica anti-China, somada ao projeto chinês de diversificação de fornecedores, poderia, em um futuro não tão distante, ocasionar ao Brasil a perda de seu principal parceiro comercial.

A relevância da presente pesquisa repousa sobre o fato de que, na atual conjuntura, julga-se crucial compreender o papel e a importância da China na ordem de multipolaridade econômica em voga (STUENKEL, 2018a). Portanto, entender como o Brasil se movimenta no ambiente internacional requer a assimilação e a análise do desenvolvimento de suas relações com a potência asiática, procurando identificar os interesses mútuos que consolidam essa parceria. Conforme argumenta Dick (2006, p. 15), “nesse sentido, a interlocução e a cooperação política entre o Brasil e a China aparecem como ferramentas necessárias na construção da nova ordem política e econômica multipolar”. Pautasso (2010) aponta que essas relações vão além da alteração na ordenação hierárquica de parceiros comerciais do Brasil, mas demonstram também as próprias mudanças da estrutura de poder na arena internacional.

Em suma, o trabalho se justifica diante da importância da aliança Brasil-China na atual dinâmica internacional, tanto para a constituição de um mundo pós-ocidental (STUENKEL, 2018a), quanto para o próprio projeto de inserção internacional empreendido por Brasília. De acordo com Vadell *et al.*, “o poder relacional entre a China e o Sul Global, especialmente no campo econômico da tríade comércio, investimento e ajuda, parece estar consolidando um novo tipo de ‘consenso’” (2020, p. 453, tradução nossa)<sup>2</sup>. Assim, este trabalho procura contribuir para o debate acadêmico envolto nessa temática, buscando compreender qual o lugar do dragão asiático dentro da agenda de política externa brasileira nos diferentes governos estudados.

Portanto, tomou-se como objetivo geral analisar de que modo as alterações de poder observadas no âmbito doméstico do Brasil refletiram no desenvolvimento de suas relações

---

<sup>2</sup> “El poder relacional entre China y el Sur Global, sobre todo en el campo económico de la tríada comercio, inversiones y ayuda, parece estar consolidando un nuevo tipo de ‘consenso’”.

Conforme defendido por Vadell *et al.* (2020), observa-se atualmente uma crise no regime de cooperação global tradicional, a qual abre espaço para a expansão da Cooperação Sul-Sul aos moldes chineses, impulsionada sobretudo por sua força econômica. Esse novo modelo apresenta um desafio ao formato neoliberal da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, portanto, mostra-se mais atrativo aos Estados pertencentes ao Sul Global.

político-diplomáticas e econômico-comerciais com a República Popular da China durante os governos Lula e Bolsonaro. No que concerne aos objetivos específicos, elencam-se: a) contextualizar, a partir de uma perspectiva histórica, as relações sino-brasileiras de 1974, ano do estabelecimento das relações diplomáticas, até 2002, período prévio à eleição de Lula; b) verificar como se desenrolaram as relações Brasil-China no primeiro quartel do novo milênio, mais precisamente nos mandatos Lula/Hu Jintao, evidenciando as características de suas políticas externas; e c) verificar como se desenrolaram as relações Brasil-China no primeiro quartel do novo milênio, mais precisamente nos mandatos Bolsonaro/Xi Jinping, evidenciando as características de suas políticas externas.

Na tentativa de contemplar os propósitos supramencionados, faz-se necessário explorar alguns conceitos-chave para o entendimento e o desenvolvimento desta pesquisa. A busca por interpretações mais aguçadas da nova realidade vivida pelo SI contemporâneo delineou a emergência de pensamentos e teorias que iam além da dicotomia realismo *versus* idealismo nas Relações Internacionais. Na esteira do florescimento de novos modos de pensar, a chamada Análise de Política Externa (APE), ao beber da fonte de novas teorias<sup>3</sup>, surge<sup>4</sup> com o intuito de compreender as motivações, objetivos e condicionantes das ações de um governo no cenário internacional. Assim, esse campo de estudos desponta a partir da necessidade de expandir essa área teórica e de assimilar como os Estados formulam e implementam suas políticas externas, capturando “a porosidade das fronteiras entre o doméstico e o internacional e examinando os ricos intercâmbios que ocorrem entre eles” (MALKSOO, 2021, s/p, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Sob a égide da APE, Figueira (2009) aponta que a política externa, apesar de ser voltada para fora, não está descolada da dimensão doméstica e, diante disso, a atuação de um Estado no cenário internacional também é determinada por inúmeras variáveis e determinantes internos. Celso Lafer (2018b, p. 822) compreende a sua importância a partir do “permanente esforço de um país de compatibilizar suas necessidades internas com suas possibilidades externas”, de modo que os planos doméstico e internacional encontram-se emaranhados e dialogam entre si, influenciando e sendo influenciados um pelo outro. Nesse contexto, cabe destacar que o entrelaçamento entre esses dois níveis só passou a ganhar maior espaço e reconhecimento de forma sistematizada nas análises da área de Relações Internacionais em

---

<sup>3</sup> Pode-se destacar a tradição pluralista, como o (neo)institucionalismo liberal e as teorias globalistas (FIGUEIRA, 2009).

<sup>4</sup> O artigo “*Decision-Making as an Approach to the Study of International Relations*”, publicado em 1954 por Snyder, Bruck e Sapin é tido como o embrião do estabelecimento da Análise de Política Externa como uma subárea das Relações Internacionais com identidade própria (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013).

<sup>5</sup> “It captures the porousness of the borders between the domestic and international, examining the rich interchanges which happen in between”.

décadas recentes, mais especificamente no início dos anos 1990, tendo como precursor o cientista político Robert Putnam (FIGUEIRA, 2011).

Nesse sentido, os avanços e retrocessos das relações bilaterais entre Brasil e China no decorrer dos governos Lula e Bolsonaro podem ser entendidos à luz da teoria dos Jogos de Dois Níveis, originalmente introduzida em 1988 por Putnam. Nesta abordagem teórica, a política interna e o ambiente internacional são contextualizados como esferas inextricavelmente interligadas e, por conseguinte, a política exterior de um país decorre tanto de condicionantes domésticos quanto de constrangimentos externos. Segundo Putnam,

A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as conseqüências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos (PUTNAM, 2010, p. 151).

Portanto, consoante essa teoria, as negociações na arena internacional são enxergadas como um processo no qual os tomadores de decisão devem atuar nos Níveis I (internacional) e II (nacional), lutando para “conciliar simultaneamente os imperativos domésticos e internacionais” (PUTNAM, 2010, p. 170). Deste modo, contrariamente às teorias estatocêntricas, não se pode descartar a influência de acontecimentos internos e atores domésticos, como grupos de interesse, classes sociais, agências burocráticas e a opinião pública, na condução da política exterior de um Estado. Diante disso, pode-se dizer que esta é motivada “pelos diferentes líderes e elites, assim como pelas suas percepções do sistema internacional” (PAULINO, 2017, p. 12). Paulino acrescenta que “os líderes políticos demonstram uma vulnerabilidade e volatilidade acrescida às pressões da sociedade na definição das suas posições externas e que, conseqüentemente, determinam o comportamento de um Estado num período temporal ou numa negociação específica” (2017, p. 12).

Assim, conforme argumentado por Schutte, Fonseca e Carneiro (2020), observa-se uma tentativa do governo atual de utilizar a política externa brasileira como uma ferramenta de diálogo com sua base eleitoral. Deste modo, ao longo deste estudo, buscar-se-á compreender como as pressões internas de determinados setores sociais influenciaram a consecução da política externa brasileira nas gestões Lula e Bolsonaro. A fim de elucidar essa ligação intrínseca, a presente pesquisa será desenvolvida por meio do método hipotético-dedutivo. De acordo com o filósofo Karl Popper (1977 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 95), “a ciência começa e termina com problemas, [...] e o método científico consiste na escolha de

problemas interessantes e na crítica de nossas permanentes tentativas experimentais e provisórias de solucioná-los”.

Posto isso, este trabalho será orientado por um problema, que gerará a elaboração de uma solução provisória, denominada hipótese, a qual buscar-se-á, ao final do processo de pesquisa, corroborar ou rejeitar a partir da análise dos dados coletados e investigados (GERHARDT; SOUZA, 2009). Quanto ao procedimento, o estudo será apoiado nos métodos comparativo e histórico, tendo em conta que os governos escolhidos, assim como as relações sino-brasileiras durante esse período, serão analisados através do apontamento de suas semelhanças e diferenças e a partir de um viés histórico, procurando compreender sua evolução através das décadas.

Ademais, optou-se por adotar uma abordagem metodológica quali-quantitativa, uma vez que a utilização conjunta dos métodos permite uma análise mais completa e aprofundada, conferindo maior credibilidade ao objeto de pesquisa (PASCHOARELLI; MEDOLA; BONFIM, 2015). Para além disso, tal escolha se dá devido ao fato de que, apesar de boa parte do estudo se justificar de maneira qualitativa, por meio da “interpretação dos fenômenos e [da] atribuição de significados” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70), o uso de indicadores quantitativos será necessário no exame das relações econômico-comerciais apresentadas. Ainda, dado o propósito de analisar as relações Brasil-China nos recortes temporal e temático pré-estabelecidos, a pesquisa terá natureza aplicada, tendo em vista que os conhecimentos aqui empregados suplantarão a esfera teórica e serão aplicados na prática.

No que concerne ao tipo de pesquisa, o trabalho terá caráter explicativo, haja vista que tomar-se-á como desígnio não somente descrever os fenômenos que retrataram os governos estudados e permearam o desenvolvimento das relações sino-brasileiras, como também compreender e elucidar por que os fatos se desenrolaram de tal forma (MARCONI; LAKATOS, 2003). Conforme argumenta Minayo (2012, p. 622), “a linguagem não traz a experiência pura, pois vem organizada pelo sujeito por meio da reflexão e da interpretação num movimento em que o narrado e o vivido por si estão entranhados na e pela cultura, precedendo à narrativa e ao narrado”. Por fim, quanto ao procedimento de coleta de dados, o estudo se valerá de levantamentos bibliográficos e de produção acadêmica, bem como da análise de documentos oficiais, discursos, dados estatísticos, tuítes e reportagens jornalísticas, de modo a considerar diferentes perspectivas sobre um mesmo objeto.

A presente pesquisa foi estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, far-se-á um apanhado geral do histórico das relações sino-brasileiras ao longo do século XX. Para isso, será tomado como ponto de partida

o período que antecede o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1974, até o ano de 2003, quando da eleição de Lula. Em razão da extensa cooperação Brasil-China abranger diversas áreas, o estudo optou por dar enfoque às relações político-diplomáticas e econômico-comerciais nos governos Lula e Bolsonaro.

Ainda, de modo a conseguir mensurar o desenvolvimento de tais relações durante o recorte temporal proposto, serão adotados determinados critérios de análise. No âmbito político-diplomático, considerar-se-ão o número de visitas diplomáticas, comentários e posicionamentos do governo brasileiro relacionados à China e a criação e utilização de mecanismos de fomento às relações políticas. Já no escopo econômico-comercial, o fluxo comercial do período, o perfil da pauta exportadora e o estabelecimento de mecanismos de fomento às relações comerciais serão levados em conta na investigação. Deste modo, os capítulos seguintes seguem essa lógica, sendo que a evolução do relacionamento bilateral ao longo da gestão Lula será abordada no capítulo dois, e as relações sob Bolsonaro serão analisadas no capítulo três.

## **2. O HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NO SÉCULO XX (1974-03)**

O Brasil e a República Popular da China (RPC), dois países de dimensões continentais e importância ímpar em suas respectivas regiões, compartilham interesses e ambições comuns no escopo internacional, seja no intento de ocupar uma posição de destaque na arena global, seja no compromisso de fazê-lo de maneira equilibrada e pacífica. A partir do estabelecimento de laços diplomáticos, a relação sino-brasileira, alicerçada sob a lógica da Cooperação Sul-Sul (CSS) e a existência de incontestáveis similitudes, caminhou em consonância com inúmeros desafios e vicissitudes domésticos e internacionais, perpassando por diferentes momentos de intensificação dos vínculos e de retração. Deste modo, a fim de assimilar a que passo se desenvolveram tais relações ao longo das gestões Lula e Bolsonaro, objetos de estudo da presente pesquisa, julga-se necessário esboçar o histórico do relacionamento bilateral na busca por compreender o processo de construção de uma parceria sólida e consistente, bem como sua dimensão e relevância na ordem internacional.

À vista disso, este capítulo se propõe a contextualizar, partindo de uma perspectiva histórica, a evolução das relações sino-brasileiras no decorrer do século XX, traçando um recorte temporal que se estenderá de 1974, ano que marca o reconhecimento da RPC pelo Brasil e o início das relações formais, até 2003, período que antecede a ascensão de Lula como Chefe de Estado do Brasil. Na tentativa de contemplar as diferentes etapas que delinearão o relacionamento bilateral nas últimas quatro décadas, ponderando as potencialidades e os desafios que emergiram com o desenvolvimento desses vínculos, a presente pesquisa optou por adotar a divisão estabelecida por Becard (2011), segundo a qual é possível identificar três momentos distintos das relações sino-brasileiras dentro desse contexto: (i) a fixação das bases das relações (1974-90); (ii) a crise nas relações bilaterais (1990-93); e (iii) o estabelecimento da parceria estratégica.

Assim, para alcançar o objetivo proposto, isto é, compreender como se deu o desenvolvimento das relações entre Brasil e China no século XX, o capítulo será composto por três seções. A seção 2.1 abordará a incipiente aproximação dos dois países e a posterior consolidação das bases do relacionamento. Com o intuito de assimilar a relação entre a conjuntura doméstica e a evolução dos vínculos no contexto internacional, buscar-se-á analisar a política externa que guiou a ação do Brasil no cenário global durante esse espaço de tempo, marcadamente a política exterior do regime militar e do período de redemocratização, procurando entender de que modo a postura brasileira contribuiu para o estreitamento dos laços.

Em seguida, a seção 2.2 visará explorar o período de crise das relações bilaterais durante o governo Collor (1990-92), caracterizado por uma série de impasses e um senso de esvaziamento da parceria. Por fim, a seção 2.3 predispor-se-á a apresentar a gênese do novo momento experienciado nas relações, contextualizando o processo de construção da parceria estratégica sino-brasileira na gestão Franco (1992-94) e seu desenvolvimento durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-02).

### **2.1. O estabelecimento das bases das relações (1974-90)**

As diferentes fases pelas quais o relacionamento bilateral sino-brasileiro passou, desde as interações embrionárias até os dias atuais, são, acima de tudo, o reflexo dos projetos nacionais empreendidos pelos dois países e de suas capacidades de adaptação frente às transformações sistêmicas do cenário internacional. Na década que se seguiu à fundação da República Popular da China (1949), houve pouca margem para que uma aproximação factual fosse ensaiada. A China, fragilizada política e economicamente e sem o reconhecimento dos países desenvolvidos, carecia de recursos financeiros para se impor na arena global e, sobretudo, em uma região marcada pela histórica preponderância estadunidense. Ela se viu, portanto, obrigada a perseguir uma diplomacia isolacionista, voltando-se para dentro com o objetivo de alcançar o desenvolvimento nacional e superar as instabilidades internas (BECARD, 2011). O Brasil, por sua vez, delegava atenção ínfima ao continente asiático, priorizando, em sua agenda de política externa, a parceria estratégica com os Estados Unidos e a interlocução com outros Estados capitalistas ocidentais e regionais (CERVO; BUENO, 2011).

No início dos anos 1960, o Brasil experimentou uma mudança de rumos na condução de sua política exterior com a ascensão de Jânio Quadros (1961-61) e João Goulart (1961-64) ao poder. Nesse contexto, foi formulada a chamada Política Externa Independente (PEI), a qual, apesar de não ter provocado uma quebra de continuidade na linha de ação do país no cenário externo, propôs uma nova visão a respeito das relações internacionais e do projeto brasileiro de inserção no ambiente mundial. Almejou-se, durante esse período, um maior engajamento nas responsabilidades da vida internacional, de forma a exercer uma participação mais ativa e autônoma no Sistema Internacional e aumentar o prestígio brasileiro nesse meio (DANTAS, 2011). Partia-se, então, de uma visão universalista e pragmática que priorizava os interesses nacionais — sobretudo o desenvolvimento econômico e a ampliação de parceiros políticos e comerciais — em detrimento de divergências ideológicas e defendia, portanto, o



alargamento do diálogo com nações de diferentes regiões e blocos (CERVO; BUENO, 2011). Deste modo, o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética (URSS) e a visita do então Vice-Presidente João Goulart à China<sup>6</sup> — a primeira de um governante brasileiro —, ambos ocorridos em 1961, são marcos desse período histórico.

Todavia, esse momento foi brevemente vivido à medida que, em 1964, o golpe de Estado orquestrado por forças civis-militares e a posterior instauração da ditadura no Brasil puseram fim à conduta autônoma e mundialista que emergiu com a PEI e assinalaram o retorno à órbita norte-americana, em um alinhamento automático à potência capitalista. Diante disso, nos primeiros anos do regime militar, imperou uma política externa fortemente anticomunista e ocidentalista que aniquilava quaisquer potenciais tentativas de aproximação com a China. Portanto, não obstante o contato inicial entre os dois países, Henrique Altemani de Oliveira (2004) constata que, até o início dos anos 1970, não existiu propriamente uma relação entre Brasil e Ásia, no geral, e Brasil e RPC, em particular, mas sim interações pontuais observadas em determinados períodos e estabelecidas dentro do contexto comum de países em desenvolvimento.

No entanto, essa realidade se alteraria ainda ao final da década de 1960, tendo sido impulsionada por uma série de mudanças conjunturais tanto domésticas, no âmbito interno do Brasil e da China, quanto no escopo global. A República Popular da China passava por um momento complexo e desfavorável: na esfera internacional, o país se via enfraquecido e desestabilizado em meio ao acirramento das tensões com a URSS<sup>7</sup>, à rivalidade com a Índia, à crescente hostilidade de Taiwan e ao isolamento causado pela oposição aos ideais revolucionários de Mao Zedong (BECARD, 2008; YAFENG, 2008). Internamente, somando-se à recessão econômica, a Revolução Cultural, inaugurada em 1966 e marcada pela intensa doutrinação ideológica e propaganda agressiva, gerou desequilíbrios e um senso de insegurança em diversos setores domésticos, além de prejudicar severamente a reputação internacional da China, conforme apontado por Dick (2006) e Theobald (2017). Diante desse quadro, as autoridades chinesas perceberam a urgência de promover uma revisão das diretrizes da política externa, visando ao aumento da legitimidade e apoio internacionais e do crescimento nacional.

---

<sup>6</sup> A viagem de Jango à China ocasionou a assinatura de um acordo interbancário e a autorização para que o governo chinês instalasse um escritório comercial no Brasil. Esses projetos foram, no entanto, malogrados com o golpe civil-militar de 1964 e o posterior episódio da prisão de integrantes de uma missão comercial da China no Rio de Janeiro, no mesmo ano (BIATO JUNIOR, 2010).

<sup>7</sup> A crise sino-soviética se estendia desde a segunda metade da década de 1950 em razão de uma série de divergências, dentre as quais a direção dada pelo líder soviético Nikita Khrushchev ao movimento comunista internacional, as críticas chinesas ao processo de desestalinização, as diferentes interpretações do marxismo-leninismo e a recusa soviética em dar apoio à China durante o conflito sino-indiano em 1959 (YAFENG, 2008).

Assim, a política exterior da China, a partir do final dos anos 1960, foi feita menos ideológica e mais pragmática:

Com uma visão mais realista das relações internacionais, os líderes chineses desenvolveram uma estratégia de abertura ao ocidente, que previa a aproximação entre a China e os Estados Unidos como forma de conter a União Soviética [...] O antigo nacionalismo chinês, de caráter revolucionário e autárquico, cedeu espaço ao nacionalismo positivo e pragmático, voltado para o verdadeiro problema da China, sua fragilidade econômica (DICK, 2006, pp. 22-23).

Ainda, Oliveira (2004) aponta o caminho percorrido pela China nesse contexto, acrescentando que o país

Buscava por um lugar próprio na política mundial. Deng Xiaoping, em 1972, anunciava o fim do “Campo Socialista” e identificava a China como pertencendo ao Terceiro Mundo, e Mao Zedong, em 1974, desenvolvia a “Teoria dos Três Mundos”<sup>8</sup>. Com base nesse novo conceito, a partir de 1969, a China passou a diminuir seu apoio aos movimentos revolucionários da América Latina e buscou desenvolver uma diplomacia estratégica de governo a governo, prometendo respeitar o princípio de não interferência nos assuntos internos (OLIVEIRA, 2004, p. 12).

No Brasil, ainda que o regime ditatorial tivesse, em um primeiro momento, rompido com o curso da política exterior e “regredido às concepções da nova ordem internacional engendrada pelos Estados Unidos no imediato pós-guerra, consoante os parâmetros do liberalismo econômico e das fronteiras ideológicas” (CERVO, 2011, p. 393), logo viu-se a necessidade de corrigir os rumos e retomar o projeto nacional-desenvolvimentista como condutor da política externa brasileira, “ante a perspectiva de se poder utilizar a variável externa como instrumento apto a preencher requisitos para o desenvolvimento” (CERVO, 2011, p. 393). Dessa forma, a formulação da política externa deixou para trás o enquadramento automático sob a órbita estadunidense e passou a ser guiada pelas demandas domésticas, notadamente o desenvolvimento econômico e a industrialização. A ambição de alçar o Brasil a uma posição de potência regional e mundial abriu espaço para uma maior aproximação político-econômica com os países terceiro-mundistas, afastando-se, por um momento, do confronto Leste-Oeste da Guerra Fria para priorizar uma condição que afetava muito mais os Estados em desenvolvimento: a questão Norte-Sul.

Ainda no contexto da gestão Médici (1969-74), Luiz (2011) destaca a dicotomia observada entre as políticas doméstica e externa: ao mesmo tempo que, internamente, o Brasil

---

<sup>8</sup> A Teoria dos Três Mundos partia do pressuposto de que o globo estaria dividido em termos de níveis de desenvolvimento, em contraposição à concepção de Zonas Intermediárias, na qual o mundo se dividia a partir da perspectiva ideológica Leste-Oeste. Sob a lógica da primeira teoria, o primeiro mundo compreendia os Estados Unidos e a União Soviética, o segundo era composto pelos países desenvolvidos da Europa Ocidental, junto do Japão, Canadá e Austrália, e o terceiro pelos países em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2004). Conforme expõe Dick (2006, p. 29), essa formulação conferiu “orientação teórica para a política externa chinesa, que passou a se identificar como integrante, ou ainda, porta-voz dos Estados que lutam pela expansão econômica e crescimento produtivo”.

vivenciava o período mais violento, repressivo e anticomunista do regime militar, criavam-se as bases de uma nova fase da política externa e o ideário da PEI ressurgia de maneira mais propositiva com vistas a manter o crescimento econômico<sup>9</sup> e melhor posicionar o país no cenário internacional. A adoção de uma postura mais pragmática em suas relações internacionais e a busca pela ampliação de mercados e parceiros comerciais pareciam denotar um momento oportuno para que ocorresse uma aproximação entre Brasil e China. Ainda, observava-se um interesse cada vez maior do empresariado nacional nas possibilidades de comércio com o Estado asiático, como é possível perceber nas visitas comerciais de delegações brasileiras à China e na primeira venda de açúcar brasileiro, ambos no início da década de 1970 (DICK, 2006; OLIVEIRA, 2004). No entanto, apesar dos esforços de ambos os países, o ceticismo do núcleo decisório do Brasil a respeito da China socialista, sobretudo por parte do Conselho de Segurança Nacional, dificultava o estabelecimento de relações bilaterais (BECARD, 2011).

No plano internacional, dois acontecimentos contribuíram para a aproximação sino-brasileira. Em 1971, a República Popular da China foi reconhecida — apesar do voto contrário do Brasil, seguindo os EUA — como o único representante legítimo do povo chinês nas Nações Unidas, assumindo o lugar antes ocupado pela República da China (Taiwan) no Conselho de Segurança da ONU. Apesar das assimetrias em relação aos outros membros, o reconhecimento da RPC propiciou uma maior integração chinesa ao Sistema Internacional e sua projeção, ainda que gradativa, na estrutura de poder mundial. Esse fato se faz perceptível na visita do presidente estadunidense Richard Nixon à China, em 1972 (BIATO JUNIOR, 2010). Posteriormente, a recessão econômica global provocada pelo choque do petróleo de 1973 causou severos impactos às economias dos países em desenvolvimento, sobretudo os não produtores de petróleo, que tiveram de lidar com o aumento exponencial dos preços, as barreiras à exportação de seus produtos a valores justos, o fechamento de mercados e a perda de investimentos. A crise petrolífera pôs fim ao milagre econômico brasileiro e evidenciou a necessidade de se implementar a abertura política do país como forma de legitimação (DICK, 2006). Fazia-se essencial, nessa conjuntura, revisar a política externa do Brasil:

Durante o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, a atuação do país dava-se dentro do espaço delimitado pela hegemonia norte-americana e, no início dos anos 1970, o País começou a refletir sobre a redefinição desse espaço. Com o choque do

---

<sup>9</sup> Durante esse período, o Brasil vivia o chamado “milagre econômico”, no qual a economia brasileira alcançou níveis astronômicos de crescimento e grande diminuição da inflação, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) atingido, em 1973, o número-recorde de 14% (SANZ; MENDONÇA, 2017). Conforme apontado por Dick (2006, p. 21), “o desempenho positivo da economia mundial favorecia a atração de investimentos estrangeiros e tecnologia ao País e o consumo de produtos básicos complementares produzidos no Brasil pelos países desenvolvidos”.

petróleo em 1973, [...] os países em desenvolvimento tiveram de repensar suas estratégias de inserção internacional e, nesse sentido, identificaram a necessidade de distribuir suas alianças políticas e parcerias comerciais de forma mais pragmática. O Brasil, que se encontrava em pleno processo de emergência, encontrou na liderança de Ernesto Geisel essa via pragmática (DICK, 2006, p. 25).

Foi, logo, no governo Geisel (1974-79) que as relações sino-brasileiras encontraram terreno para se desenvolverem de maneira mais concreta. Tal aproximação se fez possível sob a égide do pragmatismo responsável e ecumênico, o qual designava três eixos que deveriam conduzir a política externa brasileira: os conceitos de pragmatismo, responsabilidade e ecumenismo. O primeiro se referia à “eficiência material e à visão realista da conjuntura em que o País se inseria” (DICK, 2006, p. 26), preconizando a busca por vantagens na arena internacional; o segundo manifestava o intento de não permitir que questões de ideologia ou regime influenciassem a direção da política externa e a conduta internacional do Brasil; por fim, o terceiro compreendia a natureza universalista da política exterior, dando ênfase ao alargamento do número e da densidade das parcerias e alianças brasileiras no sistema (DICK, 2006).

Deste modo, o pragmatismo responsável e ecumênico de Geisel se lançava como uma estratégia de diversificação das relações diplomático-comerciais — com enfoque especial nos parceiros terceiro-mundistas e rompendo as velhas molduras ideológicas — como objeto propulsor do desenvolvimento econômico-comercial do Brasil e facilitador da inserção do país no quadro internacional como um ator expressivo e autônomo. Caracterizava-se, portanto, como uma tentativa do país de obter maior margem de manobra em um Sistema Internacional controlado por potências, transcendendo suas circunstâncias históricas estruturais em direção a uma posição de maior autoridade e presença na arquitetura de poder global (SPEKTOR, 2004). Assim, a aproximação sino-brasileira seria, sob a perspectiva do Brasil, uma ferramenta para aumentar o prestígio do país no cenário internacional. Nesse sentido, Becard (2011, p. 32) argumenta que “foram considerados subsídios de peso na decisão adotada por Geisel perante a China, tanto o prestígio internacional adquirido por este país quanto a convergência de interesses e posições políticas internacionais que passaram a existir entre os novos parceiros”.

Deste modo, a 15 de agosto de 1974, o Brasil reconheceu a China de Mao Zedong como o único governo legal chinês e foram estabelecidas, em conformidade com interesses e desejos mútuos dos dois países, relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China (BRASIL, 1974). Na ocasião da celebração dos vínculos, realizada no Palácio do Itamaraty, Chen Chien, vice-Ministro do Comércio chinês, declarou a existência de

Pontos comuns em vários aspectos. A China e o Brasil, como países em vias de desenvolvimento, defrontam-se com a mesma tarefa de salvaguardar a independência e a soberania nacionais, desenvolver a economia nacional, e lutar contra o hegemonismo e a política de força das superpotências (CHEN *apud* FOLHA DE S. PAULO, 1974, s/p).

Sob essa lógica, Becard (2008) aponta que

O novo diálogo Norte-Sul traduz-se no endividamento e permanente limitação à soberania e independência dos países não detentores dessa força produtiva. Neste contexto, as relações Sul-Sul, a exemplo da cooperação que vem sendo construída entre o Brasil e a China, demonstram que ainda existe a possibilidade de união e solidariedade entre os países do mundo em desenvolvimento frente às relações de subordinação, contribuindo para a construção de uma nova ordem internacional multipolar e anti-hegemônica (BECARD, 2008, p. 22).

Deste modo, em 1975, foram abertas embaixadas nos respectivos países, tendo Aluísio Napoleão de Freitas Rego assumido a função de embaixador brasileiro em Pequim e Zhang Dequn ocupado o posto de embaixador chinês em Brasília. A aproximação entre Brasil e China no contexto supracitado salientou as afinidades estruturais e os pontos de convergência entre os interesses brasileiros e chineses no cenário internacional. Ambos os Estados ansiavam por ocupar um lugar próprio no Sistema Internacional e viam a necessidade de se posicionar mais ativamente na política e economia mundiais. Ainda, observam-se, em meio às diferenças, semelhanças em suas estratégias de inserção internacional, como grandes países em desenvolvimento procurando se desvencilhar das dependências em relação às grandes potências do sistema através da ampliação do diálogo com seus “iguais” no Terceiro Mundo, na busca por diminuir os constrangimentos aos quais estavam expostos no escopo internacional.

No entanto, ainda que prevalecesse um interesse recíproco no estreitamento dos laços, o desenvolvimento destes se deu a passos lentos e graduais nos primeiros anos que seguiram o restabelecimento das relações diplomáticas. De modo geral, a década de 1970 se mostrou sobremaneira modesta no que diz respeito às relações bilaterais Brasil-China, em razão da escassez de recursos que possibilitassem o fomento da cooperação Sul-Sul de ambas as partes (OLIVEIRA, 2004). Consoante expõe Becard (2011, p. 33), “o entendimento mútuo era dificultado pelas grandes distâncias físicas e culturais e conhecimento incipiente das realidades nacionais”. Todavia, ainda que no plano bilateral as relações tivessem sido escassas durante esse espaço de tempo, foi constatada uma ampla convergência de votos e opiniões em foros multilaterais acerca de variadas temáticas, tais como o armamento nuclear, o meio ambiente, os direitos humanos e o mundo em desenvolvimento (DICK, 2006).

Posto isso, no que tange à relação sino-brasileira nos anos 1970, destaca-se a assinatura do primeiro Acordo Comercial entre Brasil e China (IBASE, 2018), em janeiro de 1978, o qual

estabeleceu o comprometimento de “envidar os maiores esforços e tomar todas as medidas necessárias para fomentar e ampliar o comércio entre os dois Países, aumentar gradualmente a variedade do intercâmbio de mercadorias e fazer o possível para manter o seu equilíbrio comercial” (BRASIL, 1979, s/p). A celebração do acordo para o desenvolvimento dos laços comerciais foi seguida por um Convênio de Transportes Marítimos em 1979, cujo objetivo era ampliar e desenvolver a oferta de serviços marítimos. Diante disso, o fluxo de comércio começou a evoluir paulatinamente, saltando de US\$ 19,4 milhões (1974) para US\$ 202 milhões (1979) no período de cinco anos que marca a gestão Geisel. A pauta de exportações brasileira era composta por produtos primários, sobretudo algodão, soja e açúcar, enquanto a China exportava majoritariamente elementos químicos e farmacêuticos e petróleo (BECARD, 2011).

O processo de flexibilização da estrutura do regime militar em direção à democracia no Brasil e as mudanças domésticas pelas quais a China passou após a morte de Mao Zedong e Zhou Enlai e o fim da Revolução Cultural, em 1976, somadas à ascensão de Deng Xiaoping no Partido Comunista Chinês (PCCh), em 1978, permitiram aos dois países uma inserção maior e mais ativa no Sistema Internacional dos anos 1980. Conforme explica Holanda (2016), Deng Xiaoping tinha a percepção de que o Estado da Ásia-Pacífico estava ficando para trás em termos de crescimento e modernização em relação às outras nações da região, e via a necessidade de colocar a China em um caminho de desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Portanto, teve início, ao final da década de 1970, uma série de reformas internas de caráter econômico com vistas a uma abertura gradual ao mundo exterior, partindo de uma estratégia baseada na exportação e no aprofundamento das relações comerciais (XAVIER, 2008).

As transformações engendradas na China foram alicerçadas sobre as “quatro modernizações”, que previam reformas e investimentos para a modernização de quatro setores-chave da economia: indústria, agricultura, defesa e ciência e tecnologia. Além da maior projeção internacional gerada pelo enorme êxito das reformas domésticas e da abertura econômico-comercial chinesa, o projeto implementado por Deng Xiaoping possibilitou, ainda, uma interação maior e mais dinâmica da China com seus parceiros em face do surgimento de novas demandas para sustentar o desenvolvimento do país. O sucesso das reformas chinesas mostra-se perceptível na observação da média de crescimento real do Produto Interno Bruto nos períodos pré e pós-reforma, como indica a tabela a seguir:

**TABELA I: Média de crescimento do PIB chinês (1960-2020)**

<b>Período</b>	<b>Média de crescimento por período (%)</b>
1960-1978 (pré-reforma)	5,3
1979-1985	9,84
1986-1992	9,05
1993-1999	10,3
2000-2006	10
2007-2013	9,88
2014-2020	6,14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Bank (2022)

A política externa chinesa desse período, seguindo as necessidades impostas pelas reformas, foi “orientada à promoção da cooperação econômica internacional para a realização das suas metas de expansão econômica e modernização” (DICK, 2006, p. 35). Posto isso, a China buscou manter a aproximação com países em desenvolvimento e ampliar a Cooperação Sul-Sul, apesar das limitações de recursos existentes. A retórica baseada na complementaridade econômica e na convergência de interesses no cenário internacional que conduzia a política exterior e a diplomacia da RPC para os Estados do Sul Global na década de 1980 demonstrava seu comprometimento com o desenvolvimento nacional, uma vez que o país procurou, nessas circunstâncias, dar ênfase apenas às relações que pudessem trazer vantagens concretas no plano econômico-comercial. Assim, Becard (2011) argumenta que, com grande parte das nações latino-americanas, a China limitou-se a colaborar na esfera político-institucional, através do apoio a projetos de integração regional, de críticas à política intervencionista das grandes potências e da assinatura de diversos acordos em inúmeras áreas, conforme será visto adiante.

Por outro lado, o processo de abertura política do Brasil possibilitou que as relações com a China se desenvolvessem mais substancialmente em comparação à década de 1970, tendo em vista que ambos os governos tinham como objetivo conquistar maior autonomia e flexibilidade no novo Sistema Internacional que se delineava com o começo do esgotamento da Guerra Fria. A política externa do governo Figueiredo (1979-85) conservou e intensificou as iniciativas da gestão anterior a partir da diplomacia universalista do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro (DICK, 2006). Destarte, a perspectiva de ganhos em diferentes campos estratégicos resultou na manutenção dos contatos de alto nível e na assinatura de mais de vinte tratados bilaterais ao longo dos anos 1980, dentre os quais o Acordo de Cooperação Científica

e Tecnológica (1982) e o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (1985), o que se traduziu na institucionalização das relações (DICK, 2006; BECARD, 2011).

A visita do Chanceler Saraiva Guerreiro à RPC — a primeira de uma alta autoridade brasileira desde o estabelecimento das relações — em 1982, a convite chinês, é considerada o primeiro passo da paulatina aproximação de cunho político entre os dois Estados. Para o governo da China, tratava-se de “dar uma demonstração cabal, para a opinião pública externa, de que era possível a dois países de sistemas políticos diferentes desenvolverem laços intensos, sem a interferência nos assuntos internos domésticos respectivos” (MACHADO *apud* BIATO JUNIOR, 2010, p. 44). Foi, ainda, nessa ocasião que o supracitado Acordo de Cooperação Científico-Tecnológica, o qual estipulava o desenvolvimento de uma cooperação nos níveis nuclear e espacial, foi firmado, tendo sido o principal resultado concreto obtido durante a passagem de Guerreiro em território chinês.

Dois anos depois, o então presidente João Figueiredo realizou a primeira visita de um Chefe de Estado e de Governo brasileiro a um país comunista e à própria República Popular da China, em 1984. A respeito desse acontecimento, Becard (2011) e Biato Júnior (2010) afirmam que simbolizou o início de um novo ciclo dentro do contexto das relações sino-brasileiras, marcado pela cooperação efetiva entre os dois países no plano bilateral. O embaixador Gao Kexiang reiterou a relevância dessa visita como um marco de que “deixamos para trás o passado de desconfianças; viramos a página. Antes dessa visita, vínhamos tentando, em vão, ampliar as relações para além do espectro comercial” (*apud* BIATO JUNIOR, 2010, p. 44). Tal colocação se dá devido ao fato de que, à época, apesar do crescente intercâmbio comercial entre o Brasil e a China e da consolidação da última como um importante mercado para os produtos do primeiro, ainda persistia certa cautela da parte brasileira no tocante à intensificação das relações para além do setor comercial, em face da oposição encontrada em segmentos conservadores, especialmente nas Forças Armadas. Deste modo, foram assinados, no mesmo ano da visita, o Acordo para a instalação de consulados em São Paulo e Xangai, o Acordo sobre Cooperação nos usos pacíficos da Energia Nuclear e o Memorando sobre Cooperação em Matéria Siderúrgica (DICK, 2006).

A ascensão de José Sarney (1985-90), o primeiro representante civil a assumir a Presidência da República após o fim da ditadura militar, apesar de não ter sido democraticamente eleito, constituiu-se como parte do novo momento histórico vivido pelo Brasil. Nesse sentido, Corrêa (2006) atenta para os inúmeros obstáculos e transformações experienciados pelo país, seja no plano doméstico, com a severa crise econômica e o processo de transição, seja no plano internacional, com o início do desmantelamento da URSS e o



esgotamento da Guerra Fria. Em face da nova realidade, Jung (2015, p. 111) interpreta a política externa de Sarney como uma “base de sustentação da política doméstica”. Cabia, aos tomadores de decisão do Brasil, o desafio de reposicionar o Estado na configuração de poder global e garantir sua inserção plena nos organismos internacionais como uma nação conduzida por princípios democráticos e capaz de dialogar com todos os países do mundo, sem exclusões ou distinções.

A política exterior formulada durante a gestão Sarney, sobretudo após a ascensão do Chanceler Olavo Setúbal no Itamaraty, baseava-se nas potencialidades das relações Sul-Sul e do posicionamento terceiro-mundista. Assim, mantiveram-se contínuos os princípios de autonomia e universalização vindos de governos anteriores, com foco nas necessidades brasileiras no cenário internacional e intuito de participar mais ativamente das decisões tomadas no âmbito global. A busca pela diversificação de parcerias, especialmente entre países do Terceiro Mundo, beneficiou as relações Brasil-China, de modo que Oswaldo Biato Júnior (2010) julga o governo Sarney como um divisor de águas no relacionamento entre os dois:

Antes dele, os governos militares, embora seduzidos pelas oportunidades de comércio propiciadas pela China, sobretudo no que tangia às exportações de serviços e bens de capital, evitavam, por motivos ideológicos, ampliar o relacionamento bilateral para além da esfera comercial. O estabelecimento de uma vida democrática normal no país permitiu explorar-se uma relação multifacetada com a China. Ao comércio, somou-se a cooperação nas mais diversas áreas, desde a concertação em temas multilaterais, a intensificação da cooperação científica, o estabelecimento de vínculos na área cultural, e finalmente o estabelecimento de relações consulares (BIATO JUNIOR, 2010, p. 47).

Um importante marco dessa nova era foi a visita do Primeiro-Ministro chinês, Zhao Ziyang, ao Brasil, em 1985, como um ato de retribuição à viagem de Figueiredo à China no ano anterior. O principal objetivo da visita do Primeiro-Ministro era aproveitar o fim das barreiras ideológicas antes existentes para ampliar a interlocução bilateral e desenvolver novos meios de cooperação. Deste modo, foram assinados, durante sua estadia no Brasil, o Memorando de Entendimento relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum, os Protocolos de Cooperação em Matéria de Siderurgia e Geociências e o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, além de ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Científico-Tecnológica de 1982 (DICK, 2006).

A posterior visita presidencial de Sarney à República Popular da China, em 1988, também se mostrou frutífera no contexto das relações bilaterais, com a assinatura do Acordo de Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS – *China-Brazil Earth Resource Satellite*, em inglês) entre o Instituto de Pesquisas Espaciais do Brasil e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial, um dos maiores

símbolos da parceria estratégica que aos poucos se construía. Na visita, Sarney reafirmou ao presidente chinês Yang Shangkun que

A nossa identidade de pontos de vista é demonstrada pela coincidência de nossos votos nos foros internacionais. As questões que aí são submetidas, em 95% dos casos são vistas da mesma maneira pelos nossos países. [...] Estou seguro de que o futuro das relações entre o Brasil e a China será assinalado por grandes realizações. Temos uma contribuição a dar para o aperfeiçoamento da ordem internacional (SARNEY *apud* DICK, 2006, p. 37).

As relações econômico-comerciais, apesar de terem registrado certo crescimento, tendo a corrente de comércio atingido índice recorde de mais de US\$ 1 bilhão em 1985, encontraram uma série de empecilhos para sua expansão no final da década de 1980. Conforme Becard (2011) argumenta, por parte do Brasil, observaram-se fatores como infraestrutura deficitária, dificuldades de financiamento, produtos pouco competitivos, pautas de importação e exportação parcas e transporte custoso; já do lado chinês, a necessidade de ajustar o projeto de reformas econômicas e de promover melhorias na infraestrutura portuária e ferroviária evidenciavam a forte retração pela qual o comércio sino-brasileiro passava no momento. Tais limitações explicitavam que as relações entre China e Brasil ainda se encontravam em processo de construção, e um longo caminho de desafios as esperava. Sob essa perspectiva, Danielly Becard (2011, p. 34) pontua que, a despeito da instauração da democracia e da abertura política no Brasil, houve dificuldade de lograr “saldos positivos em suas relações econômico-comerciais internacionais devido ao agravamento da questão da dívida externa, ao ressurgimento de fortes pressões inflacionárias, à moratória decretada em 1987 e ao início da redução de grandes projetos da era Geisel”.

**TABELA II: Intercâmbio comercial Brasil-China (em milhões USD) (1985-91)**

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
<b>Exportações brasileiras</b>	817	517	362	718	628	382	226
<b>Importações brasileiras</b>	413	289	298	83	128	169	129
<b>Total (USD)</b>	1.236	806	659	801	756	551	355

Fonte: Adaptado de Biato Júnior (2010)

A China, por sua vez, passaria por um momento de inflexão de sua política externa a partir de 1989, após o incidente de Tiananmen, como resultado da ação repressiva do governo

chinês contra protestos em favor da democracia e do fim da corrupção burocrática. Wang Hui assinala que o movimento social foi “uma despedida à velha era e ao mesmo tempo um protesto contra a contradição social intrínseca da nova; foi (para estudantes e intelectuais) um apelo por democracia e liberdade, e até mesmo (para os trabalhadores e moradores urbanos) uma demanda por igualdade social e justiça (WANG *apud* DICK, 2006, p. 38). A reação violenta por parte das autoridades chinesas causou grande repercussão na sociedade internacional e desencadeou uma série de sanções implementadas por países ocidentais, que ameaçaram seu projeto de abertura econômica e aproximação com o Ocidente. Em face disso, a China assumiu uma política externa de baixo perfil (a doutrina política *tao guang yang hui*<sup>10</sup>) e apostou em seu desenvolvimento econômico, por meio do relançamento dos programas de reforma, como um meio de garantir estabilidade política e unidade nacional (DICK, 2006; SUISHENG, 2013). Não obstante a postura adotada, o Estado chinês manteve a conduta pragmática em relação à busca por instrumentos que favorecessem o interesse nacional e continuou a defender a promoção de uma ordem internacional que também beneficiasse os países em desenvolvimento.

## 2.2 O período de crise nas relações bilaterais (1990-93)

O desenlace da Guerra Fria, com a vitória estadunidense e a desintegração soviética, assim como a nova configuração sistêmica formada a partir disso, trouxeram à tona uma série de transformações no seio do Sistema Internacional: a antiga rivalidade Leste-Oeste teve seu eixo alterado para o sentido Norte-Sul, a ordem bipolar que perdurou por quatro décadas começou a caminhar em direção à multipolaridade a partir do surgimento de novos pólos de poder, e a economia mundial passou por um reordenamento em decorrência da emergência da globalização e da ideologia neoliberal, da crescente interdependência entre os Estados e da retomada da expansão do modelo capitalista. A inauguração de um novo momento mundial fez com que Brasil e China identificassem a necessidade de empreender uma revisão de suas estratégias de inserção externa, de modo a se adaptarem aos novos contornos do cenário.

Em razão das mudanças observadas no contexto doméstico de ambos os países e das demandas de adaptação à arquitetura de poder global nascente, as relações sino-brasileiras passaram por sérios impasses. Apesar dos sólidos avanços percebidos nos mais de quinze anos de relacionamento formal, o Brasil e a China não foram capazes de evitar um retrocesso no

---

<sup>10</sup> Em tradução literal, “manter um perfil baixo”.

diálogo e intercâmbio bilateral ao final da década de 1980 e início de 1990 (BECARD, 2008). No tocante à política exterior brasileira, o caminho percorrido ao longo dos anos 1990 foi caracterizado por Cervo (2003) como a “dança dos paradigmas”, uma vez que o caráter desenvolvimentista que conferiu substância e racionalidade à política externa por sessenta anos se via enfraquecido, embora não aniquilado, e novos parâmetros de conduta emergiam, designando o surgimento do Estado normal<sup>11</sup> e a supremacia do neoliberalismo na América Latina. O consenso neoliberal em nível mundial simbolizava, acima de tudo, o triunfo do centro capitalista sobre as iniciativas do socialismo e do terceiro-mundismo e pregava uma série de preceitos, como a democracia, o liberalismo econômico e os direitos humanos, que foi aceita de modo acrítico pelos líderes latino-americanos do período. Na esfera econômica, o Consenso de Washington, por sua vez, elaborou uma cartilha que supostamente garantiria a estabilização monetária, cujas medidas consistiam em:

- 1) disciplina fiscal; 2) redefinição das prioridades do gasto público; 3) reforma tributária; 4) taxas de juros positivas; 5) taxas de câmbio conforme as leis do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8) privatização de estatais; 9) desregulamentação das atividades econômicas; 10) garantia dos direitos de propriedade; 11) afastamento do Estado como empresário e regulador das transações domésticas e internacionais (DICK, 2006, pp. 40-41).

Foi, portanto, nessa conjuntura que Fernando Collor de Mello (1990-92), o primeiro dirigente brasileiro eleito por voto popular após o fim da ditadura militar, ascendeu ao poder. Com o intuito de se ajustar às transformações sistêmicas e promover, a partir disso, a plena inserção do Brasil no novo cenário global, foram introduzidas diversas mudanças internas, como a abertura unilateral do mercado doméstico e a privatização de empresas públicas (SCHINDLER, 2010). Deste modo, o governo Collor se mostrou fortemente alinhado à nova ordem estabelecida pelos Estados Unidos por meio da convergência automática com os parâmetros do consenso neoliberal, mesmo se estes não lhe proporcionassem benefícios. A respeito disso, Moniz Bandeira (2004, p. 56) argumenta que a inserção brasileira nessa nova dinâmica foi feita “de forma impulsiva e unilateral, sem exigir contrapartidas dos outros Estados, sem exigência de reciprocidade ou sem precaução de salvaguardas, sem garantir às empresas nacionais ou estrangeiras, estabelecidas no Brasil, condições de competir com os produtos importados”.

---

<sup>11</sup> A expressão “Estado normal” foi cunhada em 1991 por Domingo Cavallo, então Primeiro-Ministro da gestão Menem (1989-1999), para fazer referência aos governos latino-americanos da Argentina, Brasil, México, Peru e Venezuela, além de outros países pequenos, do período. Esse paradigma salienta três princípios: a **subserviência** do Estado em relação às imposições do centro hegemônico do capitalismo; a **destruição** do núcleo da economia nacional e do projeto nacional de desenvolvimento em detrimento da transferência de renda ao exterior; e a **regressão** às funções da infância social (CERVO; BUENO, 2011; grifo do autor).

No tocante à política externa, observou-se, nesse período, a priorização de parcerias com países ocidentais desenvolvidos e regionais e a subserviência aos Estados Unidos — onde o Brasil mais concedeu do que recebeu — em detrimento da busca por aprofundar laços com países alternativos, como a China, tendo como justificativa a necessidade de recuperar a credibilidade perdida durante a década de 1980, em face da instabilidade monetária, da crise da dívida e da estagnação da economia brasileira (BECARD, 2011). Acreditava-se que “comportando-se como uma potência, nós [seríamos] uma” (SCHINDLER, 2010, p. 12). Nesse contexto, a crise do modelo de desenvolvimento é destacada, uma vez que, na visão do núcleo central do governo, a incapacidade do projeto desenvolvimentista e do próprio Estado de sobrepujar o quadro de crise severa pelo qual o país passava legitimaria a aceitação das orientações neoliberais e fundamentaria uma mudança de estratégia.

Apesar de algumas interpretações da política externa de Collor identificarem grande retrocesso em sua formulação, remetendo aos tempos do alinhamento automático com os EUA no apogeu da Guerra Fria, em face sobretudo da radicalidade da convergência com os ditames liberalizantes de Washington, Rubens Ricupero (2017) afirma que a diplomacia desse período não se mostrou tão distante das políticas exteriores predecessoras como se imagina<sup>12</sup>. Prevaleceu a busca pelo mesmo objetivo, a construção da autonomia, mudando-se apenas o método para alcançá-lo: a modernização. Nesse sentido, a aproximação com as grandes forças da arena global e a adesão aos regimes internacionais eram vistas como o melhor e mais eficiente caminho para garantir não somente a modernização do país, tendo-se acesso às tecnologias e recursos possibilitados pela globalização, como alçá-lo a uma posição de potência no Sistema Internacional, irrompendo o “Primeiro Mundo”. Paulo Vizontini (2005), por outro lado, critica a falta de destreza por parte do governo brasileiro ao não fazer uso de sua capacidade de barganha para trazer frutos concretos ao Brasil:

O Brasil afastou-se, em larga medida, de sua anterior diplomacia mundial e multilateral, voltando a alinhar-se aos Estados Unidos e a desenvolver uma política mais centrada nas Américas. Pior ainda, as novas teses vitoriosas com o fim da Guerra Fria foram adotadas sem resistência, não se utilizando a ampla margem de manobra que um país com as dimensões e a tradição diplomática do Brasil possuía (VIZENTINI, 2005, p. 79).

Nos anos que se seguiram ao fim da Guerra Fria e à derrocada do socialismo soviético, coube à China promover uma redefinição de seu projeto de inserção internacional e política

---

<sup>12</sup> A assinatura do Tratado de Assunção em março de 1991, que criou o Mercosul junto da Argentina, Paraguai e Uruguai, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92 ou Eco-92), conhecida como a reunião ambiental mais importante da história e o marco inicial do estabelecimento de regimes internacionais de meio ambiente, são grandes legados da política exterior da gestão Collor (RICUPERO, 2017).

externa, a fim de superar o isolamento que prevalecia desde os episódios de Tiananmen, reconquistar sua posição estratégica no sistema e dar continuidade ao plano de modernização. Biato Júnior (2010, p. 56) afirma que esse período foi fundamental para determinar as opções econômicas e políticas que retratariam o país ao longo de toda a década de 1990 e início de 2000: foi aí “que surgiu o conceito de ‘economia socialista de mercado com características chinesas’<sup>13</sup>, calcado numa estrutura econômica chinesa cada vez mais permeável às forças de mercado, mas que convive com um sistema político autoritário e avesso a qualquer processo de abertura política”. Somado a isso, foi inaugurada uma plataforma de ampliação e aceleração das reformas pausadas em 1989 e da abertura econômica ao exterior, uma vez que as novas oportunidades da configuração sistêmica pós-Guerra Fria despertaram novos interesses e novas possibilidades de manobra para o Estado chinês no plano internacional (BECARD, 2008; 2011).

Nesse contexto, cabe destacar o modo distinto como o Brasil e a China reagiram aos novos contornos do Sistema Internacional, marcadamente capitalista e globalizado. Enquanto o primeiro adentrou no paradigma normal, caracterizado pela subserviência, destruição e regressão, abandonando a vertente do desenvolvimentismo, a segunda percorreu o caminho contrário, privilegiando a via do desenvolvimento como vetor. Ainda, à medida que o governo Collor priorizava o contato e a interlocução com as grandes forças da arena global, além do núcleo regional, a diplomacia chinesa primava por diversificar suas relações, procurando se integrar aos debates e iniciativas internacionais. Assim, para além de buscar restaurar o diálogo com a Europa ocidental<sup>14</sup>, retraído após Tiananmen, e aprimorar o relacionamento com os Estados Unidos — que permanecia tenso<sup>15</sup> —, as regiões da África, Ásia e América Latina passaram a ocupar lugar de destaque na política exterior da China (HOLANDA, 2016). De acordo com Biato Júnior (2010, p. 61), “é nesse contexto que se explica o interesse chinês por uma maior aproximação com a América Latina em geral, e com o Brasil em particular, por se

---

<sup>13</sup> Conforme exposto por Biato Júnior (2010, pp. 157-8), teve-se a percepção, no núcleo do PCCh, de que “os princípios da ‘economia de comando’ e do ‘monopólio estatal dos meios de produção’ não eram mais apropriados àqueles tempos de ‘globalização’ incipiente, e que só reformas econômicas de mercado poderiam dar uma base estável de sustentação ao crescimento econômico chinês. [...] Optou o regime chinês pela estratégia de realizar as reformas econômicas de mercado, melhorar o padrão de vida da população, para só posteriormente encarar a espinhosa questão da abertura política, a ser postergada ao máximo”.

<sup>14</sup> A aproximação com países como a França, Reino Unido e Alemanha, além de servir como um contraponto ao esfriamento das relações sino-estadunidenses, mostrava-se essencial para a estratégia da China de atrair investimentos estrangeiros e adquirir altas tecnologias para o desenvolvimento interno.

<sup>15</sup> Marie-Claire Bergère (2000 *apud* BECARD, 2008, p. 162, tradução nossa) classifica essa lógica como a “rivalidade entre potência hegemônica e potência aspirando à hegemonia”. Em francês, “rivalité entre puissance hégémonique et puissance aspirant à l’hégémonie”.

tratar de região estratégica, fora de seu entorno imediato e crescentemente ‘independente’ da influência direta dos EUA”.

Embora a década de 1980 tivesse sido marcada pelo florescimento das relações sino-brasileiras, com o aumento expressivo da corrente de comércio, a formalização de diversos acordos e as inúmeras visitas diplomáticas e presidenciais, a estagnação e perda de ímpeto nos primeiros anos da década de 1990 deixavam claro que as bases do relacionamento bilateral ainda não estavam totalmente assentadas para viabilizar um desenvolvimento linear (BECARD, 2008). Observou-se, durante esse período, uma dicotomia nas relações, que seguiram duas tendências contraditórias: por um lado, o diálogo nos níveis político e diplomático se via consolidado, com um amplo aparato jurídico-institucional, contatos frequentes de alto nível e grande concertação em temas internacionais. Por outro lado, para o embaixador Roberto Abdenur, essa aparente harmonia mascarava o processo de esvaziamento pelo qual as relações Brasil-China passavam, sobretudo em duas importantes esferas: na cooperação científico-tecnológica e no comércio (ABDENUR, 1992 *apud* BIATO JÚNIOR, 2010).

No campo comercial, as relações já se mostravam desgastadas desde a segunda metade dos anos 1980, quando o desempenho do comércio bilateral começou a entrar em queda vertiginosa. As exportações brasileiras à China, que chegaram à marca de US\$ 817 milhões em 1985, posicionando o país asiático entre os dez principais parceiros comerciais do Brasil, decaíram para pouco menos de US\$ 630 milhões em 1989, US\$ 380 milhões em 1990 e apenas US\$ 226 milhões em 1991, números preocupantes que só seriam completamente recuperados a partir de 1994. No mesmo período (1985-91), a RPC, cujas importações correspondiam a 5,1% de todo o volume exportado pelo Brasil, atingiu a dramática porcentagem de 0,7%, ficando atrás de países asiáticos como o Japão, a Coreia do Sul e até mesmo Taiwan (BECARD, 2008). Dentre as razões que ocasionaram a perda do dinamismo do comércio bilateral sino-brasileiro, Becard (2011, p. 35) destaca

A aproximação crescente entre China e parceiros competitivos da região asiática; a contenção das compras chinesas devido a ajustes no programa de reforma econômica do país; a substituição de produtos siderúrgicos brasileiros por produção chinesa; a necessidade de diminuir déficits chineses com o Brasil como condição para aumentar a corrente comercial; o preço pouco competitivo do petróleo chinês, até então importado pelo Brasil; a rarefeita presença tanto de “tradings” quanto de empresas exportadoras brasileiras em solo chinês. Tanto o Brasil quanto a China tiveram dificuldades de criar medidas eficazes para ampliar o volume transacionado e diversificar a pauta de exportação – concentrada na venda brasileira de minério de ferro, produtos siderúrgicos e óleo de soja – e de importação – baseada na venda de produtos chineses pertencentes a quatro setores: petróleo e carvão, produtos químicos e farmacêuticos, têxteis e máquinas e material elétrico.

No âmbito das relações político-diplomáticas, o presidente Yang Shangkun se tornou o primeiro Chefe de Estado da República Popular da China a visitar o Brasil, em maio de 1990. Na ocasião da visita, ainda ecoava no Congresso e na opinião pública brasileiros a repercussão negativa da reação violenta do governo chinês quando do incidente de Tiananmen, ocorrido menos de um ano antes. Não obstante as críticas existentes, foi realizada, durante a estadia do presidente no Brasil, a III Reunião de Consultas Políticas, onde foram assinados dois atos internacionais: o Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica e o Memorando de Entendimento sobre minério de ferro (BECARD, 2008).

A cooperação entre os dois países se fez presente também no escopo multilateral, sendo possível identificar, nesse contexto, dois acontecimentos relevantes: em 1992, o Brasil solicitou o endosso da RPC à sua candidatura para membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, ao qual a embaixada assegurou, na ocasião da 47<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas, que “a China terá o prazer de apoiar o Brasil e está ansiosa para um bom relacionamento com o Brasil no Conselho de Segurança”<sup>16</sup> (*apud* BECARD, 2008, p. 167, tradução nossa). Ademais, Shang Deliang sublinha que, no mesmo ano, durante a II Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), os dois países desempenharam um bem-sucedido papel de fortalecer a coordenação e a cooperação entre os países em desenvolvimento presentes na conferência e exitosamente promoveram o diálogo Sul-Sul.

### **2.3 A definição da parceria estratégica (1993-03)**

Apesar do inquestionável período de crise experienciado nas relações sino-brasileiras no início da década de 1990, esse momento se mostrou breve uma vez que, com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, ao final de 1992, a preferência dada a países desenvolvidos na agenda de política externa brasileira cedeu espaço para relações com Estados em desenvolvimento que detinham grande potencial de cooperação, fato que salientou a ambição do Brasil de assegurar maior projeção internacional através da universalização (BECARD, 2011). Destarte, o governo Itamar Franco (1992-94) executou uma revisão da política exterior, processo que já vinha sendo ensaiado desde a ascensão de Celso Lafer no Itamaraty, nos últimos meses da gestão anterior, e que ganhou força com Fernando Henrique Cardoso e Celso Amorim na cadeira de Rio Branco. Nesse contexto, a via do desenvolvimentismo foi retomada,

---

<sup>16</sup> “China will be delighted to support Brazil and is looking forward to a good relationship with Brazil in the Security Council”.



acompanhada das concepções de universalismo e multilateralismo como condutoras da política externa e vetores do desenvolvimento nacional. Fernando Henrique Cardoso, na condição de Ministro das Relações Exteriores, declarou que:

O Brasil deverá abrir, e não fechar opções, jogar nos diferentes tabuleiros, buscar parcerias estratégicas e parcerias localizadas, o que exige planejamento estratégico, visão de futuro e adaptação criativa. [...] Deveremos manter nossas coalizões tradicionais e procurar novas. Temos vocação universal e portanto maior facilidade de variar nossas parcerias. Temos condições de conduzir uma diplomacia diversificada e de caráter universalista (CARDOSO, 1993 *apud* BARRETO, 2012a, pp. 238-9).

Assim, o governo teve como importantes pautas no meio exterior a soberania e o desenvolvimento, os quais não poderiam ser alcançados sem que houvesse uma coordenação de esforços entre países em desenvolvimento para a democratização das relações internacionais e a formulação de uma nova ordem internacional livre dos constrangimentos sistêmicos que afetavam o desenvolvimento desse grupo de nações (BARRETO, 2012a). Nesse sentido, Dick (2006) e Santana (2006) argumentam que o projeto de inserção do Brasil no cenário externo foi bastante evidenciado no escopo dos foros multilaterais, uma vez que, em face de sua limitação em promover uma política de poder no SI, a visibilidade e reconhecimento brasileiros perante a comunidade internacional seriam impressos por meio de suas convicções e princípios, e não pela legitimidade da força. Deste modo, a postura do Brasil nesse âmbito foi caracterizada pelo pragmatismo, com o intuito de modificar seu quadro de passividade e inserir-se de maneira mais ativa nos temas internacionais, conforme observado nas Nações Unidas e durante a Rodada do Uruguai do GATT.

Diante do contexto de diversificação das parcerias e do olhar mais aguçado para os países em desenvolvimento, o relacionamento bilateral sino-brasileiro, após momento de retração, encontrou terreno propício para dar continuidade ao seu aprofundamento, impulsionado pela existência de interesses e motivações mútuas no estreitamento dos laços. Da parte do Brasil, a aproximação com a China sugeria perspectivas positivas de contratos e de ampliação das exportações — tanto em números quanto em setores, salientando o setor de serviços —, tendo em vista o extraordinário crescimento econômico chinês da última década e o cenário brasileiro de crise. Ainda, existia a expectativa de que uma parceria sólida seria capaz de fortalecer os argumentos do Brasil nos fóruns internacionais, uma vez que as posições dos dois países na esfera multilateral apresentavam grande convergência em muitos dos casos, tais como Cooperação Sul-Sul, defesa do meio ambiente, desenvolvimento e não-proliferação nuclear (BIATO JÚNIOR, 2010; OLIVEIRA, 2004). Deste modo, diante das potencialidades do desenvolvimento pleno das relações sino-brasileiras e dos múltiplos interesses do Brasil

dentro da nova dinâmica global, o país asiático foi qualificado como uma das prioridades da agenda diplomática brasileira.

A China, por sua vez, também enxergava o potencial da aproximação com o que considerava um grande país em desenvolvimento, com destaque considerável no Sistema Internacional e anseios similares tanto no plano externo quanto no âmbito doméstico. Ainda, no contexto da reaceleração das reformas econômicas na China, a partir de 1992, o Brasil se apresentava como um importante mercado fornecedor de matérias-primas essenciais à sustentação de um parque industrial cada vez mais sofisticado e desenvolvido. Em face da rápida expansão de sua indústria e da crescente demanda por recursos primários, a China manifestou amplo interesse em estabelecer parcerias com diversos países em diferentes níveis e profundidades, e o discurso do terceiro-mundismo se manteve patente em sua política exterior, uma vez que, para além das oportunidades de suprimento de *commodities*, acreditava-se que essa narrativa promoveria a abertura do país e sua inserção internacional de maneira mais igualitária (BECARD, 2011).

Em razão disso, a partir de agosto de 1992, o intercâmbio comercial entre Brasil e China assistiu à sua gradativa restauração, em especial no tocante às exportações brasileiras, as quais tiveram um aumento de 40% em relação ao ano anterior (BECARD, 2008). Na Tabela III, é possível identificar o trajeto percorrido pelas trocas econômico-comerciais desde o período de crise até o fim do governo Itamar (1990-94), na qual se observa que a recuperação completa dos números se deu apenas em 1994, quando o comércio bilateral atingiu valores semelhantes aos de 1985. Apesar do crescimento registrado nas exportações, Becard (2008) expõe que a pauta se manteve significativamente reduzida e concentrada em poucos setores e produtos, nomeadamente extrativa mineral, siderurgia e produtos agropecuários. Não obstante, a retomada do crescimento do comércio entre os dois países, que se encontrava em um processo de esvaziamento até então, demonstrou que o relacionamento bilateral sino-brasileiro estava pronto para entrar em uma nova fase de entendimentos.

**TABELA III: Intercâmbio comercial Brasil-China (em milhões USD) (1990-94)**

	1990	1991	1992	1993	1994
<b>Exportações brasileiras</b>	382	226	460	799	822
<b>Importações brasileiras</b>	169	129	117	305	463

<b>Total (USD)</b>	551	355	577	1.104	1.285
--------------------	-----	-----	-----	-------	-------

Fonte: Adaptado de Becard (2008)

Ainda, é ressaltado nesse período o espaço galgado por grandes empresas brasileiras no mercado chinês a partir da participação em licitações para a construção de centrais hidrelétricas na China. Destacam-se, nesse contexto, a Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO) e a Andrade Gutierrez, que desenvolveram projetos nas províncias de Yunnan (TSQ-I) e Cantão (Xiaolangdi) estimados em US\$400 milhões e US\$600 milhões, respectivamente. A Embraco, por sua vez, antevendo o potencial do mercado de refrigeradores chinês, firmou, junto da companhia chinesa Snowflake, a primeira *joint-venture* sino-brasileira, a Beijing Embraco Snowflake, centrada na fabricação e comercialização de compressores herméticos para refrigeração, com investimento inicial de US\$53 milhões (BECARD, 2008; 2011; BIATO JÚNIOR, 2010).

A aproximação entre os dois países também se mostrou patente no nível político-diplomático, tendo em vista que o governo Itamar Franco, apesar de breve, foi marcado por uma sucessão de visitas oficiais de alto nível. Em março de 1993, o Chanceler Qian Qichen esteve no Brasil em uma visita de familiarização com a América Latina e expressou o desejo de elevar o relacionamento sino-brasileiro a um patamar superior àquele que mantinha com seus outros interlocutores, conforme esclarece Biato Júnior (2010). Foram assinados, na ocasião, dois documentos nas esferas espacial e de energia elétrica: o Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra, que destacou a perspectiva de expansão da cooperação científico-tecnológica, e o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica, que versava sobre a cooperação em matéria energética, sobretudo hidrelétrica.

De acordo com Patrícia Dick (2006, p. 43), “a convergência de interesses e a sintonia entre os países, o processo de aproximação e complementaridade econômica, e o reconhecimento do caráter singular dos programas conjuntos de cooperação contribuíram para a avaliação positiva do relacionamento bilateral”. Deste modo, em maio do mesmo ano, a visita do Primeiro-Ministro Li Peng e do vice-Primeiro-Ministro Zhu Rongji ao Brasil atestou a gênese de um novo momento das relações Brasil-China com a instrumentalização de uma parceria estratégica entre “o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental [e] o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental” (ZHU *apud* DICK, 2006, p. 43). Essa parceria de longo prazo, proposta por Zhu Rongji e prontamente aceita por Itamar Franco, traduziu o amplo interesse mútuo de expandir e consolidar a cooperação em todas as esferas,

ênfatizando a importância de ambos os países e de sua aliança na construção de um novo ordenamento internacional.

O *status* de parceria estratégica foi oficialmente formalizado em novembro de 1993, quando da visita do Presidente chinês Jiang Zemin ao Brasil, tendo sido essa a primeira viagem internacional feita por Jiang na condição de Chefe de Estado. Para além da assinatura do Protocolo de Intenções sobre o Incremento do Comércio Bilateral de Minério de Ferro e a Promoção da Exploração Conjunta de Reservas de Minério de Ferro e do Protocolo entre o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e a Administração Nacional de Espaço da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior (BECARD, 2008), foram definidas as quatro diretrizes da parceria estratégica:

- i) aprofundar as relações comerciais para promover a prosperidade mútua e consolidar um exemplo de cooperação Sul-Sul; ii) estender a comunicação interpessoal e efetivar a cooperação em diversos campos, como na cultura, educação, academia e esportes; iii) efetuar consultas bilaterais nos organismos multilaterais e sobre os assuntos da agenda internacionais, com o objetivo de fortalecer a coordenação e o apoio mútuo, para salvaguardar os interesses dos países em desenvolvimento e contribuir para o estabelecimento de uma nova ordem política mundial baseada na paz, estabilidade e justiça; iv) estender os contatos diretos e o diálogo entre os dirigentes para efetivar o mecanismo de consulta política e expandir a cooperação em todos os níveis e campos, para aprofundar o entendimento e a confiança mútua e construir uma relação bilateral estável e mutuamente benéfica (SHANG, 2003, p. 293).

Cabe ressaltar, nesse contexto, que Pequim adota atualmente uma elaborada estratégia de rede de parcerias com classificações em diferentes níveis no escopo diplomático. Ainda que o dragão asiático não se apresente como o único país a fazer uso de um sistema de parceria como meio de promover seus interesses nacionais, o que diferencia sua abordagem da de outros Estados é o grau de importância dado à construção de tais parcerias. Assim, conforme argumentam Quan Li e Min Ye (2019), essa estratégia ocupa posição central nas formulações de política externa e diplomacia chinesas. Apesar de, hoje, a China possuir parcerias com 115 países e cinco organizações regionais (O'CONNOR; DONOVAN, 2022), o Brasil foi o primeiro Estado a receber o título de parceiro estratégico da RPC, o que enfatiza o grau de relevância atribuído pela China às relações sino-brasileiras. Por outro lado, alguns embaixadores chineses, como Gao Kexiang, Jiang Yuande e Chen Duqing argumentam que a qualificação de “parceria estratégica” entre Brasil e China pode ter sido formalizada prematuramente, uma vez que, apesar do claro interesse desta em se aproximar daquele, a RPC ainda não havia pensado a fundo em tal conceito. Conforme aponta Biato Júnior (2010, p. 72),

Se hoje o conceito da Parceria Estratégica virou quase um lugar comum, à época era tão novo que a China não o havia adotado para sua relação com qualquer outro país. O Brasil foi, assim, o primeiro país a ser reconhecido pela China (em 1993) como um ‘Parceiro Estratégico’, antes da Rússia (1996), país com o qual a China mantinha

ainda posição ambivalente no início dos anos noventa [...] ou da Alemanha, que não se sentia à vontade com o termo. [...] [No entanto], se é verdade que os relacionamentos China-Rússia e China-Alemanha foram mais densos e operativos que o sino-brasileiro, dada a vizinhança e maior densidade dos vínculos militares (no caso da Rússia) ou do excepcionalmente dinâmico comércio e absorção de tecnologia (no caso da Alemanha), nada tira o mérito de o Brasil ter sido o primeiro país a ser considerado um Parceiro Estratégico pela China (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 72).

A aproximação dos dois países manteve ritmo acelerado no último ano da gestão Itamar Franco, com a visita de Hu Jintao, como membro da Comissão Permanente do Bureau Político, ao Brasil, e a viagem do Ministro da Ciência e Tecnologia Israel Vargas e de Celso Amorim à China. Ainda, o ano de 1994 foi marcado pela retomada do programa CBERS, após período de crise por dificuldades financeiras da parte brasileira, e pelo estabelecimento de diversas iniciativas de cooperação no plano bilateral em novas áreas, tais como telecomunicações, informática, automação bancária e saúde. No escopo político, observou-se a intensificação do diálogo tanto no plano bilateral, a partir da multiplicação de reuniões de consulta e planejamento, quanto multilateralmente, tendo em vista o crescente papel da China no Sistema Internacional, a ambição do Brasil de ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e o interesse de ambos em promover a reforma da estrutura da ONU (BIATO JÚNIOR, 2010).

A vitória de Fernando Henrique Cardoso, ex-Chanceler e Ministro da Fazenda do governo Itamar, nas eleições presidenciais de 1994 possibilitou, em um primeiro momento, a continuidade do desenvolvimento da parceria estratégica engendrada por Brasília e Pequim. Na esteira do sucesso do Plano Real, FHC assumiu a Presidência do país com um projeto orientado à execução de reformas estruturais que viabilizariam, internamente, desenvolvimento, estabilidade e justiça social, e, externamente, maior credibilidade internacional e inserção plena na nova dinâmica global pós-Guerra Fria (DICK, 2006). Nesse sentido, Santana (2006, p. 11) afirma que a política externa e a diplomacia do período objetivavam, dentre outros aspectos, “a estabilidade econômica e a retomada do desenvolvimento de forma sustentável, por meio da abertura comercial e da atração de investimentos e tecnologias”. Para Cardoso (1995), era justamente o processo de transformação qualitativa do país, por meio do desenvolvimento nacional, que permitiria a criação de melhores condições para a projeção exitosa do Brasil no Sistema Internacional. Quanto às diretrizes da ação do Brasil no exterior,

A diplomacia buscou concentrar esforços para promover uma nova inserção internacional ao País e, no entendimento do novo governo, esses esforços traduziam-se no ajuste do País ao processo de abertura econômica e cooptação dos temas centrais da agenda internacional — como direitos humanos e democracia, meio ambiente, ampliação do multilateralismo e os desafios do regionalismo, dinamização do

comércio internacional e superação do protecionismo e práticas unilaterais, acesso a tecnologias, esforços de não-proliferação e combate à criminalidade internacional (DICK, 2006, p. 49).

Deste modo, com o intuito de assegurar ganhos, sobretudo econômico-comerciais e político-diplomáticos, ao Brasil, a política exterior da gestão FHC perseguiu a chamada autonomia pela integração (LAMPREIA, 1998). Tal conceito partia da premissa de que o país deveria se articular com o meio internacional, procurando manter todos os caminhos abertos em detrimento de optar pela via isolacionista ou excludente. Isso se traduziria em uma tentativa de pertencimento a múltiplas esferas, isto é, o Brasil deveria procurar conciliar a manutenção de suas tradicionais parcerias internacionais com países desenvolvidos — Estados Unidos, União Europeia e Japão — e a intensificação do diálogo com novos parceiros, como a China (BECARD, 2008; 2011). Destarte, logo em seu discurso de posse, Fernando Henrique Cardoso definiu a Ásia como uma das regiões prioritárias na agenda de política externa brasileira (OLIVEIRA, 2004), tendo sido a China o primeiro país asiático a ser visitado por ele, o que demonstra interesse em aprofundar a parceria estratégica.

Nesse contexto, faz-se importante destacar que um dos aspectos mais marcantes da política exterior do governo Fernando Henrique foi a utilização da diplomacia presidencial como um mecanismo para garantir a harmonia entre o MRE, a presidência, o governo e os parceiros internacionais (DICK, 2006). Em determinados governos, a diplomacia convencional desempenhada pelo Itamaraty acaba por dar lugar a uma estratégia alternativa na qual o chefe de Estado se torna a face protagonista da política externa e da diplomacia nos âmbitos interno e externo (RICUPERO, 2017). Também conhecido como diplomacia de cúpula, esse fenômeno é marcado pela intensa atividade do presidente de um país em assuntos internacionais, indo além de suas atribuições *ex officio*, de modo que o MRE, parte central dos processos decisórios em política externa, vê-se relegado a segundo plano e perde parte de sua autonomia. Ainda que Juscelino Kubitschek, ao assumir pessoalmente a liderança da Operação Pan-Americana (OPA), tenha sido o pioneiro da diplomacia presidencial no Brasil, foi Fernando Henrique Cardoso (FHC) quem alçou esse modelo a um novo patamar, concedendo-o uma envergadura nunca antes vista nacionalmente (DANESE, 2017). Deste modo, abriu-se espaço e estabeleceu-se um referencial para que as gestões seguintes, sobretudo os governos Lula e Bolsonaro, desempenhassem um papel mais ativo na política externa, o que se caracteriza, também, como uma expressão de seu poder.

Diante disso, o presidente exerceu uma conduta mais participativa na formulação do comportamento brasileiro na arena global, marcado sobretudo pelo intenso programa de

viagens presidenciais, ao passo que o Itamaraty testemunhou um relativo esvaziamento de suas funções. A partir das convicções do presidente, o paradigma do Estado normal, brevemente interrompido durante a gestão Itamar Franco, retornou à pauta e à condução da política exterior brasileira em oposição ao projeto desenvolvimentista. Assim, conforme expõe Dick (2006), apesar de os objetivos históricos condutores da política externa terem se mantido, o papel do Estado dentro desse processo foi alterado.

Paralelamente ao governo FHC, a China emergiu definitivamente como um país ativo no Sistema Internacional a partir da segunda metade da década de 1990, por meio do pragmatismo e do universalismo. Suas atitudes, consoante aponta Becard (2008, p. 215), “passaram a ser de menor confrontação, maior sofisticação e confiança e, algumas vezes, baseadas em atitudes mais construtivas com relação a questões regionais e globais”. Nesse sentido, a busca pela construção de novos relacionamentos a partir do estabelecimento de uma rede de diversos níveis de parceria, da qual o Brasil foi o primeiro Estado a fazer parte, constituiu um importante ponto da nova estratégia chinesa de inserção internacional. Dentro dessa dinâmica, o Brasil era visto pela República Popular da China como um potencial e desejável aliado preferencial na região da América do Sul, em face das semelhanças que os dois países compartilhavam e das grandes potencialidades que permeavam essa relação (CHACON, 2003).

Domesticamente, ambos os países testemunhavam um processo de implementação de reformas e abertura ao exterior — apesar de em diferentes graus —, na tentativa de garantir a estabilidade macroeconômica. No plano externo, ansiavam por uma maior participação na construção do ordenamento internacional, a despeito dos constrangimentos a que eram expostos na posição de países em desenvolvimento. Os esforços comuns aproximavam o Brasil da China e estimulavam o aprofundamento da cooperação bilateral. Nesse contexto, as visitas de alto nível se mantiveram assíduas no período 1995-02: em 1995, vieram ao Brasil o então vice-Primeiro-Ministro Zhu Rongji e Li Tieying, Ministro-Chefe da Comissão Estatal de Reformas Econômicas, em maio, e Li Ruihuan, Presidente da Conferência Nacional da Consulta Política do Povo Chinês, em junho. Em dezembro do mesmo ano, Fernando Henrique Cardoso visitou a RPC em sua primeira viagem a um país asiático na condição de Presidente da República, o que simbolizou, em sua visão, o início de uma nova fase de entendimentos na relação sino-brasileira. Na ocasião da viagem presidencial, foram assinados seis documentos bilaterais nas áreas comercial, cultural e científico-tecnológica (DICK, 2006).

Dentre as inúmeras visitas feitas durante o recorte temporal da gestão FHC, pode-se destacar a viagem do Primeiro-Ministro Li Peng (1996), na qual foi expresso o desejo de

consumar um salto qualitativo nas relações Brasil-China; a viagem do vice-Primeiro-Ministro Li Lanqing (1997); a visita do Chanceler Luiz Felipe Lampreia à China (1998); a vinda de Tang Jiaxuan, Ministro das Relações Exteriores chinês, ao Brasil (1999); e a segunda visita do Presidente Jiang Zemin (2001), que expressou a singularidade do relacionamento sino-brasileiro (DICK, 2006).

Deste modo, percebe-se que a consagração da parceria estratégica impulsionou o desenvolvimento das relações bilaterais. No âmbito da cooperação política, o avanço foi observado sobretudo na ampliação do diálogo bilateral, na convergência de posições em fóruns internacionais — que chegou a atingir 95% — e na frequência de visitas de alto nível — em um intervalo de dois anos, cinco dos sete membros da Comissão Permanente do Politburo chinês estiveram no Brasil, além de outros nomes de igual relevância, conforme supracitado (CHEN, 2007). No entanto, a tentativa de FHC de se afastar de articulações e discursos terceiro-mundistas impediu que o relacionamento, sobretudo na vertente política, atingisse todo o seu potencial.

Na esfera econômico-comercial, Becard (2008, pp. 240-1) argumenta que o auge do processo de globalização em meados dos anos 1990 se mostrou conveniente para o progresso das relações entre Brasil e China, uma vez que ambos “perceberam com maior clareza a possibilidade de explorar complementaridades para aumentar o intercâmbio comercial e inversões econômicas, satisfazendo simultaneamente a necessidade de alimentar o desenvolvimento e de diminuir assimetrias de poder no âmbito Norte-Sul”. Oswaldo Biato Júnior (2010) argumenta, todavia, que o salto quantitativo dos números nos primeiros anos do governo FHC se deu menos devido ao estabelecimento da parceria estratégica, e mais em face da estabilização econômica resultante da implantação do Plano Real e da recuperação do crescimento econômico, no Brasil, e das reformas econômicas liberalizantes e do acelerado desenvolvimento chineses.

No primeiro triênio da gestão Cardoso, o comércio bilateral Brasil-China se mostrou constante e equilibrado, tendo a corrente comercial ultrapassado US\$2,2 bilhões em todos os três anos. Todavia, a partir desse período, observa-se que o Brasil, que frequentemente registrava superávits no intercâmbio com a China, passou a acumular saldos negativos. De acordo com Becard (2008) e Dick (2006), tal fenômeno ocorreu devido à implementação do Plano Real, à valorização cambial e à redução das barreiras de importação, que, à medida que fomentaram as importações e o consumo, comprometeram as exportações brasileiras. Entre os anos de 1998 e 1999, conforme demonstra a Tabela IV, os fluxos comerciais sino-brasileiros sofreram uma acentuada queda.



A corrente de comércio, que havia ultrapassado US\$2,25 bilhões em 1997, chegou a alcançar pouco mais de US\$1,5 bilhão em 1999, o ponto mais baixo desde 1994, devido a uma sucessão de adversidades experimentadas por ambos os países. Do lado brasileiro, as exportações continuavam baixando em razão da sobrevalorização da moeda e da queda nos preços das *commodities* no mercado internacional. Nesse contexto, a pauta exportadora do Brasil era composta em grande medida por produtos primários e concentrada em poucos setores. A economia chinesa, por sua vez, foi severamente afetada pela eclosão da crise financeira asiática de 1997 (BIATO JÚNIOR, 2010; OLIVEIRA, 2004).

**TABELA IV: Intercâmbio comercial Brasil-China (em USD) (1995-02)**

<b>Ano</b>	<b>Exportações brasileiras</b>	<b>Importações brasileiras</b>	<b>Saldo</b>
<b>1995</b>	1.203.705.528	1.041.728.048	161.977.480
<b>1996</b>	1.113.828.697	1.132.883.363	-19.054.666
<b>1997</b>	1.088.214.616	1.166.420.980	-78.206.364
<b>1998</b>	904.879.640	1.033.806.095	-128.926.455
<b>1999</b>	676.140.777	865.159.591	-189.018.814
<b>2000</b>	1.085.223.878	1.222.144.368	-136.920.490
<b>2001</b>	1.902.093.617	1.328.415.610	573.678.007
<b>2002</b>	2.520.457.098	1.554.053.265	966.403.833

Fonte: Becard (2008)

A partir do final de 1999, o comércio bilateral começou a apresentar sinais de melhora e o crescimento foi retomado. A desvalorização cambial do Real conferiu maior competitividade aos produtos brasileiros e impulsionou o aumento das exportações, de modo que o Brasil conseguiu recuperar a tendência superavitária de sua balança comercial. Ainda, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, dinamizou o acesso ao mercado interno do país em face da redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias, abrindo novas possibilidades ao intercâmbio comercial. No entanto, Dick (2006, pp. 85-6) aponta que, apesar dos incontestáveis avanços observados no volume do comércio Brasil-China, “a concentração das pautas de exportação e importação em determinados produtos, em comparação com o dinamismo das economias, indica a possibilidade de aprofundamento da

relação”. Deste modo, não obstante o crescimento e o potencial econômico dos dois Estados, as cifras ainda deixavam a desejar.

Na virada do século XX para o XXI, prevalecia, nos setores brasileiros, um certo sentimento de desencanto com a parceria estratégica, uma vez que existia uma expectativa de que os resultados do aprofundamento dos laços fossem se materializar mais rapidamente, o que acabou por não ocorrer. Para o Embaixador do Brasil em Pequim à época, Affonso Celso de Ouro Preto (2010, p. 102), “na prática, até o final dos anos 1990, [a] aliança estratégica era um mero exercício retórico, cujo conteúdo não havia ainda adquirido uma consistência real”. Os chineses, por outro lado, tinham a distinta percepção de que a instrumentalização da parceria era um projeto de longo prazo, apesar de concordarem que, em seus primeiros anos de implementação, a parceria estratégica ficou aquém do esperado. No entanto, novos entendimentos e desenvolvimentos se seguiriam nos anos subsequentes, e as relações sino-brasileiras atingiriam seu grande ápice no governo Lula (2003-10).

O presente capítulo procurou traçar o histórico das relações entre dois grandes países do mundo em desenvolvimento, ambos trilhando um caminho em direção à construção de um novo ordenamento internacional pacífico, plural e não-hegemônico. A disposição de interesses comuns e de realidades semelhantes, a despeito das identidades distintas, impulsionou a aproximação entre Brasil e China, que enxergaram novas possibilidades de inserção e ascensão internacional a partir da cooperação entre nações do Sul Global.

Nos quase trinta anos de relacionamento formal estudados neste capítulo, observa-se um desenvolvimento não-linear, marcado por momentos de intensificação e de crises, ocasionados tanto por fatores próprios da estrutura do Sistema Internacional, quanto por condicionantes conjunturais de cada país. Não obstante as dificuldades enfrentadas no decorrer do relacionamento, os dois países foram capazes de consolidar um diálogo amadurecido a longo prazo, que assumiria novos contornos a partir de 2003. Nesse sentido, é válido relembrar a comparação expressa pelo Chanceler Saraiva Guerreiro e lembrada por Gao Kexiang de que **“a relação Brasil-China é como um elefante: anda lentamente para frente, às vezes pára, depois retoma o caminho, mas dificilmente anda para trás”** (*apud* BIATO JUNIOR, p. 45, grifo nosso).

### 3. AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS SOB O GOVERNO LULA (2003-10)

As transformações na configuração do Sistema Internacional observadas nas últimas décadas, especialmente com o prelúdio da Guerra Fria e seu posterior desenlace, trouxeram para o centro dos debates de relações internacionais a crescente importância da política externa (FIGUEIRA, 2009, 2011). Em um mundo cada vez mais interdependente, seu impacto sobre as dinâmicas e relações transnacionais se mostra mais perceptível, o que exige que uma maior atenção seja dada ao modo como um país se porta frente aos desafios e potencialidades do cenário internacional. Ainda que esse conceito tenha sido repensado e ressignificado para se adequar às mudanças históricas, a política exterior de um Estado pode ser entendida como

A ação empreendida pelos países no plano internacional, [que] não apenas aponta para os objetivos e linhas mestras que o país adotará na sua relação com os demais agentes do sistema internacional, mas também deve compor estratégias de atuação nas diversas dinâmicas da vida internacional, considerando, para tanto, o poder relativo que cada Estado possui em relação a seus pares (FIGUEIRA, 2011, pp. 6-7).

Sendo assim, a política externa envolve o complexo processo decisório que orienta a ação dos países dentro da configuração mundial, atentando para seu comportamento na arena internacional e para as interações estabelecidas com os diferentes atores inseridos nesse contexto. Portanto, a formulação da política exterior de uma nação deve se concentrar em atingir seus objetivos e assegurar seus interesses nacionais no jogo de poder global, calculando estrategicamente, a partir de métodos e análises, o melhor curso disponível para alcançá-los (JACKSON; SORENSEN, 2018).

Observando-se a estrutura do Sistema Internacional, a política externa se mostra um instrumento de extrema relevância, uma vez que é por meio dela que o Estado irá se projetar internacionalmente, designando um conjunto de princípios e condutas com o intuito de eficientemente promover sua inserção no ambiente externo. Para além disso, a conceituação da política externa como uma política pública lhe confere um novo grau de importância, pois ela “[gera], com cada vez mais frequência, efeitos distributivos sobre setores da economia e/ou sociedade; isso quer dizer que cada vez mais os efeitos das decisões de política externa [passam] a afetar o cotidiano e a vida do cidadão” (FIGUEIRA, 2009, p. 24) e, portanto, torna-se uma questão de interesse coletivo.

Nesse sentido, a ascensão de Luiz Inácio “Lula” da Silva à Presidência da República indicou a gênese de um novo momento político brasileiro. Ainda que nos primeiros anos de seu governo, com Antonio Palocci como Ministro da Fazenda e Henrique Meirelles à frente do Banco Central, o Brasil tenha esboçado alguns trejeitos de cunho neoliberal, dando certa

continuidade à agenda — sobretudo econômica — da gestão FHC (1995-02), a presidência de Lula teve face particularmente desenvolvimentista, atrelando o crescimento e o desenvolvimento econômicos vultosos — devido, especialmente, à valorização das *commodities* (CARVALHO, 2018) — a transformações sociais. Em seu discurso de posse, Lula discorreu:

“Mudança”: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo, e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos [...] Chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos (BRASIL, 2003, pp. 1-2).

No que tange à política externa dos governos Lula (2003-10), esta herdou alguns preceitos das formulações de seu antecessor, Fernando Henrique, em especial a busca pela autonomia por meio da integração regional, além de princípios outros da Política Externa Independente (PEI) de San Tiago Dantas e determinadas práticas do pragmatismo responsável e ecumênico de Geisel e da barganha nacionalista de Getúlio (VIDIGAL, 2021). Não obstante a existência de alguns pontos de convergência e contiguidade a governos anteriores, a política exterior de Lula e Celso Amorim representou, em linhas gerais, a execução de uma nova conduta no que diz respeito às relações diplomáticas (JAKOBSEN *apud* QUERIDO, 2017). Como parte do projeto de ativez sob o qual a política externa foi assentada, o Brasil foi capaz de construir uma imagem positiva frente à sociedade internacional, associada em grande medida ao interesse e ao empreendimento de diversas políticas no campo social doméstico, como o combate à fome e à pobreza, e no externo, como a luta pela diminuição dos constrangimentos do sistema e pela reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Colocando o Brasil como uma potência média, Lula perseguiu uma estratégia mais propositiva e ativa de inserção internacional, afirmando sua soberania na busca por protagonismo regional e maior projeção de poder no sistema. Isso é perceptível pela atuação do país em várias frentes, em conformidade com a participação ativa em fóruns internacionais e organismos multilaterais tanto a nível global, como a OMC e as Nações Unidas, quanto a nível regional com vistas à integração, como a CELAC e a Unasul. Ao contrário de seus predecessores, a atuação externa brasileira sob os governos Lula revelou caráter autonomista ao preconizar uma conduta contra-hegemônica e buscar a inserção na “composição com países que tenham interesses semelhantes e se disponham a resistir às imposições das potências dominantes” (RIEDIGER, 2010, p. 18).

Sob a perspectiva de uma nação emergente, abriu-se um leque de possibilidades de o país se inserir mais ativamente nos assuntos internacionais sem a compreensão limitante de necessariamente se alinhar a Estados ocidentais desenvolvidos em relações assimétricas. Não à toa, a agenda internacional desse período teve como uma de suas principais diretrizes a autonomia pela diversificação com enfoque na integração regional do Cone Sul e na cooperação Sul-Sul, a partir da articulação de alianças e parcerias estratégicas com países periféricos na América do Sul, África e Ásia. Conforme argumenta Riediger,

Retomou-se, então, uma antiga atitude de barganha em relação aos países centrais, com o Brasil passando a procurar a firmação de alianças institucionalizadas com outros países em desenvolvimento para aumentar o peso de suas reivindicações comuns nos foros multilaterais. Estaria na concepção do governo Lula, a ideia de assimetria de poder na esfera internacional, tendo como objetivo o recrudescimento das disparidades por meio de uma maior atuação e representação dos países em desenvolvimento no processo deliberativo. As relações com potências médias e a formação de coalizões refletem, dessa forma, o desejo comum de países semelhantes de reformar o sistema internacional (2010, p. 25).

Sob essa lógica, o contexto de diversificação e ampliação de parceiros pautado na centralidade do multilateralismo e do terceiro-mundismo configurou um cenário propício para o aprofundamento dos vínculos do Brasil com a China emergente, cuja parceria assumiu papel de destaque. Deste modo, este capítulo se dedica a abordar o desenvolvimento de tal relacionamento ao longo dos dois mandatos de Lula como presidente na primeira década dos anos 2000. A primeira seção propõe a análise da evolução das relações político-diplomáticas no período estudado, utilizando, como critérios de investigação, o número de visitas diplomáticas, declarações e posicionamentos do governo brasileiro relacionados à China e a criação e utilização de mecanismos de fomento às relações políticas. O subcapítulo 3.2, por sua vez, predispõe-se a compreender as relações econômico-comerciais sino-brasileiras a partir do fluxo comercial do escopo temporal estudado, do perfil da pauta exportadora e do estabelecimento de mecanismos de fomento às relações comerciais.

### **3.1. As relações político-diplomáticas**

A vitória de Luiz Inácio “Lula” da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002, deu-se na esteira da chamada onda rosa<sup>17</sup>, ou guinada à esquerda, iniciada na América do Sul ao final dos anos 1990. Esse fenômeno político foi

---

<sup>17</sup> A onda rosa teve início com a ascensão de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, seguida das eleições de Ricardo Lagos (Chile, 2000), Luís Inácio Lula da Silva (Brasil, 2002), Nestor Kirchner (Argentina, 2003), Tabaré Vázquez (Uruguai, 2004), Evo Morales (Bolívia, 2005), Rafael Correa (Equador, 2006), Daniel Ortega (Nicarágua, 2006), Fernando Lugo (Paraguai, 2008) e Mauricio Funes em (El Salvador, 2009) (CORRÊA, 2020).

configurado pela ascensão de movimentos e lideranças de esquerda e centro-esquerda no cenário político latino-americano, contrariando a tendência neoliberalizante observada ao longo de quase toda a década. Ao passo que, domesticamente, tal ocorrência permitiu, aliada a outros fatores, a implementação de políticas sociais redistributivas de caráter progressista<sup>18</sup> na tentativa de preencher lacunas socioeconômicas estruturais, a conduta ativa e autonomista da política externa desse período aproximou o Brasil da China a partir do entendimento mútuo da similaridade de seus interesses e da complementaridade de demandas. De acordo com Lula,

Aqui não se cresce sacrificando a democracia, aqui não se fortalece a economia enfraquecendo o social, aqui não se cria ilusões de distribuir o que não se tem, nem de gastar o que não se pode pagar. Aqui, o econômico, o político e o social estão plenamente enlaçados em um moderno projeto de nação (BRASIL, 2007, p. 4).

Na esfera político-diplomática, a política externa brasileira, capitaneada por Celso Amorim e pelo próprio Lula — que teve expressiva participação na formulação das diretrizes e estratégias de inserção internacional junto de seu conselheiro para assuntos de política internacional, Marco Aurélio Garcia —, orientou-se pelo pragmatismo e engajamento com o fim de “fazer o país penetrar os processos globais como agente ativo do sistema, sem submeter-se ao jogo das forças tradicionais” (CERVO; BUENO, 2011, p. 529). Ressalta-se, nesse contexto, que a perseguição de uma linha de ação mais assertiva no ambiente internacional se fez possível graças aos condicionantes da política doméstica brasileira à época, notoriamente a estabilidade político-econômica após os primeiros anos (que, por sua vez, também foi facilitada por circunstâncias externas favoráveis), evidenciando o vínculo entre esses dois âmbitos.

Ainda, a diplomacia presidencial desempenhou um importante papel durante esse período, uma vez que a popularidade da imagem de Lula da Silva como um grande líder internacional comprometido com a Democracia, o Meio Ambiente e a Justiça Social produziu frutos positivos para o país, que começou a ganhar cada vez mais influência no globo (EIRAS, 2011). Apesar do receio inicial acerca de que caráter assumiria a política exterior da gestão Lula, com a preocupação de que o tom ideológico se sobressaísse, o que se observou foi uma conduta tática e universalista que conferiu credibilidade ao país como um ator protagonista nas negociações e debates de dimensões globais que se entrelaçavam com os interesses nacionais.

---

<sup>18</sup> Dentre as políticas sociais e econômicas implementadas durante o governo Lula, merecem destaque o Bolsa Família, programa de transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o Fome Zero, direcionado ao combate da fome e da insegurança alimentar, e o ProUni, comprometido a viabilizar o acesso ao ensino superior a todos os cidadãos brasileiros. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, tinha como objetivo “incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal” (BRASIL 2007, p. 2) por meio de um planejamento estratégico de longo prazo voltado a setores estruturais.

Por outro lado, no que concerne à China, Suisheng Zhao (2012, 2013) declara que, por muitos anos, ciente de que ainda não possuía força e capacidades suficientes para exercer influência considerável, Pequim empreendeu uma política externa discreta, de baixo perfil, perseguindo a doutrina política *taoguang yanghui*<sup>19</sup> e tendo como pano de fundo o incidente de Tiananmen. Na esteira das sanções ocidentais e das vulnerabilidades internas, a estratégia central da política externa chinesa focava no desenvolvimento e fortalecimento nacionais em detrimento de uma postura externa propositiva. Todavia, sua ascensão no cenário internacional orientou uma mudança gradual de política exterior, seguindo uma direção cada vez mais assertiva e confrontacional — para alguns, até mesmo agressiva. A paulatina transformação do rumo da diplomacia chinesa teve início em meados do governo Hu Jintao (2003-13) e foi entendida como, acima de tudo, uma necessidade: como potência em ascensão, adotar uma postura mais ativa na arena global, assumindo maior responsabilidade internacional, fazia-se imprescindível.

Deste modo, na primeira década dos anos 2000, o país começou a desempenhar um papel mais pragmático no sistema à medida que seu reconhecimento internacional se consolidou: “percebendo o equilíbrio global de poder pendendo a seu favor, a China tornou-se mais disposta a moldar proativamente o ambiente externo em vez de reagir passivamente a ele e salvaguardar com força seus interesses nacionais em vez de comprometê-los” (SUIHENG, 2012, s/p, tradução nossa)<sup>20</sup>, ainda que isso tenha acontecido de maneira lenta. Com isso, a política externa chinesa, que vivia a dualidade de potência em ascensão e país em desenvolvimento, foi assentada na procura por novas oportunidades de mercados, capitais, matérias-primas e tecnologias estrangeiros, essenciais ao desenvolvimento do Estado e à reascensão ao seu lugar de direito no Sistema Internacional (BECARD, 2011).

Observa-se, nesse contexto, que as aspirações de ambos os países apresentavam grande semelhança. Tanto o Brasil quanto a China, na condição de países em desenvolvimento com amplo potencial de emergirem como potências, ainda que em diferentes graus, enxergavam o desenvolvimento nacional como vetor da política externa, ansiavam pelo estabelecimento de relações nas quais se pudesse gozar de ganhos recíprocos e procuravam se consolidar internacionalmente como parte de um projeto de construção de uma ordem global mais

---

<sup>19</sup> Política estabelecida por Deng Xiaoping no início da década de 1990 que focava em esconder suas capacidades e concentrar-se no fortalecimento nacional, ganhando tempo no xadrez político global. Consistia em fazer acomodações pragmáticas e ajustes de políticas para estar de acordo com a realidade do Sistema Internacional de domínio hegemônico dos Estados Unidos, evitando um confronto (SUIHENG, 2013).

<sup>20</sup> “Perceiving the global balance of power tilting to its favor, China became more willing to proactively shape the external environment rather than passively react to it and forcefully safeguarding its national interests rather than compromise them.”

pacífica, plural e solidária. Diante disso, a parceria sino-brasileira encontrou novas perspectivas de se expandir a níveis não alcançados anteriormente. Com um governo que, de fato, denunciava as assimetrias de poder no Sistema Internacional e trazia o terceiro-mundismo para o centro de sua agenda externa, pode-se dizer que houve um amadurecimento das relações bilaterais entre Brasil e China.

Em entrevistas ao longo de 2003, o Chanceler Celso Amorim reafirmou o anseio, por parte de Brasília, de alçar a aliança sino-brasileira a uma nova fase de entendimentos, reiterando a posição privilegiada que Pequim viria a ocupar na política exterior brasileira do governo Lula, especialmente nos âmbitos político, econômico e tecnológico (BARRETO, 2012b). O aumento da importância chinesa, sobretudo no que diz respeito às relações comerciais bilaterais, pôde ser percebido em gestos e posicionamentos políticos. Conforme relembra Barreto (2012b, p. 407), o Brasil reforçou seu apoio ao princípio de “uma só China” em nota divulgada no início de 2004, manifestando “seu apoio à política de reunificação pacífica do território conduzida pelo governo chinês”. Poucos dias depois, o Itamaraty anunciou que Amorim realizaria uma viagem à China em março como forma de preparar a visita de Lula ao país, cuja intenção já havia sido revelada meses antes.

O ano de 2004 foi particularmente importante para a intensificação do diálogo entre os dois países. Além de assinalar o marco de 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e República Popular da China, a troca de visitas entre os Presidentes Lula da Silva e Hu Jintao simbolizou o interesse mútuo em cimentar a parceria estabelecida onze anos antes. De acordo com Silva e Frutuoso (2020), as viagens salientaram que tanto os líderes quanto o empresariado estavam dispostos a fomentar o desenvolvimento do relacionamento bilateral e trabalhar em conjunto com vistas ao progresso de ambos os Estados.

Em maio, Lula realizou o que viria a ser uma das viagens mais importantes de sua gestão e a primeira de um presidente brasileiro à China após um hiato de nove anos. Acompanhado por nove ministros, seis governadores e uma comitiva de aproximadamente 420 empresários, ele tinha como objetivo primordial promover uma mudança no patamar das relações, sinalizando o peso estratégico e comercial que o país visava conferir à RPC (BECARD, 2008; LIMA, 2016). Conforme explicita Biato Júnior (2010, p. 147), “de ‘significativa’, a China passaria doravante a ser ‘prioritária’ para a política externa brasileira”. Como saldo da visita de Estado, destaca-se a assinatura de nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais. Era claro o objetivo comercial da viagem, consoante salientou Lula:

A China, com seu 1 bilhão e 300 milhões de habitantes é, nesse momento, o país que mais cresce no mundo e um dos países que mais compram [...] Desde o ano passado, o nosso governo tomou a decisão estratégica de se aproximar cada vez mais da China



e, já em 2003, vendemos 4 bilhões e meio de dólares para eles [...] Isso nunca aconteceu antes, um verdadeiro recorde. Mas vejam, temos ainda muito espaço para crescer [...] Esta oportunidade o Brasil não pode e não vai perder (BRASIL, 2004, p. 113).

Apesar da vertente comercial ter se mostrado a principal finalidade da visita, também foram observados desdobramentos no nível político-diplomático. Ademais de conversações acerca de questões como a reforma do CSNU e o *status* da economia chinesa, e entendimentos em múltiplas áreas<sup>21</sup>, quatro princípios orientadores foram fixados como guias da parceria estratégica sino-brasileira:

i) Fortalecimento da confiança política mútua, com base em um diálogo em pé de igualdade; ii) Aumento do intercâmbio econômico-comercial, com vistas ao benefício recíproco; iii) Promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; iv) Promoção do intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo (CHEN, 2007, s/p).

Seis meses depois, em novembro de 2004, o Presidente Hu Jintao desembarcou no Brasil em missão oficial junto de 150 empresários. Em sua primeira passagem pela América Latina, Hu posteriormente seguiria para a Argentina, Chile e Cuba. Para Biato Júnior (2010), a escolha do Brasil como o primeiro destino na região não se tratou de mera coincidência, mas foi politicamente calculada com o intento de evidenciá-lo como o mais importante parceiro latino da China e a nação preponderante da região. Durante a visita, foram assinados novos memorandos no sentido de ampliar a cooperação comercial e as inversões chinesas em setores estruturais brasileiros, além de acordos bilaterais que contemplavam campos como o turismo, o combate ao crime organizado internacional e as áreas espacial e energética (BECARD, 2008; BARRETO, 2012b). Diante da evolução das relações, Hu Jintao reiterou que a parceria sino-brasileira havia suplantado a fase de buscar maneiras de enriquecer o relacionamento, cabendo aos países, agora, consolidar os avanços alcançados nas diversas esferas de interesse mútuo.

Foi nessa ocasião que o governo brasileiro reconheceu a RPC como uma economia de mercado — não obstante fortes protestos por parte do empresariado brasileiro —, algo que já vinha sendo discutido entre os dois países e que simbolizou o alinhamento deste com um de seus principais parceiros econômicos (EIRAS, 2011). Nesse contexto, o Presidente Lula afirmou: “o Brasil hoje deu uma demonstração de confiança, deu uma demonstração de que a nossa relação estratégica é para valer. Isso é a demonstração mais inequívoca da objetividade, da seriedade e da prioridade que nós damos à relação Brasil-China” (*apud* TORTORIELLO,

<sup>21</sup> Consoante salienta Oswaldo Biato Júnior, (2010, p. 148), “celebraram-se entendimentos institucionais em matéria agroindustrial e de infraestrutura hidroferroviária; na área de saúde e ciências médicas e, na área agrícola, estabeleceu-se um ‘Comitê Conjunto de Coordenação Agrícola’. Na área política, adotou-se memorando de entendimento constitutivo da ‘Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível’ e celebrou-se acordo bilateral em área antes julgada sensível, a de cooperação jurídica em matéria penal”.

2004, s/p). Deste modo, apesar do receio de determinados setores industriais nacionais de que empresas chinesas pudessem invadir o mercado brasileiro ao se sentirem respaldadas pelos direitos resultantes de operar em economia de mercado, entendeu-se que o Brasil obteria mais vantagens comerciais ao reconhecer o modelo econômico do parceiro como sendo de mercado (BIATO JUNIOR, 2010).

Todavia, Brasília esperava que, com a concessão de tal *status*, fosse receber apoio de Pequim à sua reivindicação de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em conversas privadas, o Presidente chinês demonstrou apoio integral ao pleito brasileiro, mas optou por não fazê-lo publicamente. A respeito das motivações por trás dessa decisão, estudiosos e fontes do Itamaraty conjecturam duas hipóteses: o receio de acabar por melindrar outros parceiros comerciais chineses na América Latina, como México e Argentina; e o temor de que uma reestruturação pudesse prejudicar o *status* internacional do país e causar a diluição de sua posição privilegiada, em face da exclusividade desse espaço de poder político<sup>22</sup> (SANT'ANNA, 2004; BECARD, 2008). Assim, Becard (2008, p. 251) argumenta que, apesar dos avanços observados a nível bilateral, “não se logrou estabelecer mecanismos firmes e duradouros que garantissem ao país apoio político no âmbito multilateral”, o que demonstra que ainda não existia uma unidade entre os países do Sul Global.

Em parte devido a isso, a visita do Presidente chinês acabou por marcar um momento de inflexão nas relações sino-brasileiras. Enquanto a missão oficial de Lula à China salientou a consolidação dos vínculos e representou um dos pontos altos de seu primeiro mandato, a viagem de Hu Jintao evidenciou a existência de alguns entraves no relacionamento, notadamente nos âmbitos político internacional (a respeito da reforma do CSNU) e comercial, gerando sentimento de desencanto e frustração do lado brasileiro. Deste modo, apesar da assinatura de importantes acordos e da realização de parcerias comerciais entre empresas dos dois países, a passagem de Hu pelo Brasil terminou constituindo,

Paradoxalmente, o catalisador para um movimento de refluxo nas relações bilaterais, ao propiciar o surgimento de um ativo *lobby* empresarial antichinês, cuja principal preocupação, ao longo de 2005, consistiu em impedir a regulamentação daquela concessão brasileira [do *status* de economia de mercado à China], vista como abrindo as portas para uma “invasão” do Brasil por produtos chineses (BIATO JUNIOR, 2010, p. 156).

---

<sup>22</sup> Para Biato Júnior (2010), à medida que a República Popular da China se torna uma potência global com interesse e capacidade para desempenhar o papel de “grande ator” no cenário geopolítico internacional — o que se consolida a partir da primeira década dos anos 2000 —, seu objetivo primordial deixa de ser a transformação da estrutura de um SI delineado pelas grandes potências do pós-Segunda Guerra Mundial, e passa a ser sua plena aceitação como membro relevante dessa configuração de poder. Deste modo, para o autor, o corolário chinês seria se manter como o único Estado asiático e o único Estado em desenvolvimento membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Tais divergências, sobretudo no tocante à reforma do Conselho de Segurança, impactaram negativamente as relações político-diplomáticas entre Brasil e RPC. O mal-estar ocasionado nesse contexto, todavia, gerou certa inquietação na Chancelaria chinesa em face da relevância estratégica conferida ao Brasil como o maior parceiro político e econômico do país asiático na América Latina. Assim, tal sentimento compeliu Pequim a promover algumas iniciativas de reparação de danos. Isso se refletiu no envio de inúmeros emissários chineses ao Brasil ao longo do ano de 2005, na tentativa de explicar a postura chinesa e reaquecer o relacionamento bilateral sino-brasileiro (BIATO JUNIOR, 2010). Brasília, por sua vez, reconheceu o momento como propício para o revigoramento da parceria estratégica e propôs remarcar a viagem do Vice-Presidente José Alencar à China — inicialmente prevista para acontecer em abril de 2005 e adiada indefinitivamente — para março de 2006. A decisão visava passar uma mensagem de que, apesar dos atritos recentes em matéria multilateral, desejava o governo brasileiro não apenas manter a parceria sino-brasileira como também fortalecê-la.

A visita de Alencar, cuja principal finalidade era instalar formalmente a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), criada durante a viagem de Lula da Silva à China em 2004, demonstrou os esforços de ambas as partes para reconduzir as relações à normalidade e, portanto, revelou-se como um ponto de partida para uma nova fase de maior amadurecimento da parceria bilateral (MOTTA, 2006).

Além da instalação oficial da COSBAN, a viagem do Vice-Presidente do Brasil à China resultou na assinatura dos seguintes instrumentos, conforme elencado por Barreto (2012b, p. 412): Programa Executivo do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional para os Anos de 2006 a 2008; Memorando de Entendimento de Cooperação em Informações e Telecomunicações entre o Ministério da Indústria Informática da República Popular da China e a Agência Nacional de Telecomunicações da República Federativa do Brasil; Memorando de Entendimento entre o Ministério da Fazenda do Brasil e o Ministério de Finanças da China para o Lançamento do Diálogo Financeiro Brasil-China; Memorando Instaurador de Mecanismo Consultivo e de Cooperação entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil; Carta de Intenções entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil sobre a Cooperação em Inspeção e Quarentena para Importação e Exportação de Carne Suína; e Protocolo entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento do Brasil sobre Quarentena e Requisitos Sanitários para Exportação de Couros e Peles *Wet Blue*, Curtidos ou Encalados do Brasil para a China.

Nessa nova etapa, mais ponderada e pragmática, as lideranças políticas e econômicas brasileiras passaram a ter uma visão mais realista acerca do futuro do relacionamento Brasil-China, reconhecendo sua complexidade e as muitas oportunidades e desafios que surgiriam a partir disso. Buscou-se corrigir, conforme aponta Biato Júnior, interpretações simplistas sobre a RPC, “que a viam seja como fonte de demanda inesgotável por matérias-primas e produtos agroindustriais que ‘fariam a fortuna’ do Brasil, seja como ameaça iminente às exportações de manufaturados brasileiros para terceiros mercados” (2010, pp. 185-186).

Nesse sentido, evidencia-se a instituição da COSBAN como um dos mecanismos que possibilitaram que a aliança estratégica sino-brasileira se materializasse de forma mais concreta. Baseada “no espírito de igualdade, de pragmatismo e de reciprocidade na obtenção de resultados positivos” (CABRAL, 2011, p. 144), essa iniciativa procurava explorar as potencialidades da cooperação Brasil-China, dando enfoque ao adensamento do diálogo bilateral com vistas ao impulsionamento da relação nas mais diversas áreas. Deste modo, em sua Primeira Sessão Plenária, ocorrida em Pequim a 24 de março de 2006 e co-presidida pelo Vice-Presidente brasileiro José Alencar e pela Vice-Primeira-Ministra chinesa Wu Yi, a COSBAN propôs a estruturação de um conjunto de orientações estratégicas direcionadas ao desenvolvimento pleno das relações através do maior número de canais possível. Para tal, seis subcomissões temáticas foram definidas inicialmente<sup>23</sup>: Mecanismo de Consultas Políticas; Comissão Mista Científica e Tecnológica; Comissão Mista Econômica e Comercial; Comissão de Concertação de Projetos de Cooperação de Tecnologia Espacial; Comitê Agrícola; e Comissão Mista Cultural (BRASIL, 2019). Assim, a COSBAN se firmou como o principal instrumento de alto nível de coordenação e negociação da relação bilateral, tendo impacto significativo e de longo alcance.

O aprofundamento da interlocução sino-brasileira se mostrou patente no período que se seguiu. Ainda em 2006, Wu Bangguo, Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular da China (APN) e segundo homem do PCCh, fez viagem ao Brasil a convite de Renan Calheiros, então Presidente do Senado, e Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados. Na ocasião, Wu chamou Brasil e China de “sócios com confiança mútua” e alegou que os dois países se encontravam em seu melhor momento desde o estabelecimento das relações (CHINA,

---

<sup>23</sup> Atualmente, são dez: Política; Econômico-Comercial e de Cooperação; Econômico-Financeira; Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação; Agricultura; Temas Sanitários e Fitossanitários; Energia e Mineração; Ciência, Tecnologia e Inovação; Espacial; e de Cultura e Turismo.

2006b, s/p). A visita da segunda maior autoridade política da hierarquia chinesa, apenas cinco meses após a instalação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, expressou o interesse recíproco na manutenção do avanço da cooperação bilateral, cuja importância estratégica era reconhecida pelos dois lados (BRASIL, 2006). Além da assinatura de alguns acordos, isso se manifestou na criação de um mecanismo de intercâmbio regular entre a APN e a Câmara dos Deputados do Brasil, projeto pensado a fim de aperfeiçoar o entendimento mútuo e a confiança política (CHINA, 2006a). Apesar disso, o intercâmbio legislativo só foi posto em prática seis anos depois, em 2012.

Em março de 2008, o governo brasileiro aproveitou a emergência de conflitos internos chineses como uma oportunidade para respaldar a postura e os interesses nacionais da China. Ao tomar conhecimento de que existia um projeto com o intuito de requerer a realização de um referendo, na cidade de Taipei, sobre a apresentação de um pedido para que fosse concedido à ilha o *status* de país-membro da ONU sob a denominação “Taiwan”, Brasília reiterou seu sólido apoio à política de “uma só China”, defendendo o emprego de “esforços pacíficos no sentido da reunificação do território chinês” (CHINA, 2008a, s/p). No final do mês, após atentados de separatistas tibetanos deixarem inúmeros mortos, o Itamaraty reafirmou mais uma vez seu apoio à integridade territorial da República Popular da China, condenando os atos sucedidos na Região Autônoma do Tibete (BARRETO, 2012b).

Ainda, o ano de 2008 foi marcado pela visita de alto nível, em julho, de He Guoqiang, membro do Comitê Permanente do Politburo do Partido Comunista da China, que veio ao Brasil com o propósito de contribuir para o aprofundamento da cooperação estratégica sino-brasileira. Na ocasião, foi sinalizada a intenção do PCCh de impulsionar suas relações com o PT, o qual foi elogiado por seu desempenho positivo no desenvolvimento nacional e na promoção do progresso social no Brasil. Ademais, He evidenciou o valor estratégico da parceria bilateral, argumentando que a promoção das relações é de fundamental interesse para ambos os Estados. Tal postura foi salientada no encontro dos Presidentes Lula da Silva e Hu Jintao em Hokkaido (Japão), onde manifestaram a importância de fomentar a cooperação, intensificar o diálogo e reforçar o consenso entre os dois maiores países em desenvolvimento de seus respectivos hemisférios, tanto para o desenvolvimento interno das nações quanto para a consolidação da Cooperação Sul-Sul (CHINA, 2008b).

Em agosto, o Presidente Lula realizou uma visita de Estado à China para participar da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de 2008, sediados na capital do país. Dentre os objetivos da viagem, além da discussão de temas das agendas bilateral e multilateral, encontrava-se a campanha para a candidatura da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, como

sede das Olimpíadas de 2016. Apesar de os chineses não terem declarado apoio explícito ao pleito brasileiro, Hu Jintao e Wu Bangguo, Presidente da Assembleia Popular Nacional, mostraram simpatia pelo Brasil e destacaram o fato de que nunca houvera uma Olimpíada na América do Sul (TOLEDO, 2008). Nesse contexto, tal postura foi entendida de modo positivo por Lula da Silva, que reiterou que o país estaria preparado para receber um evento de tal magnitude, comparando-o à RPC:

Quem viesse à China dez anos atrás iria dizer que os chineses não teriam condições de realizar os Jogos, e hoje você vê as transformações econômicas e na cidade. Estou convencido, do jeito que as coisas andam no Brasil, de que estamos mais que preparados para fazer a Olimpíada em 2016 (*apud* LORES, 2008, s/p).

Pode-se argumentar que o ano de 2009 foi o ápice dos contatos de alto nível entre Brasil e China durante a gestão Lula, totalizando seis visitas diplomáticas entre janeiro e novembro (SILVA; FRUTUOSO, 2020). O Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Yang Jiechi, reuniu-se em Brasília no início do ano com o Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, para discutir a evolução da aliança entre os dois países, sobretudo no cenário de crise financeira global. Foi ressaltada, nesse contexto, “a importância que o estreito intercâmbio e as trocas de visitas de alto nível têm na promoção do desenvolvimento de ambos os países e no aprofundamento da Parceria Estratégica Brasil-China” (CHINA, 2009a, s/p). A partir do entendimento mútuo de que ambos os Estados compartilham amplo consenso em temas significativos das agendas regionais e internacional, foi compreendida a necessidade de manter o diálogo profícuo e a abrangente coordenação e concertação bi e multilateral. Esse discurso foi reforçado na visita do Vice-Presidente Xi Jinping, que alegou que a RPC estaria disposta a fomentar a cooperação nas áreas política, econômica, comercial, tecnológica e cultural (CHINA, 2009b).

Em sua passagem oficial no Brasil, foram assinados os seguintes atos: Protocolo sobre Cooperação em Energia e Mineração (nos campos da mineração e processamento de minérios, eletricidade, combustíveis renováveis, gás natural e petróleo); Memorando de Entendimento entre a Petrobras e o Banco de Desenvolvimento da China (promoção da cooperação em comércio de petróleo e financiamento); Memorando de Entendimento entre a Petrobras e a CNPC para compra e venda de petróleo; Acordo de compra e venda de petróleo entre a Petrobras e a SINOPEC; Memorando de Entendimento entre a Energia Sustentável do Brasil e a Donfang Energy (sobre o contrato para fornecimento de 18 turbinas para o Projeto Jirau, no Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira); Termos e condições para linha de financiamento entre o Banco Itaú-BBA e o Banco de Desenvolvimento da China (para projetos no Brasil); Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre a Huawei do Brasil e a Fundação Universidade de

Brasília; e Memorando de Entendimento entre o BNDES e o Banco de Desenvolvimento da China sobre cooperação para linha de financiamento (CHINA, 2009c, s/p).

De igual maneira, a terceira visita oficial de Lula à China, por ocasião do aniversário de 35 anos do estabelecimento das relações diplomáticas, refletiu, em suas próprias palavras, a importância da parceria construída pelos dois Estados (BARRETO, 2012b). Além da assinatura de instrumentos de cooperação nos âmbitos político, jurídico, do comércio de produtos agropecuários, científico-tecnológico, espacial, financeiro, energético e de cooperação portuária, foram destacadas as principais ferramentas de aproximação bilateral postas em prática ou melhor desenvolvidas desde a inauguração da administração Lula (BECARD, 2011). Nesse sentido, salientam-se o CBERS, a COSBAN, o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e a Agenda China.

A esses mecanismos de intensificação das relações sino-brasileiras, somou-se a elaboração do Plano de Ação Conjunta entre os dois governos, previsto para ser implementado no quinquênio 2010-14 a partir da necessidade de orientar e institucionalizar de forma coesa o relacionamento, cujo arcabouço seria construído por meio da renovação e do fortalecimento da COSBAN. Conforme Rosito (2020, p. 1) pontua, apoiando-se na identificação de interesses bilaterais, o plano “expressa a ampliação constante do diálogo e o aprofundamento das relações – com suas convergências e diferenças – nos mais diversos campos, envolvendo diplomatas, empresários, investidores, políticos, [...] entre outros cidadãos, em todas as esferas da Federação”.

Como parte dos esforços para o fortalecimento da cooperação bilateral em matéria consular, previamente discutido pelas partes, foi aberto, em maio de 2009, o Consulado-Geral do Brasil em Cantão, na Província de Guangdong (LIMA, 2016). No mesmo ano, após a visita de Estado do Presidente Lula à China, vieram ao Brasil o Vice-Ministro do Supremo Tribunal Popular, Hao Chiyong, também em maio, e o Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), Jia Qinglin, em novembro. Por sua vez, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), realizou missão oficial em Pequim em setembro, onde se encontrou com seu homólogo chinês, Wang Shengjun, com vistas à consolidação da cooperação entre os poderes judiciários dos dois Estados (CHINA, 2009d; SILVA; FRUTUOSO, 2020).

As relações político-diplomáticas Brasil-China no último ano de Lula à frente da Presidência da República foram marcadas pela visita de alto nível de Hu Jintao à capital brasileira, na ocasião da II Cúpula do BRIC. Ao se fazer um balanço do desenvolvimento das relações na primeira década do século XXI, Lula e Hu atingiram um consenso sobre os

resultados positivos obtidos no período, deixando claro que a condução do relacionamento se dava dentro de uma perspectiva estratégica e de longo prazo (LIMA, 2016). A implementação do Plano de Ação Conjunta, proposto na visita de Lula à China e firmado durante a missão oficial de Hu ao Brasil, estabeleceu uma nova base para a expansão da colaboração prática e efetiva, abrangendo todas as áreas de cooperação bilateral existentes. Nesse sentido, Zhou Zhiwei, especialista em assuntos brasileiros da Academia Chinesa de Ciências Sociais, afirmou que os dois países “estão hoje em seu melhor momento e extrapolam o âmbito bilateral, embora ainda haja muitas oportunidades de crescimento” (CHINA, 2010, s/p). Após traçar o histórico das relações sino-brasileiras no âmbito político-diplomático ao longo da gestão Lula, o tópico seguinte abordará a vertente econômico-comercial da parceria, de modo a compreender a evolução das relações sob outra ótica.

### **3.2. As relações econômico-comerciais**

Desde a inauguração do governo Lula, a formulação da política externa de sua administração se mostrou focada em projetar o Brasil internacionalmente como um *global player* nos âmbitos político e econômico (OLIVEIRA, 2010). Desta forma, a parceria com a China, uma ascendente potência em constante e crescente desenvolvimento, pareceu, ao governo brasileiro, um meio de oportunizar o alcance de objetivos comuns, dado que as relações bilaterais são dotadas de um teor estratégico de ambos os lados (FROTA; COSTA, 2020). Ainda que, nessa lógica, o Brasil se insira dentro do projeto estratégico de expansão global chinesa, infere-se que aquele foi capaz de angariar benefícios, em especial na dimensão do comércio. O Brasil soube aproveitar o cenário econômico internacional promissor do quinquênio 2003-2008, marcado pela elevação da demanda e dos preços de inúmeras *commodities* agrícolas e minerais — em grande medida impelidos pelo robusto crescimento chinês —, em favor próprio, o que se traduziu em resultados extraordinários e alto desempenho da balança comercial (HIRATUKA; SARTI, 2016).

Assim, ao passo que é inequívoco afirmar que a política externa ativa e ativa de Lula aproximou o Brasil da China de maneira sem precedentes, faz-se importante compreender que, para além dos esforços brasileiros, o expressivo crescimento do comércio bilateral se fez possível graças às condições oportunas da conjuntura internacional à época. Nesse sentido, o grande impulsionador desse processo foi o *boom* das *commodities* do início dos anos 2000. À medida que a indústria chinesa de transformação progredia consideravelmente e o padrão alimentar de sua população melhorava, passava a surgir uma demanda cada vez maior por



produtos primários na China, uma vez que a capacidade produtiva nacional não se mostrava suficiente para atender às necessidades domésticas (BIATO JUNIOR, 2010). A tabela abaixo exemplifica numericamente como a RPC foi a principal catalisadora do fenômeno de alta dos preços mundiais de *commodities*:

**TABELA V: Crescimento do consumo mundial de *commodities* (2002-07) e aumento dos preços no mesmo período**

	<b>China</b>	<b>Resto do mundo</b>	<b>Aumento dos preços (%) (2002-07)</b>
<b>Petróleo</b>	48,7	6,6	185,1
<b>Minério de ferro</b>	224,9	19,5	184,7
<b>Cobre</b>	77,6	6,1	356,5
<b>Alumínio</b>	124,3	20,4	95,4
<b>Zinco</b>	70,7	2,9	316,4
<b>Soja</b>	37,2	17,7	80,6
<b>Óleo de soja</b>	54,2	18,4	85,1
<b>Café</b>	32,3	-1,9	125,6
<b>Açúcar</b>	30,6	9,2	46,4
<b>Carne</b>	27,1	7,2	22,6
<b>Frango</b>	21,6	18,7	23,9
<b>Madeira serrada</b>	131,8	2,8	63,6

Fonte: Adaptado de JENKINS (2011)

Deste modo, o dinamismo do mercado chinês evidenciou a crescente complementaridade entre as economias dos dois países, criando novas oportunidades para a

comercialização de produtos brasileiros e para o aumento do fluxo comercial. A partir disso, consolidou-se uma relação em que o Brasil fornecia insumos primários ao seu parceiro chinês, que, por sua vez, exportava majoritariamente bens manufaturados e com maior valor agregado. Assim, diante da transformação da China em uma das principais potências econômicas globais, cuja indústria é sustentada por uma ampla demanda por *commodities*, testemunhou-se uma notória expansão do comércio bilateral, perceptível, a princípio, através das grandes somas das exportações brasileiras para a nação oriental na primeira metade dos anos 2000. A ascensão da China na hierarquia do comércio exterior brasileiro refletiu, além da mudança da geografia econômica mundial, as iniciativas da política externa de Lula e Amorim de diversificar os negócios do Brasil, dando maior enfoque a países periféricos fora da órbita ocidental, conforme pontua Pautasso:

Durante o governo Lula, a combinação de ações governamentais com a mudança de conjuntura internacional acabou por favorecer o comércio exterior brasileiro. Ou seja, o governo direcionou o Itamaraty para a busca de novos mercados, atuando em parceria com comitativas de empresários; fortaleceu os quadros técnicos e a dotação orçamentária da APEX [Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos]; e ampliou o crédito para as exportações através de órgãos como o BNDES. Além disso, a capacidade de resposta das empresas brasileiras ao aumento na demanda mundial, combinou-se com a conjuntura internacional de valorização das *commodities*, como ferro, soja e petróleo, por exemplo, favorecendo a balança comercial. Com isso, o comércio cresceu de 121,5 bilhões de dólares em 2003 para 370,9 em 2008, antes da crise (PAUTASSO, 2010, pp. 26-7).

O aumento impressionante das cifras do comércio sino-brasileiro fez ressurgir o interesse de setores do empresariado brasileiro pela República Popular da China, que enxergavam o mercado chinês como altamente estratégico (BIATO JUNIOR, 2010). Nesse sentido, é relevante destacar o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) como um importante canal de aproximação entre os dois países, sobretudo no plano financeiro-comercial. Fundado em 2004 durante a primeira visita do Presidente Lula à China, o CEBC é uma instituição bilateral formada por duas seções independentes, uma em Pequim e outra no Rio de Janeiro, com o objetivo de fomentar e facilitar a cooperação, o comércio e os investimentos mútuos (BECARD, 2008). No Plano de Ação Conjunta Brasil-China, o mecanismo foi oficialmente reconhecido como o principal interlocutor dos dois governos no incremento das relações e missões empresariais.

O CEBC é um dos instrumentos que nos permite compreender como se deu a relação do Presidente Lula com grupos de interesse da esfera nacional ao longo de sua gestão. Ainda que seu governo desse enfoque especial à promoção de políticas de fomento do progresso social, buscava-se conciliar a assistência aos menos favorecidos ao atendimento dos interesses da empresa privada e do capital global. Nesse contexto, segundo Azzi (2016) e Berringer e

Belasques (2020), a burguesia interna brasileira, sobretudo nas figuras do empresariado industrial e do agronegócio, teve um importante espaço na condução da política externa do período, uma vez que esta procurava refletir as pretensões da frente neodesenvolvimentista, dirigida por essas frações da burguesia. Ainda de acordo com Berringer e Belasques (2020, p. 159), essa linha de ação é evidente no:

(i) apoio do Estado para a conquista de novos mercados para exportação de seus produtos e para a realização de investimentos diretos no exterior; (ii) prioridade para os seus produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais e (iii) uma maior proteção do Estado para o mercado interno. Para nós, foi justamente por isso que os principais focos de atuação internacional do Estado brasileiro foram: (i) a ênfase nas relações Sul-Sul; (ii) a prioridade dada à América do Sul; (iii) a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e (iv) as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (BERRINGER; BELASQUES, 2020, p. 159).

O florescimento da parceria econômico-comercial na primeira década dos anos 2000, além de se beneficiar dos favoráveis contextos interno chinês e internacional da época, foi potencializado pela realidade doméstica brasileira, uma vez que o Brasil dispunha de excedentes exportáveis para quase todos os produtos de que a China era carente (BIATO JUNIOR, 2010). A RPC se apresentou, nesse sentido, como uma importante fonte para o escoamento da produção brasileira. Deste modo, suplantado o momento de retração comercial sino-brasileira do final dos anos 1990, a China se tornou, em 2003, o principal aliado comercial brasileiro na Ásia e o terceiro maior mercado do Brasil no mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos e da Argentina e ultrapassando tradicionais mercados como a Alemanha e o Reino Unido. Esse feito revela-se ainda mais significativo ao se constatar que, apenas quatro anos antes, a RPC ocupava o modesto posto de 15º principal destino das exportações brasileiras (BIATO JUNIOR, 2010).

Em face disso, grande parte da gestão Lula foi marcada pelo crescimento expressivo das exportações brasileiras para a China, garantindo ao Brasil uma série de superávits e resultando, consoante Hiratuka e Sarti (2016, p. 85), “em reservas elevadas e em redução da vulnerabilidade externa, abrindo caminho para condições macroeconômicas mais favoráveis para a retomada de uma trajetória de maior crescimento”. Com efeito, ao longo dos oito anos de governo, a expansão do intercâmbio comercial bilateral Brasil-China se deu em um ritmo mais acelerado do que no conjunto total do comércio exterior brasileiro: a corrente comercial sino-brasileira cresceu aproximadamente nove vezes, saltando de pouco mais de US\$6,5 bilhões em 2003 para US\$56,3 bilhões em 2010. Ao se considerar o decênio 2001-10, o crescimento é ainda mais impressionante, chegando a quase dezoito vezes. Ficou evidente, nesse contexto, o aumento do peso relativo da RPC como parceiro comercial brasileiro.

A tabela abaixo traça a evolução do fluxo comercial Brasil-China entre os anos de 2003 e 2010. Observa-se que o lado brasileiro acumulou uma sequência de saldos positivos ao longo de todo o primeiro mandato do Presidente Lula, ainda que o excedente tenha sido decrescente no decorrer dos quatro anos analisados, o que indica que as importações de produtos chineses cresceram em maior compasso quando comparadas às exportações. Diante disso, entre os anos de 2007 e 2008, o Brasil registrou, após seis anos de superávits, um período deficitário em função do aumento da compra de bens provenientes da China, com crescimento anual de cerca de 58% nas importações desse período. Para Hiratuka e Sarti (2016), a valorização cambial do Real e o aquecimento do mercado interno brasileiro possibilitaram a maior absorção de importações, interrompida momentaneamente em face da crise financeira mundial de 2008, mas retomada a partir de 2010, conforme ressaltam os dados a seguir:

**TABELA VI: Comércio bilateral brasileiro com a China (em milhões USD) (2003-10)**

	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>	<b>Saldo</b>	<b>Corrente</b>
2003	4.533	2.148	2.385	6.681
2004	5.441	3.710	1.731	9.151
2005	6.835	5.355	1.480	12.190
2006	8.402	7.990	412	16.392
2007	10.749	12.621	-1.872	23.370
2008	16.523	20.044	-3.521	36.567
2009	21.004	15.911	5.093	36.915
2010	30.786	25.595	5.190	56.381

Fonte: Elaboração própria a partir de dados retirados do MDIC/Comex Stat (2022)

A crise de 2008 provocou efeitos adversos na economia nacional, notadamente a saída de capitais, o declínio dos preços das *commodities* e a consequente diminuição das exportações direcionadas a Estados desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos e a União Europeia (UE) (OLIVEIRA, 2014). Nesse cenário, o continente asiático foi o único a experimentar um crescimento das taxas de exportação brasileiras, com aumento de 5,9% no ano de 2009, enquanto as exportações para a China aumentaram 23,1% (PAUTASSO, 2010). Assim, de certo modo, a crise foi responsável por acelerar o processo de suplantação da liderança da

hierarquia comercial brasileira pela China à medida que forçou a retração do contingente de exportações brasileiras para o mercado estadunidense. Desta maneira, a República Popular da China ultrapassou os EUA e se tornou o principal parceiro comercial do Brasil em 2009, quando o fluxo do comércio bilateral sino-brasileiro alcançou o montante de US\$36,1 bilhões, em oposição aos US\$35,9 bilhões da corrente com o país norte-americano. Foi, ainda, nesse ano que o Brasil voltou a apresentar superávits nas trocas com a RPC, logrando saldo de mais de US\$5 bilhões.

O novo modelo de complementaridade econômica estabelecido entre os dois países sugere, todavia, uma série de desafios e oportunidades. Se, por um lado, o predomínio de condicionantes domésticos e internacionais oportunos permitiu que o Brasil gozasse de consecutivos saldos positivos e se consolidasse como um importante fornecedor para a China, por outro lado, tal relação explicita riscos e traz implicações para o desenvolvimento econômico brasileiro diante da crescente especialização produtiva em *commodities*, tornando cada vez mais clara a progressiva assimetria do comércio bilateral sino-brasileiro. Assim, apesar do grande impulso do fluxo comercial, da balança comercial majoritariamente favorável ao Brasil e da alavancagem de negócios em diversos setores, levantam-se preocupações acerca da concentração excessiva da pauta exportadora brasileira em poucos produtos e dos efeitos da forte concorrência industrial chinesa no mercado interno. Nesse sentido, observa-se um processo de reprimarização da estrutura produtiva do Brasil, isto é, uma regressão da pauta exportadora, que se especializa no agronegócio ao passo que pretere outros setores estratégicos e se torna vulnerável frente a possíveis choques externos (OLIVEIRA, 2014). Diante disso, Tatiana Rosito expressa:

Nos últimos quarenta anos, as relações econômicas entre o Brasil e a China transformaram-se profundamente: a China, que até os anos noventa exportava produtos básicos para o Brasil (e.g. petróleo), passou a grande importadora de *commodities*; de outro lado, o Brasil passou de exportador a importador de manufaturados e serviços (e.g., aço, construção civil). Mais além, a complementaridade entre as duas economias, que se evidenciou com a significativa ampliação do fluxo de comércio a partir da última década, seguida pelo grande aumento dos investimentos chineses no Brasil na década corrente, reflete também importante assimetria nas taxas de crescimento econômico e no ritmo de inovação nas duas economias. Há quatro décadas, embora a China já fosse o país mais populoso do mundo, os PIBs do Brasil e da China eram de magnitude comparável, ao passo que, no ano passado, o PIB da China correspondeu a 4,4 vezes o do Brasil (ROSITO, 2016, p. 61).

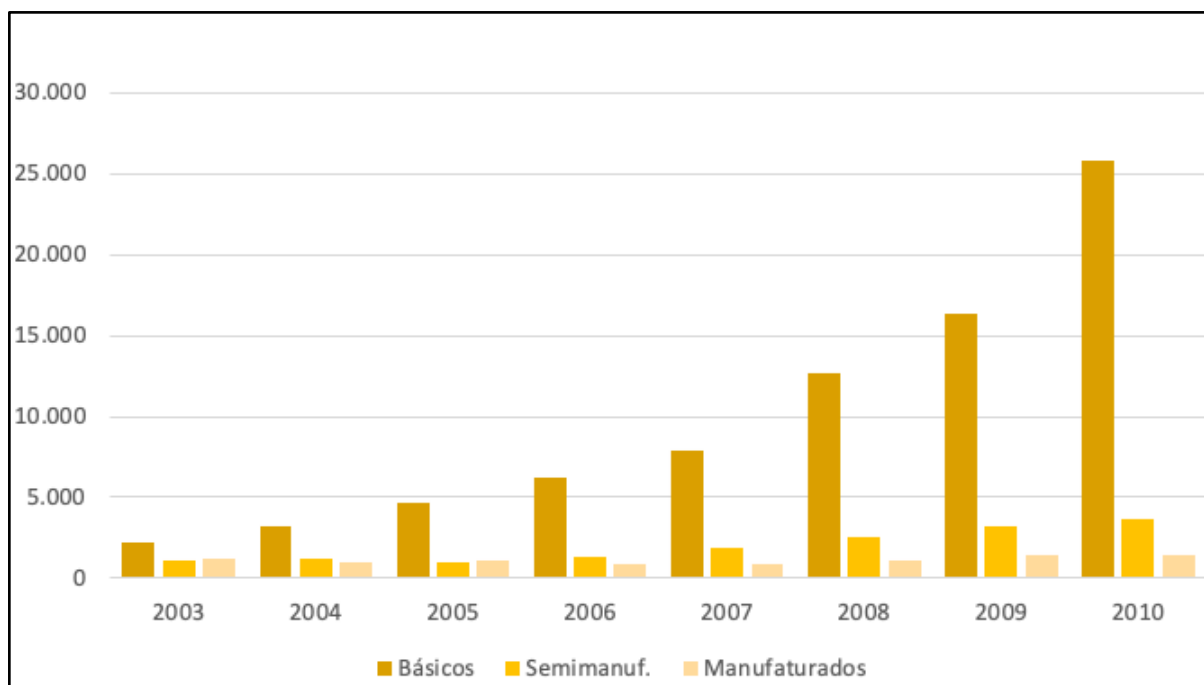
Ao se propor uma análise da composição das pautas comerciais brasileira e chinesa, a discrepância entre os produtos exportados e importados por cada economia se manifesta de maneira evidente. Percebe-se o predomínio de uma tendência bem definida: a partir do ano 2000, é estabelecido um padrão nas relações entre Brasil e China, no qual o primeiro se

consolida como um crescente importador de produtos manufaturados de alto valor agregado, ao passo que se firma cada vez mais como fornecedor de bens básicos e semimanufaturados intensivos em recursos naturais (GOMES, 2012). Assim, aproximadamente 70% de toda a pauta exportadora do Brasil para a China no período estudado foi composta por uma pequena fração de *commodities* agrícolas e minerais.

A concentração em poucos produtos se mostrou ainda mais patente em 2010, quando apenas três insumos foram responsáveis por quase 80% das exportações com destino à RPC: minério de ferro (43,3%, ou US\$13,3 bilhões), soja (23,2%, o equivalente a US\$7,2 bilhões no mesmo ano) e petróleo bruto (13,2%, ou seja, US\$4,05 bilhões) (OEC, 2022). Outros produtos como celulose, madeira, carvão vegetal e peles e couros compuseram, em menor medida, a pauta exportadora brasileira. Em contrapartida, a China apresentou uma pauta bastante diversificada e sofisticada, distinguida pela presença de bens manufaturados com alta intensidade tecnológica, com destaque para bens intermediários e de capital. Os principais produtos chineses importados pelo Brasil nesse período foram equipamentos e máquinas, aparelhos eletroeletrônicos, produtos químicos, siderúrgicos, têxteis, instrumentos de precisão, brinquedos e calçados (COSTA, 2015). Nesse sentido, a incrementação da receita das exportações brasileiras teria ocorrido, em suma, devido ao aumento dos preços das *commodities*, caracterizando-se como puramente quantitativa.

Segundo Oliveira (2014), essa situação exprime uma deterioração na qualidade das relações de comércio entre os dois países, uma vez que o Brasil fornece à China produtos de baixo valor agregado e importa bens de alta tecnologia. O Gráfico I exhibe, de maneira clara, a acentuada disparidade entre os itens brasileiros destinados à RPC: em 2010, as exportações de manufaturados compreenderam pouco mais de 1/20 do valor das vendas de produtos primários. Ainda que os três segmentos tenham experimentado crescimento no recorte analisado, é nítido que as exportações de bens básicos cresceram em ritmo sobremaneira acelerado quando colocadas lado a lado com os outros indicadores. Para fins de comparação, os dividendos obtidos com as exportações de produtos básicos passaram de US\$2,26 bilhões em 2003 para quase US\$26 bilhões em 2010, enquanto que, no caso dos manufaturados, a evolução foi de US\$1,17 bilhão para apenas US\$1,3 bilhão.

**GRÁFICO I: Exportações brasileiras para a China por valor agregado (em milhões USD) (2003-10)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados presentes em Oliveira (2014)

Deste modo, as percepções acerca da intensificação do relacionamento Brasil-China são matizadas. De um lado, alguns estudiosos entendem que os vínculos econômico-comerciais entre os dois países são essencialmente complementares e, portanto, acarretam efeitos positivos para ambos os lados. Sob essa perspectiva, a RPC se apresentaria como uma alternativa aos tradicionais parceiros financeiros e comerciais do Brasil, em sua grande maioria países ocidentais e desenvolvidos. Em contrapartida, outros pesquisadores acreditam que essa relação seria, na prática, uma nova forma de dependência que reproduz, em certa medida, as assimetrias observadas em relações com os Estados do Norte Global (OLIVEIRA, 2014). Nesse sentido, Leila de Oliveira (2014, p. 3) argumenta que “esse tipo de relação comercial baseada na exportação de produtos primários por parte do Brasil reforçaria os padrões disfuncionais de desenvolvimento do país e dificultaria o processo de industrialização”.

Qualquer que seja o caso, é inequívoco que a diversificação da pauta de exportações do Brasil e a elevação do conteúdo tecnológico da produção foram temas de grande relevância na agenda de política externa do governo Lula, tendo estado presentes em todos os diálogos de alto nível estabelecidos entre Brasília e Pequim, ainda que não tenham tido grande êxito. No contexto dos esforços com vistas à expansão das relações comerciais sino-brasileiras e à atenuação das disparidades nas operações bilaterais, destaca-se a criação, em 2008, da chamada Agenda China.

Lançada pelo extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) em parceria com o Itamaraty e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e com a participação da iniciativa privada, nas figuras da APEX, do CEBC, da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), esse mecanismo pautou com maior clareza os objetivos econômico-comerciais do Brasil quanto ao país asiático em virtude da busca pela elaboração de “políticas de criação de novas oportunidades comerciais e de incentivo à participação de empresas brasileiras no mercado chinês” (BECARD, 2011, p. 38). A iniciativa, que retratou o engajamento dos setores público e privado brasileiros em favor da superação de desafios da esfera econômico-comercial, procurou criar uma base sólida e duradoura de interlocução e atuação coordenada do desenvolvimento do intercâmbio comercial sino-brasileiro, de modo a explorar as potencialidades e a cooperação mútua dos dois países (JORGE, 2008; BARRAL, 2008).

Ao se fazer um balanço geral dos oito anos da gestão Lula, apreende-se que as relações sino-brasileiras não se desenvolveram de maneira linear. No entanto, os esforços para promover a universalização da política externa brasileira com ênfase na Cooperação Sul-Sul, conciliados a condicionantes externos oportunos, permitiram que a parceria Brasil-China chegasse ao seu ápice durante esse período. É fato que foram percebidos determinados atritos e divergências, como o emblemático caso do pleito brasileiro a um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Todavia, discordâncias pontuais entre parceiros não se apresentam como uma anormalidade em um mundo cada vez mais complexo e intrincado, uma vez que os Estados continuam agindo de acordo com seus próprios interesses, mas entendem que uma maior concertação poderá trazer benefícios mútuos. Nesse sentido, a ascensão de Lula à Presidência da República trouxe para o centro dos debates das relações internacionais a crescente importância dos países em desenvolvimento para a nova ordem mundial que é aos poucos delineada pela emergência de novos atores. Diante do reconhecimento, por parte do governo Lula, da significativa relevância do estabelecimento de alianças operacionais com esses novos jogadores, o que se percebeu nas relações com a China foi a busca da harmonia dentro da diversidade.

Assim, ainda que a parceria entre os dois países tenha sido definida como estratégica em 1993, foi apenas no governo Lula que as relações assumiram um caráter verdadeiramente especial, a partir da conversão da retórica em projetos palpáveis. Isso foi comprovado pelo intenso cronograma de visitas de alto nível realizadas ao longo dos dois mandatos, com destaque para as três viagens feitas pelo Presidente brasileiro à China, o maior número observado desde o estabelecimento das relações. Ademais, a constante ênfase dada à aliança



Brasília-Pequim em comunicados oficiais e declarações de integrantes do governo brasileiro, somada à sistematização de uma moldura institucional robusta, evidenciaram que a política externa do período atribuiu grande importância ao relacionamento com a China. A criação de uma série de iniciativas com vistas ao fortalecimento das relações, ainda que tais programas não tenham sido explorados a seu máximo potencial, demonstrou que havia um interesse mútuo na articulação e no estreitamento dos laços, a partir da percepção de oportunidades para o desenvolvimento nacional dos Estados. Por fim, a atuação conjunta em arranjos multilaterais, como o Grupo dos 20 (G-20), BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e a própria ONU, também salientaram o engajamento e a concertação dos dois países em diversos tópicos da agenda internacional.

Na dimensão econômico-comercial, o crescimento econômico chinês propulsou a intensificação das relações bilaterais ao gerar efeitos como a elevação dos preços das *commodities* globais. Deste modo, testemunhou-se o extraordinário desenvolvimento do intercâmbio comercial Brasil-China, que alcançou cifras nunca antes vistas nas transações entre os dois países, o que acabou por resultar na ascensão da RPC como principal parceiro comercial brasileiro em 2009, findando a histórica supremacia estadunidense na economia do Brasil. Entretanto, apesar do aprofundamento do comércio e dos consecutivos superávits para o lado brasileiro, chama-se atenção para a crescente assimetria das trocas bilaterais, dado que a pauta exportadora brasileira se encontra concentrada em poucos produtos de baixo valor agregado, enquanto a China exporta ao país uma grande variedade de bens industrializados. Ainda que, a curto prazo, esse padrão beneficie o Brasil, trata-se de um modelo problemático no longo prazo, uma vez que leva a uma dependência econômica brasileira cada vez maior à economia chinesa, tornando o país vulnerável no cenário internacional, sobretudo em face da volatilidade dos valores das *commodities*.

#### 4. AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS SOB O GOVERNO BOLSONARO (2019-22)

Na segunda década do século XXI, o mundo testemunhou a surpreendente ascensão de uma onda de lideranças, partidos e movimentos de extrema-direita que atingiu tanto países desenvolvidos do globo quanto a própria periferia, causando a inflexão de democracias que pareciam, até então, consolidadas há pelo menos duas ou três décadas. Assim, assistiu-se ao avanço do prisma reacionário e autoritário em escala planetária, com Orbán na Hungria, Modi na Índia, Erdogan na Turquia e Trump nos Estados Unidos, dentre outros casos, além de grupos que não governam, mas possuem ampla base eleitoral e influência política. Ainda que, em cada país, a extrema-direita assumia características particulares, Michael Lowy (2019) traça alguns aspectos comuns à grande maioria, senão todas: o autoritarismo, o nacionalismo integral (“*America First*”<sup>24</sup>, “*Deutschland über alles*”<sup>25</sup>, “Brasil acima de tudo”), a intolerância contra o “Outro” e a utilização da violência policial ou militar como o único meio de tratar os problemas sociais e a criminalidade. Para Fukushima e Ferraz,

Podemos encontrar muitos fatores explicativos desse fenômeno, dentre os quais, podemos destacar que a ascensão da extrema direita constitui mais um movimento, que começou com o avanço da hegemonia neoliberal, no sentido da completa destruição das conquistas civilizatórias e democráticas do pós-Segunda Guerra Mundial. A defesa de uma agenda (neo)liberal e conservadora estimula o individualismo e tem promovido cenários de polarização política e uma reação, por vezes violenta, contra aqueles que reivindicam um mundo mais plural e mais democrático. Por isso, pessoas de orientações políticas, valores e culturas diferentes veem umas às outras cada vez mais como inimigas. Estão dispostas a fazer coisas terríveis. Por outro lado, a exacerbação das desigualdades e o empobrecimento de parcelas cada vez maiores da população suscita ressentimentos, rancores e inconformismos que buscam formas de escape (FUKUSHIMA; FERRAZ, 2021, p. 5).

Esse tipo de força, conforme observado em outros momentos da História mundial, é alimentado e desenvolvido sobretudo em períodos de crise sistêmica capitalista, quando fatores como o desemprego, a precarização do trabalho, a desigualdade social, a queda da renda e a pobreza se intensificam de maneira exacerbada (SOARES; SIMÕES; ROMERO, 2020). Nesse sentido, a eclosão da extrema-direita no pós-crise financeira de 2008 não se caracteriza como mera coincidência. No contexto de crise, consoante argumentam Filgueiras e Druck (2018), o neoliberalismo não é capaz de oferecer soluções legítimas para os problemas enfrentados pela maior parcela da população, uma vez que é, na verdade, o responsável pelo surgimento de tais reveses. Por sua vez, a esquerda, que ganhou impulso no início dos anos 2000 na América Latina, não logrou êxito em se consolidar como uma alternativa ao *establishment*, posto que

<sup>24</sup> “América (Estados Unidos) em primeiro lugar”, em tradução literal.

<sup>25</sup> “Alemanha acima de tudo”, em tradução literal.

não rompeu com a lógica financeira-neoliberal e, portanto, apenas retardou a gênese e o fortalecimento do paradigma neofascista na região.

Nessas circunstâncias, as massas deserdadas pelo novo tipo de capitalismo, desesperadas pela degradação brutal de suas condições de vida e trabalho, têm encontrado no movimento neofascista (nacionalista, xenófobo, racista, religioso, anti-Estado e avesso às políticas sociais) e em sua narrativa um desaguadouro para suas frustrações, seus medos, rancores e ressentimentos, identificando no “outro” (imigrantes, judeus, negros, políticos tradicionais, funcionários públicos corruptos, artistas degenerados, ateus, intelectuais de esquerda etc.) a origem de seus problemas. Como o velho fascismo, o neofascismo também oculta das massas as razões efetivas de seus problemas, que se encontram nas características intrínsecas (imanes) e na forma (leis) de funcionamento do modo de produção capitalista – contemporaneamente radicalizadas pelo capitalismo financeirizado, quais sejam: tendência de concentração e centralização do capital; de reprodução (e apropriação) da riqueza num pólo da sociedade e da pobreza absoluta ou relativa no outro; de ampliação do exército industrial de reserva em suas várias formas (desemprego, subemprego, trabalho precário, trabalho escravo etc.) (FILGUEIRAS; DRUCK, 2018, s/p).

Foi nesse cenário que Jair Messias Bolsonaro, então filiado ao Partido Social Liberal (PSL), consagrou-se Presidente da República nas eleições de 2018, vencendo o candidato petista Fernando Haddad com uma diferença de mais de dez milhões de votos. Internamente, o país amargava uma severa crise de cunho político, econômico e social que havia causado, em boa parte da população brasileira, um profundo sentimento de desencanto com a política e os partidos tradicionais, bem como uma crescente aversão ao PT, que passou a ser considerado cada vez mais o grande causador dos problemas enfrentados pelo Brasil. Deste modo, engendrou-se uma intensa polarização no cerne da política brasileira. Todavia, qualquer que tivesse sido o resultado da disputa, é fato que a figura do capitão reformado foi a espinha dorsal da consolidação de um movimento político-ideológico de caráter neofascista<sup>26</sup> que germinou nas manifestações de 2013, emaranhou-se no âmago de praticamente todas as instâncias da sociedade brasileira e promete perdurar mesmo com o fracasso de Bolsonaro no pleito eleitoral de 2022.

Aproveitando-se da conjuntura de crise e desorganização social, Jair Bolsonaro empreendeu uma estratégia goebbiana (SOUZA, 2018) de “arregimentar e mobilizar medos e ansiedades de modo vertical contra bodes expiatórios, configurando uma narrativa distorcida,

---

<sup>26</sup> Diversos autores, dentre os quais Filgueiras e Druck (2018), Boito (2019) e Lowy (2019), classificam o governo Bolsonaro como neofascista ao encontrarem traços clássicos do movimento europeu adaptados ao Brasil do século XXI, embora não se possa falar em uma reprodução do passado. Nesse sentido, o historiador português Manuel Loff concorda que “o discurso que [Bolsonaro e sua gestão] têm sobre os movimentos sociais e políticos que se lhe opõem, sobre as mulheres, as minorias étnicas, a família, a nação, o Ocidente configura um neofascismo” (2019, s/p). Por outro lado, outros estudiosos, como Boron (2019) e Gentile (2019), discordam dessa interpretação. De acordo com o segundo, o perigo atual real não seria o fascismo, mas democracias assumindo características racistas, xenófobas e antisemitas em nome da soberania popular, tornando-se um meio de repressão com o consentimento de parcela significativa da população (GENTILE, 2019).

irracional e violenta” (SAHD, 2021, p. 101) potencializada pela utilização massiva das mídias sociais como canal de disseminação de *fake news*. Assim, erigiu-se uma campanha aberta e explícita fortemente pautada no ataque às instituições democráticas e na repressão e intimidação de adversários e minorias, apoiada sobre a retórica moralista, cristã e conservadora.

No centro do discurso bolsonarista, figuravam a demagogia anticorrupção, a aniquilação da “ameaça comunista” e o combate à hegemonia cultural da esquerda (FILGUEIRAS; DRUCK, 2018). Ao seu lado, além de defensores obstinados que partilhavam dos ideais do “mito”, seja por identificação ou desinformação, encontravam-se apoiadores que, ainda que reconhecessem inconsistências, acreditavam ser Bolsonaro o único capaz de livrar o Brasil das garras da corrupção e da doutrinação petistas. Miguel (2018) e Tible (2020) argumentam, por outro lado, que o antipetismo a florado estaria muito mais relacionado ao rechaço de certos setores da sociedade aos avanços sociais nos campos da raça, classe, gênero e orientação sexual observados ao longo dos governos Lula e Dilma:

Essa raiva anti-corrupção era [...] um grito contra determinados setores sociais e sua representação política. Basta ver os escândalos de Michel Temer, com assessor correndo com mala de dinheiro, ministro com apartamento repleto de notas de dinheiro, gravações comprometedoras no palácio de madrugada com empresário – nada disso mobilizou os “verde-e-amarelo” (TIBLE, 2020, s/p).

Ainda,

A história do Brasil mostra que o grande nó da nossa política, sob o ponto de vista de nossa classe dominante, é a compatibilização entre democracia formal e desigualdade social. Os detentores do poder econômico querem uma democracia que funcione sem colocar em risco seus próprios privilégios. E quando a vigência da democracia formal foi vista como ameaçando a reprodução da desigualdade social, com as políticas compensatórias dos governos petistas, a democracia foi posta em xeque [...] Com as políticas inclusivas do período petista, as elites passaram a considerar, talvez de forma exagerada, que algumas distâncias sociais estavam se tornando perigosamente reduzidas (MIGUEL, 2018, s/p).

Seguindo os moldes da política doméstica, a política exterior do governo Bolsonaro assumiu um viés fervorosamente ideológico, promovendo um esvaziamento da atuação externa do Brasil ao abandonar valores e premissas historicamente norteadores da diplomacia brasileira. Nesse sentido, Gonçalves e Teixeira (2020, p. 192) constatam que foi inaugurada uma rota inédita, nunca antes vista em qualquer parte do globo: “uma política externa movida exclusivamente por motivações ideológicas, sem compromisso com qualquer concepção de interesses nacionais”. A nomeação do Embaixador Ernesto Araújo, integrante da ala mais ideológica do poder, para assumir a cadeira de Rio Branco, deixou claro que se buscava promover uma reorientação radical da política exterior brasileira, que passou a ser guiada evidentemente pelos ditames de Washington, em um alinhamento acrítico e automático ao governo Trump que falhou em trazer frutos concretos ao Brasil. Em face da priorização da

subserviência aos EUA em detrimento dos próprios interesses do país na esfera internacional, Atilio Boron argumenta que o nacionalismo bolsonarista seria nada mais do que “uma retórica insubstancial, pura verbosidade sem consequências práticas”, que representa uma tentativa de “total submissão e recolonização do Brasil sob a égide dos Estados Unidos” (BORON, 2019, s/p). O alinhamento sem reciprocidade aos EUA levantou antigas preocupações expressas por figuras como Hélio Jaguaribe (2002):

A aceitação, pelo Brasil, de um alinhamento básico com os EUA conduz, por um lado, à antecipada renúncia a um destino nacional próprio e, por outro, implica na aceitação de um modelo econômico neoliberal, incompatível com um desenvolvimento nacional autônomo e com as medidas necessárias para modificar o perverso perfil social do país [...] Se, nesse período se consolidar e universalizar a atual quase-mundial hegemonia dos EUA, nenhum destino nacional próprio será possível. Não tem sentido, porém, se renunciar a esse destino por antecipação. Se, ao contrário, vier a se constituir um sistema multipolar, uma renúncia antecipada a um destino nacional próprio condenaria o Brasil, por antecipação, a um satelismo de que poderia ter se livrado (JAGUARIBE, 2002 *apud* VIDIGAL, 2019, p. 14).

No discurso de posse de Araújo, prevaleceu um tom messiânico na defesa do resgate do Ocidente e da cultura ocidental judaico-cristã e no repúdio ao globalismo. Realçou-se, portanto, a noção de “libertar o Brasil” (ARAÚJO, 2019, s/p) a partir do entendimento de figuras centrais do governo — tais como o próprio Bolsonaro, seu mentor, Olavo de Carvalho, seu filho, Eduardo, amplamente visto como o Secretário de Estado de fato, e os Ministros Paulo Guedes e Ernesto Araújo —, de que as gestões predecessoras teriam formulado políticas enviesadas que privilegiavam relações com países antidemocráticos governados por lideranças de esquerda, ao passo que negligenciavam os vínculos com Estados desenvolvidos à direita do espectro político, como EUA e Israel (GUIMARÃES, 2020). Consequentemente, temas considerados sobremaneira centrais e estratégicos para as relações internacionais do Brasil, como a integração regional e o universalismo, perderam espaço na agenda externa brasileira.

Deste modo, Scherer (2021) argumenta que o governo Bolsonaro rompeu com tradições de mais de um século da diplomacia do país, empreendendo uma política exterior ineficaz e improdutiva que tornou o Brasil um *outsider* perante a comunidade internacional. Dentre as principais diretrizes externas do atual regime, estão a convergência com os interesses estadunidenses; o favorecimento do ocidentalismo; a abertura econômica e financeira nos padrões neoliberais; a privatização de empresas estatais; a hostilidade a fóruns e organismos multilaterais, considerados instrumentos do globalismo e de interferência externa nas questões nacionais; o distanciamento de países subdesenvolvidos e o conseqüente enfraquecimento da Cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, “a política externa nas mãos de Bolsonaro não é uma ferramenta para a promoção do interesse público, mas um instrumento de uso privado para a

afirmação e fortalecimento do seu grupo político” (SCHERER, 2021, s/p). Isso se manifestou de maneira clara na reforma administrativa do Itamaraty, implementada logo nos primeiros meses de gestão, a qual promoveu uma ruptura da tradicional hierarquia do MRE ao substituir a elite diplomática por apoiadores leais dos ideais bolsonaristas em cargos-chave da instituição (LIMA; ALBUQUERQUE, 2019)

A mudança de perfil na política exterior brasileira na última década, iniciada ainda durante o governo Dilma, fortalecida com Temer e cimentada pela escalada de Jair Bolsonaro à Presidência, ocasionou, em maior ou menor medida, efeitos adversos à cooperação sino-brasileira em diferentes áreas. Diante disso, no presente capítulo, analisar-se-ão os impactos e repercussões da ascensão de Bolsonaro sobre as relações do Brasil com a República Popular da China. Trata-se de uma tentativa de assimilar de que maneira a alternância no poder contribuiu para o desenvolvimento ou retrocesso da parceria estratégica nas esferas político-diplomática e econômico-comercial. Seguindo a lógica do capítulo anterior, a primeira vertente será apresentada na seção 4.1, enquanto as relações comerciais serão contempladas na seção 4.2.

#### **4.1. As relações político-diplomáticas**

A pulverização de décadas de tradição diplomática sob a gestão Bolsonaro suscitou uma série de queixas que atingem praticamente todas as áreas da nova linha de política externa do Brasil (PHILLIPS, 2019). Nesse sentido, a retórica hostil direcionada à China, o mais importante parceiro comercial do país desde 2009, encontra-se no centro das preocupações e críticas feitas por estudiosos e diplomatas nacionais e estrangeiros ao atual governo brasileiro, que intencionam compreender de que modo tal conduta pode afetar os mais diversos âmbitos da aliança sino-brasileira. Posto isso, não é exagero afirmar que as relações político-diplomáticas entre Brasil e República Popular da China atravessam um momento de crise. Também não seria excessivo pontuar que a condução demasiadamente ideológica da política exterior brasileira, potencializada por concepções particulares de determinadas figuras do governo, constitui a principal motivação por trás disso.

Faz-se relevante destacar que, à época da eleição de Jair Messias Bolsonaro como Presidente da República, a China já havia se consolidado como uma grande potência global em ascensão com significativo potencial para ocupar o lugar de novo hegemom no processo de transição no qual se encontra o mundo, ainda que não seja de seu interesse se apresentar como

uma ameaça hegemônica<sup>27</sup> (MING, s/d). Deste modo, o dragão asiático exerce um papel cada vez mais decisivo no jogo de poder global. Seja por sua força econômica, política ou militar, a crescente influência chinesa sobre importantes temas da agenda internacional nas últimas duas décadas reorientou a política externa de Pequim, que passou a se caracterizar por uma postura internacional mais assertiva e vocal. Assim, o novo comportamento chinês é pautado pela política *xin xing*<sup>28</sup>, a qual surge a partir da narrativa de ascensão pacífica como uma revisão para se adequar à progressiva presença da China no cenário mundial. Dentre os fatores que explicam essa expressiva transformação da política exterior chinesa, destacam-se o fortalecimento do sentimento nacionalista diante da frustração com as forças anti-China que tentam impedir sua reascensão ao seu lugar de direito no Sistema Internacional, bem como a crescente confiança de que o país possui os meios e capacidades necessários para fazer frente ao mundo ocidental e resolver as disputas territoriais com seus vizinhos (SUIHENG, 2013).

Desta forma, a adoção de um discurso agressivo perante a China, observado desde o período de campanha de Bolsonaro, causou naturalmente um impasse nas relações bilaterais. A exemplo disso, em mais de uma ocasião, o Presidente se referiu à RPC como um predador e acusou-a de interferir em setores-chave da economia brasileira, afirmando que o Estado asiático não estaria comprando do Brasil, mas sim comprando o Brasil. Em outra oportunidade, o ainda deputado federal denunciou no Congresso o que chamou de “crime contra a nação”, fazendo um alerta de que a China estaria adquirindo demasiado controle sobre o nióbio brasileiro, valioso mineral utilizado para tornar o aço mais leve e resistente (LAPPER, 2019). Em seu pronunciamento, Jair Bolsonaro argumentou que

Em 2015 — no Governo Dilma Rousseff —, a China investiu R\$ 1,5 bilhão para adquirir áreas com potencial de nióbio em Goiás [...] Nós não podemos deixar a China entrar aqui, comprar áreas para explorar nióbio, como se estivesse retirando minério de ferro ou qualquer outro mineral. Não. Estão retirando um mineral que não existe em outro lugar no mundo. Agora, fica-se fazendo economia em cima do desgraçado do aposentado ou do teto para o servidor, e deixamos vazar bilhões de dólares entregando riquezas minerais para os chineses! (BOLSONARO, 2016, s/p).

---

<sup>27</sup> A ascensão da China no Sistema Internacional é pautada pela tese do “desenvolvimento pacífico”, lançada por Zheng Bijian em 2005. Em concordância com essa premissa, Xi Jinping (2013, pp. 299-300) argumenta que a RPC deve “considerar de forma mais equilibrada e em seu conjunto as situações interna e externa e buscar um desenvolvimento aberto, cooperativo e de benefício mútuo. Devemos conquistar, por um lado, nosso próprio desenvolvimento buscando um ambiente internacional pacífico e defender e promover, por outro lado, a paz mundial com o nosso desenvolvimento [...] Na prática ao longo do tempo, temos formulado os ‘Cinco Princípios da Coexistência Pacífica’ e persistido firmemente nesses princípios. Temos também estabelecido e implementado a política diplomática pacífica de independência e autodeterminação, além de assumir, diante do mundo, o compromisso solene de nunca buscar a hegemonia nem praticar o expansionismo e ser sempre uma força de defesa da paz mundial”.

<sup>28</sup> Traduzido como “novo modelo”.

O ápice de sua conduta hostil durante a campanha pré-eleitoral se deu em março de 2018, quando o candidato e sua comitiva viajaram até a ilha de Taiwan, território considerado uma província rebelde pela China. Em tuíte publicado em seu perfil oficial, Bolsonaro alegou que a passagem por Taiwan, Israel, EUA, Coreia do Sul e Japão deixou clara sua intenção de romper com os governos brasileiros anteriores, simpáticos a regimes de caráter comunista (BOLSONARO, 2018). A visita foi recebida com descontentamento por parte do PCCh, que a entendeu como uma provocação ao princípio de Uma Só China, outrora vigorosamente reafirmado por figuras políticas brasileiras, trazendo para o diálogo com o dragão chinês uma insegurança até então inexistente.

Ainda, Pequim interpretou a viagem à Formosa, somada às frequentes críticas de Bolsonaro aos investidores chineses, como uma ameaça direta às tentativas do país de consolidar sua influência diplomática na América Latina e no Caribe (STUENKEL, 2018b). Em resposta, a Embaixada da República Popular da China no Brasil divulgou uma carta, na qual declarou que o acontecimento "não só afronta a soberania e integridade territorial da China, como também causa eventuais turbulências na Parceria Estratégica Global China-Brasil, na qual o intercâmbio partidário exerce um papel imprescindível" (*apud* MOTA, 2020, s/p).

Para Carlos Eduardo Vidigal, os reiterados ataques de Bolsonaro à China como parte central de sua campanha presidencial apresentavam um viés exclusivamente ideológico, que nada tinha a ver com preocupações legítimas acerca de um possível comportamento predatório por parte do país da Ásia-Pacífico:

Por que razão Bolsonaro apresentava uma série de reticências, quando não fazia críticas abertas à China, se governos assumidamente liberais – Collor, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer – fomentaram as relações bilaterais em suas diversas dimensões? Mais uma vez, é a aproximação política de Bolsonaro com a administração Donald Trump que explica a assimilação de elementos da política externa estadunidense, como o diálogo com Taiwan e a visão da China como ameaça (VIDIGAL, 2019, p. 12).

Todavia, muitos analistas chineses acreditavam que, a partir do momento que assumisse a Presidência, Bolsonaro adotaria um estilo mais pragmático nas relações sino-brasileiras, sobretudo em face da crescente dependência do Brasil à RPC, uma vez que o comércio e os investimentos chineses são cruciais para a economia brasileira (STUENKEL, 2018b). Deste modo, a postura do Presidente brasileiro e sua gestão em relação à China, somada à política de vassalagem com os Estados Unidos, trazem à tona uma situação dicotômica: de um lado, o Brasil é dependente do mercado chinês em termos comerciais e financeiros; do outro, o governo brasileiro se esforça para manter a posição subserviente e acatar às pressões exercidas pelos



EUA, como no caso da oposição à empresa chinesa Huawei no tocante à tecnologia 5G<sup>29</sup>, em meio à guerra comercial e tarifária sino-americana (VIDIGAL, 2021). A dependência do Brasil em relação à China já alcançou tamanha profundidade que o setor primário-exportador enxergou a necessidade de conter o discurso anti-chinês, o que fez Bolsonaro moderar o tom acusador em certa medida, embora o recuo não tenha sido observado em alas mais conservadoras do governo.

Deste modo, apesar do empenho para o retorno à normalidade, o Chanceler Ernesto Araújo manteve a conduta crítica em relação à RPC, como foi testemunhado em seu discurso em aula magna proferido a alunos ingressantes do Instituto Rio Branco (IRBr), em 11 de março de 2019, quando reiterou que o Brasil não iria vender sua alma para exportar soja e minério de ferro à China comunista e questionou se a aliança sino-brasileira era de fato benéfica ao país: “[...] e tem sido, por exemplo, a China, o principal parceiro comercial e, coincidência ou não, tem sido um período de estagnação do Brasil” (ARAÚJO, 2019, p. 6). Assim, segundo diplomatas como Marcos Caramuru, a chegada do governo Bolsonaro causou certa surpresa entre figuras chinesas diante de suas mensagens ambíguas. Se, por um lado, a retórica foi agressiva, por outro, houve avanços, como a postura cooperativa do vice-presidente, General Hamilton Mourão, integrante da vertente mais moderada de Brasília (FERNANDES, 2022).

Nesse sentido, de acordo com Vidigal (2019), a viagem oficial de Mourão à China, em maio de 2019, foi tida como o marco da suplantação das desconfianças iniciais entre os dois governos. Mais pragmático, o Vice-Presidente assumiu um papel de conciliador diante dos desentendimentos contemplados no conturbado início da gestão Bolsonaro, uma vez que considerava “mais importante do que eventuais declarações realizadas no contexto da campanha, o fato de a China ter se tornado o principal parceiro comercial do Brasil nos últimos dez anos e de existir potencial para a expansão dos negócios entre os dois países” (VIDIGAL, 2019, p. 13). A visita também foi vista como simbólica pelo governo de Pequim, já que Mourão foi recebido pelo próprio Presidente chinês, Xi Jinping, acontecimento pouco usual no mundo diplomático, que costuma promover encontros entre autoridades do mesmo escalão. Tal conduta demonstrou que, apesar das manifestações sinófbas de parte do governo Bolsonaro, a China estava disposta a trabalhar em prol do fortalecimento das relações sino-brasileiras.

---

<sup>29</sup> Durante visita oficial a Washington em março de 2019, Jair Bolsonaro foi alertado pelo então Presidente Donald Trump quanto ao fornecimento de tecnologia 5G pela gigante chinesa Huawei, na tentativa de pressionar o Brasil diante da guerra comercial entre EUA e RPC. O principal argumento foi de que a empresa seria utilizada pela China como meio de espionagem e, portanto, constituiria um grande risco à segurança nacional dos Estados que comprassem seus equipamentos (ARAÚJO; RITTNER; MURAKAWA, 2019).

Além de afirmar que o Brasil se encontrava de portas abertas para os investimentos chineses em múltiplas áreas, Mourão aproveitou a oportunidade para assegurar que o país não baniria tecnologias da empresa chinesa Huawei para a quinta geração de telecomunicações (5G), mas reivindicou por maior transparência da companhia (ARAÚJO; RITTNER; MURAKAWA, 2019). Contudo, o desdobramento mais importante da visita de alto nível foi a reativação da COSBAN, paralisada desde 2015. O resgate do instrumento bilateral seria “um caminho para que as empresas brasileiras consigam cumprir a burocracia que permite o acesso ao mercado chinês, um processo que se dá a conta gotas” (ROSSI; VERAS, 2019, s/p). Deste modo, a V Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, presidida por Mourão, foi realizada em Pequim no dia 23 do mesmo mês. Em entrevista ao Valor Econômico, o Vice-Presidente discorreu sobre seu interesse no revigoramento do mais significativo mecanismo de coordenação do relacionamento Brasil-China:

A ideia é realmente colocá-la como mecanismo de mais alto nível, em que haja um filtro de todo esse relacionamento, porque os chineses são muito agressivos. Eles vão em governo estadual, vão em ministério e muitas vezes a gente não tem controle e não sabe o que está acontecendo. Essa era uma grande finalidade [da reativação da COSBAN] (MOURÃO, 2019, s/p).

A decisão de retomar as atividades da COSBAN intencionava, ainda, da parte brasileira, passar a mensagem política de que Brasília vê Pequim como parceiro global estratégico e deseja aprofundar essa posição. Nesse sentido, a viagem de Jair Bolsonaro à China, em outubro de 2019, foi um importante movimento para “selar” sua reconciliação com a RPC (VIDAL-LIY; GALARRAGA-GORTÁZAR, 2019). Na ocasião, oito acordos de cooperação foram assinados nas esferas política, científico-tecnológica, educativa, energética, econômico-comercial e agrícola. Dentre os atos acordados entre os dois países durante a ida de Bolsonaro até a China, destacam-se protocolos sanitários para a exportação brasileira de carne termoprocessada e farelo de algodão, um memorando de entendimento que prevê contatos institucionais regulares e diretos entre o Itamaraty e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, e acordos de cooperação bilateral para o desenvolvimento de energias novas e renováveis (VERDÉLIO, 2019).

O Presidente brasileiro, que um ano antes acusara o gigante asiático de querer comprar o Brasil, adotou um tom distinto em encontro com Xi Jinping, afirmando que “uma parte considerável do Brasil precisa da China, e a China também precisa do Brasil. O Brasil é um mar de oportunidades, e queremos compartilhá-las com a China” (BOLSONARO *apud* VERDÉLIO, 2019, s/p). Para Vidal-Liy e Galarraga-Gortázar, a visita do Chefe de Estado foi

um claro exercício de contorcionismo, na tentativa de, a despeito de suas convicções pessoais, aproveitar o vácuo aberto pelo conflito comercial sino-americano para expandir ao máximo os negócios com os chineses, seja na venda de *commodities* ou de estatais em processo de privatização:

Bolsonaro é um orgulhoso anticomunista, que na campanha eleitoral não só acusou a China de “querer comprar o Brasil” como também ousou visitar a ilha de Taiwan, para desgosto de seu principal sócio comercial. Mas, desde que ganhou a eleição, o pragmatismo se impôs, perante a realidade de uma relação bilateral que foi de quase 99 bilhões de dólares em 2018, com um superávit de quase 30 bilhões para o Brasil [...] Bolsonaro lançou uma ofensiva para tentar seduzir a China. O Brasil está interessado em aumentar suas exportações à China, especialmente no âmbito dos produtos agrícolas, e também em captar investidores para as privatizações de empresas públicas e no setor de infraestruturas. A China é o nono maior investidor no Brasil, com um interesse destacado em infraestrutura e energia, o qual a torna teoricamente ainda mais interessante para este Governo que promoveu licitações em ambos os setores (VIDAL-LIY; GALARRAGA-GORTÁZAR, 2019, s/p).

Em face disso, a viagem foi descrita por diferentes representantes da academia, da diplomacia e do mercado como controle de danos e correção entre os discursos eleitoral e de governo. Conforme argumenta Karin Vasquez, pesquisadora da Universidade Fudan, em Xangai, a retórica eleitoral tem normalmente por característica a utilização de uma linha mais exagerada e apelativa, focada em angariar o voto de um eleitorado que não tem conhecimento aprofundado sobre a China ou suas relações com o Brasil. Ao assumir, “o presidente é imediatamente pressionado pelo lobby do agronegócio, pelas confederações de indústria. Ele se dá conta que quase 30% da pauta de exportações se refere à China. E percebe que não fazer negócios com chineses em 2019 é inconcebível para qualquer país” (VASQUEZ *apud* SENRA, 2019, s/p). Nesse sentido, o governo Bolsonaro se beneficiou do pragmatismo chinês, que compreende que o amplo potencial de ganhos mútuos advindo dessa relação fala mais alto do que sentimentos de rancor ou desconfiança.

Em novembro, o Presidente Xi Jinping veio a Brasília em razão de sua participação na 11ª Cúpula do BRICS, onde se encontrou mais uma vez com seu homólogo brasileiro. Na ocasião, Bolsonaro manteve o tom ameno e amistoso e reafirmou, mais uma vez, que a China cada vez mais faz parte do futuro do Brasil, reiterando que “nosso governo vai cada vez mais tratar com devido carinho, respeito e consideração esse gesto do governo chinês” (BRASIL, 2019, s/p). Xi, por sua vez, manifestou a expectativa de fortalecer os laços com o país sul-americano e o desejo de trabalhar juntos “para garantir que o navio da amizade China-Brasil avance na direção correta, supere todas as dificuldades e chegue com passos firmes a um futuro mais brilhante” (*apud* MAZUI; BARBIERI; RODRIGUES, 2019, s/p). Nove atos foram assinados durante a reunião oficial no Palácio do Itamaraty, sendo cinco memorandos de

entendimento para a cooperação e o fortalecimento das relações bilaterais, um plano de ação na área agrícola, dois protocolos sanitários para a exportação de melão brasileiro à RPC e de pera chinesa ao Brasil, e um acordo de transferência de condenados pela Justiça (ÉPOCA, 2019).

Todavia, o breve momento de apaziguamento cedeu espaço a um novo período de crise diante da eclosão da pandemia do coronavírus (COVID-19). Nesse contexto, o discurso agressivo, xenófobo e racista foi novamente aflorado, causando a erosão do relacionamento sino-brasileiro na esfera político-diplomática (SANTOS, 2020). Assim, assistiu-se à relação bilateral, paulatinamente construída ao longo de mais de quatro décadas, desmoronar-se frente a declarações controversas de conhecidas faces da gestão a respeito do dragão asiático. Por ter sido o primeiro Estado a registrar casos do novo vírus, a República Popular da China foi alvo de uma série de críticas e ataques tecidos por membros do governo brasileiro e pelo filho do Presidente, Eduardo Bolsonaro. O parlamentar provocou uma crise diplomática entre os dois países ao atribuir diretamente à RPC a culpa pela pandemia, fazendo uma analogia ao caso do acidente nuclear de Chernobyl, em tuítes de março de 2020: “Quem assistiu Chernobyl vai entender o que ocorreu. Substitua a usina nuclear pelo coronavírus e a ditadura soviética pela chinesa. [Mais uma] vez uma ditadura preferiu esconder algo grave a expor tendo desgaste, mas que salvaria inúmeras vidas. A culpa é da China e liberdade seria a solução” (BOLSONARO, 2020 *apud* MORAIS, 2021, s/p).

A declaração foi fortemente repudiada pela Embaixada chinesa no Brasil, cuja resposta foi divulgada na mesma rede social. Na ocasião, o Embaixador chinês Yang Wanming manifestou sua indignação e exigiu uma retratação imediata de Bolsonaro, afirmando que "as suas palavras são extremamente irresponsáveis e nos soam familiares. Não deixam de ser uma imitação dos seus queridos amigos [estadunidenses]. Ao voltar de Miami, contraiu, infelizmente, vírus mental, que está infectando a amizade entre os nossos povos" (CHINA, 2020a, s/p). De acordo com Sousa *et al* (2020),

O tom duro da resposta por parte da China [...] chamou a atenção de analistas, pois, costumeiramente, o país tende a apaziguar as críticas que sofre. Contudo, em especial desde o início da pandemia e, ainda, devido ao acirramento da disputa com os EUA, orientações têm sido dadas pelo governo chinês para que seus diplomatas respondam de forma mais ativa às narrativas anti-China que estão surgindo em vários países. No caso do Brasil, interpreta-se que o objetivo da ala sinofóbica do governo é, ao criar tensões nas relações bilaterais entre os países, oportunizar um aprofundamento do alinhamento com o governo Trump e reforçar China e EUA como opções excludentes de política externa – por mais que tal fato se choque com a realidade da importância da China para o Brasil (SOUSA *et al*, 2020, p. 33)

Na tentativa de conter os danos causados pelas falas sinóforas de Eduardo, o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, encarregou-se de um pedido de desculpas ao povo chinês pelas palavras irrefletidas do deputado, enquanto Hamilton Mourão alegou que as atitudes do parlamentar não refletiam a posição oficial do governo brasileiro (CNN, 2020). Por outro lado, Ernesto Araújo, a maior autoridade diplomática do país, saiu em defesa da família Bolsonaro e demandou que o representante chinês se retratasse pela reação que classificou como “desproporcional”, “ofensiva” e “inaceitável” (*apud* ZARUR; OLIVEIRA, 2020). O impasse só foi resolvido após um telefonema do Presidente Jair Bolsonaro a Xi Jinping. Evidencia-se, nesse sentido, a existência de grupos dentro do governo, sobretudo aqueles vinculados aos interesses comerciais dos setores exportadores, que possuem maior consciência a respeito da importância da China para o Brasil e rechaçam a postura xenófoba de alguns atores. Deste modo, a cada episódio de tensão, observou-se uma contínua mobilização para pacificar as relações sino-brasileiras. Todavia, apesar dos inquestionáveis esforços de determinados grupos, é inequívoco que a parceria bilateral adentrou um período deveras obscuro e crítico diante da escalada dos atritos (SOUSA *et al.*, 2020).

Essa não foi, contudo, a única vez que Yang se viu obrigado a repudiar publicamente declarações controversas do filho do Chefe de Estado do Brasil: em novembro de 2020, Eduardo Bolsonaro causou nova onda de constrangimentos ao acusar o Partido Comunista Chinês de espionagem via tecnologia 5G, em postagem no Twitter posteriormente apagada<sup>30</sup>. Como resposta, o Embaixador chinês advertiu que o parlamentar estaria solapando a relação amistosa entre os dois países com comentários infames que poderiam gerar severas consequências à parceria sino-brasileira, bem como à imagem do Brasil no cenário internacional. Diante disso, a diplomacia reativa chinesa contestou a postura de determinadas autoridades brasileiras:

Os fatos comprovam, repetidas vezes, que a China é um amigo e um parceiro do Brasil e que a cooperação bilateral impulsiona o progresso de ambos os países e traz benefícios para os dois povos. [...] Instamos essas personalidades a deixar de seguir a retórica da extrema direita norte-americana, cessar as desinformações e calúnias sobre a China e a amizade sino-brasileira, e evitar ir longe demais no caminho equivocado, tendo em vista os interesses de ambos os povos e a tendência geral da parceria bilateral. Caso contrário, vão arcar com as consequências negativas e carregar a responsabilidade histórica de perturbar a normalidade da parceria China-Brasil (CHINA, 2020b, s/p).

---

<sup>30</sup> A mensagem fazia referência à adesão simbólica do governo Bolsonaro à iniciativa *Clean Network*, projeto diplomático capitaneado por Donald Trump com o intuito de frear o avanço de companhias chinesas no mercado global de tecnologia 5G (EXAME, 2020).

Apesar do claro desconforto da China frente aos ataques sistemáticos brasileiros, Ernesto Araújo preferiu mais uma vez repreender a reação de Yang Wanming em nota emitida pelo Itamaraty, justificando que o Embaixador havia sido ofensivo e desrespeitoso ao demonstrar sua indignação (VETTORAZZO, 2022). Intencionando contornar a situação desagradável, o Vice-Presidente do Brasil, Hamilton Mourão, destacou a importância da parceria com o país asiático e ressaltou a expertise tecnológica da China em uma videoconferência organizada pelo Conselho Empresarial Brasil-China (TEÓFILO, 2020). Contudo, a disseminação do discurso anti-China se manteve constante ao longo da crise sanitária mundial. Araújo deu continuidade à sua retórica sinófoba, como foi observado na publicação do artigo intitulado “Chegou o Coronavírus”, no qual tece duras críticas ao globalismo e argumenta sobre a existência de um suposto plano comunista que enxerga a pandemia do COVID-19 como uma oportunidade de subverter a democracia liberal e a economia de mercado, para construir uma ordem global sem nações e sem liberdade por meio de medidas contra o vírus implementadas pela OMS (ARAÚJO, 2021).

As dificuldades na interlocução com o principal parceiro comercial do Brasil — produto da subordinação da agenda das relações internacionais a “pautas ideológicas caras ao eleitorado de Jair Bolsonaro no plano doméstico” (SANCHES, 2021, s/p) —, somada a pressões do Congresso e do próprio MRE, foram decisivas para seu pedido de demissão, no final de março de 2021, e sua posterior substituição pelo diplomata Carlos França, de vertente mais moderada. Todavia, seu desligamento tornou evidente que a disfunção da diplomacia brasileira não se encontrava somente nas mãos do ex-Chanceler, uma vez que Araújo seria, em verdade, “o mensageiro das ideias que, no limite, provinham do próprio Palácio do Planalto, e não o formulador do que seria uma diplomacia bolsonarista” (SANCHES, 2021, s/p). Nesse sentido, Bolsonaro manteve os ataques à China ao sugerir, a exemplo disso, que o coronavírus seria uma arma biológica criada em laboratório pela RPC com a finalidade de tirar proveito econômico, insinuando que o dragão asiático foi o país cujo PIB mais cresceu no período pandêmico.

Diante da emergência do COVID-19, a adoção de uma diplomacia desacertada ocasionou não apenas a deterioração dos laços político-diplomáticos e potenciais prejuízos econômico-comerciais<sup>31</sup>, como também custos humanos, dado que a China foi uma das pioneiras no suprimento de insumos para a fabricação de imunizantes e no fornecimento de

---

<sup>31</sup> A retórica brasileira anti-China é apontada como um fator determinante para a decisão do país asiático de suspender a importação de carne brasileira em setembro de 2021, por exemplo (UCHOA, 2022).

assistência humanitária a outros países, na chamada “diplomacia da COVID” (BARRÍA, 2022). Na esteira da corrida pela vacina, uma parceria entre a farmacêutica chinesa Sinovac e o Instituto Butantan foi responsável pelo desenvolvimento da CoronaVac, cuja eficácia de 78,3% em casos mais brandos foi comprovada cientificamente (FURTADO, 2021). Apesar disso, o discurso sino-conspiratório do Presidente do Brasil e de grande parte de seu eleitorado, que delegam ao dragão asiático a condição de “bode expiatório” e responsável pelos danos causados pela pandemia, potencializou a retórica anti-China que, somada ao movimento anti-vacina, desencadeou um grande rechaço à CoronaVac. Em mais de uma ocasião, Jair Bolsonaro atacou abertamente o imunizante sino-brasileiro, chegando a dizer que não seriam adquiridas doses vinculadas à RPC, pois o país teria um “descrédito muito grande” (FERNANDES, 2021).

O desgaste da relação e a inércia do governo brasileiro no enfrentamento da COVID-19 desempenharam um importante papel no movimento de transferência de canais de diálogo e mecanismos de cooperação sino-brasileira para outros atores. Diante da inflamação do discurso agressivo e sinóforo de representantes do alto escalão da administração Bolsonaro, agentes como governos subnacionais, isto é, estados e municípios, e outras organizações não-centrais, a exemplo do Conselho Empresarial Brasil-China, fortaleceram as relações diretas com o país asiático na busca por salvaguardar interesses que se mostravam ameaçados frente às fricções causadas pela postura do governo federal. Sousa *et al* (2020) elencam algumas iniciativas subnacionais de impacto no âmbito da parceria entre o Brasil e a RPC no contexto da pandemia do coronavírus, dentre as quais se destaca o acordo assinado entre o Estado de São Paulo, o Instituto Butantan e o Laboratório Sinovac Biotech para a realização de testes e a produção em larga escala de doses da vacina CoronaVac. A tentativa de estabelecer novos tipos de relações, todavia, não passou ilesa às tensões do relacionamento sino-brasileiro e, para além do supramencionado rechaço ao imunizante de proveniência chinesa, suscitou ataques ao governador de São Paulo, João Dória (PSDB):

Tais ilações mostram como o discurso anti-China de parte do governo [...] também passou a ser instrumento para mobilizar parte de uma base social de apoio ao presidente, impulsionando a politização da vacina em função de sua origem chinesa e pelo fato de a parceria ser com um Estado da federação que é governado por um adversário político de Bolsonaro (SOUSA *et al*, 2020, p. 40).

O CEBC, por sua vez, manteve frequentemente contatos intensos com a China, por se tratar do principal canal de interlocução entre os setores empresariais dos dois países, exercendo um papel crescentemente relevante na orientação das relações comerciais bilaterais. Nesse sentido, conforme argumentam Ana Tereza Lopes Marra de Sousa *et al* (2020, p. 42), “o Conselho parece ter se colocado como uma alternativa para a continuidade da promoção de

temas de interesse comum em tempos de hostilidade da diplomacia oficial em relação à China”. Deste modo, foram divulgados documentos que procuravam estabelecer as bases para uma estratégia de longo prazo no tocante às relações sino-brasileiras, atentando, sobretudo, para o cenário corrente de acirramento da rivalidade entre os Estados Unidos e a República Popular da China e os desafios e oportunidades que emergem nessa conjuntura (ROSITO, 2020). Assim, diante da direção mais ideológica e menos pragmática empreendida pela gestão Bolsonaro, o CEBC assumiu uma posição de interlocutor para o Brasil e a China, intencionando imprimir uma visão estratégica que incorpore os diversos aspectos da parceria com vistas à consecução dos interesses nacionais brasileiros.

#### **4.2. As relações econômico-comerciais**

Se, por um lado, as relações político-diplomáticas entre Brasil e China atravessaram um momento conturbado a partir da ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, por outro, o relacionamento econômico-comercial testemunhou o processo inverso, em uma clara percepção de que as tensões diplomáticas não transbordaram, em grande medida, para o plano do comércio bilateral. Nesse sentido, observou-se o predomínio do pragmatismo nessa esfera, alimentado sobretudo por grupos de interesse com força política no âmbito doméstico que sustentam a continuidade da RPC como um significativo parceiro para o Brasil e, portanto, contrabalançaram os impactos negativos provocados pela ala anti-China do governo federal. Esses grupos, compostos por alguns militares, certos ramos do governo, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o próprio Ministério da Economia, e setores exportadores, reconheciam os constrangimentos que uma desqualificação da China poderia causar aos interesses nacionais, em face de sua grande importância como origem de investimentos e financiamentos e fonte de superávits comerciais. Deste modo, Marra *et al* (2021, p. 230) argumentam que o “tratamento frio dado à China [no campo político] foi suplantado pelas oportunidades econômicas e sociais no seio das relações”.

Tais oportunidades foram reforçadas diante do acirramento da guerra comercial sino-americana, uma vez que o contexto de tensão entre os dois gigantes econômicos foi interpretado pelo Brasil como uma substantiva chance de obter ganhos no comércio com as duas frentes, ao menos a curto prazo. Deste modo, Brasília conseguiu aproveitar o cenário para explorar vantagens nas trocas comerciais com as duas maiores economias do mundo, uma vez que a imposição de tarifas e a sobretaxação de produtos, ao encarecerem as importações de bens chineses para os Estados Unidos e vice-versa, abriram espaço para que outros fornecedores



ampliassem sua participação no mercado dos dois países. Ainda que diversos analistas (DOWNES; SÁNCHEZ-ANCOCHEA, 2019; CARVALHO; AZEVEDO; MASSUQUETTI, 2019) argumentem que o prolongamento dos atritos entre a RPC e os EUA pode causar efeitos severos no médio prazo, nomeadamente uma desaceleração econômica em escala global, na qual os países em desenvolvimento seriam os principais afetados<sup>32</sup>, o Brasil foi favorecido no curto prazo devido à sua condição de grande exportador de *commodities*. Tendo sido os produtos agrícolas estadunidenses os mais impactados pelas elevadas tarifas impostas pelo dragão asiático, as vendas brasileiras destinadas à China cresceram 35% em 2018, prelúdio da guerra comercial, quando comparadas ao ano anterior (BBC NEWS, 2019).

O intercâmbio bilateral continuou a alcançar montantes impressionantes após a vitória de Bolsonaro no pleito presidencial de 2018, a despeito de sua postura crítica em relação ao país. Para Túlio Cariello (*apud* BARRUCHO, 2021), membro do CEBC, isso se explica devido à dissonância entre a retórica anti-China de determinadas figuras do governo e as ações concretas de sua gestão. As viagens do Presidente e do Vice à RPC, a vinda de Xi Jinping ao Brasil e a reativação da COSBAN, supramencionadas na seção 4.1, são alguns exemplos de ocasiões que enfatizaram o pragmatismo das relações sino-brasileiras. No âmbito comercial, a crescente participação do país asiático nas cifras das exportações do agronegócio brasileiro motivou a criação do chamado Núcleo China, em 2020. Idealizado pela então Ministra do MAPA, Tereza Cristina, o departamento estratégico foi instituído com o intuito de impulsionar os negócios bilaterais no setor agrícola, atentando para questões estratégicas do relacionamento, como a abertura para novos produtos, a diversificação da pauta comercial, a atração de investimentos e ações de inovação e sustentabilidade (WALLENDORFF; RITTNER, 2020).

Ao se analisar a relação comercial Brasil-China ao longo da gestão Bolsonaro, chama a atenção um fenômeno que vem se solidificando desde o início dos anos 2000: a crescente dependência econômica brasileira em relação ao país asiático. Em 2020, a participação chinesa no total das exportações do Brasil atingiu número recorde: 32,4%, isto é, quase um terço de todos os produtos vendidos foram destinados a uma única nação. A China manteve porcentagens similares na parcela de exportações nos outros anos do governo vigente: 28,7%

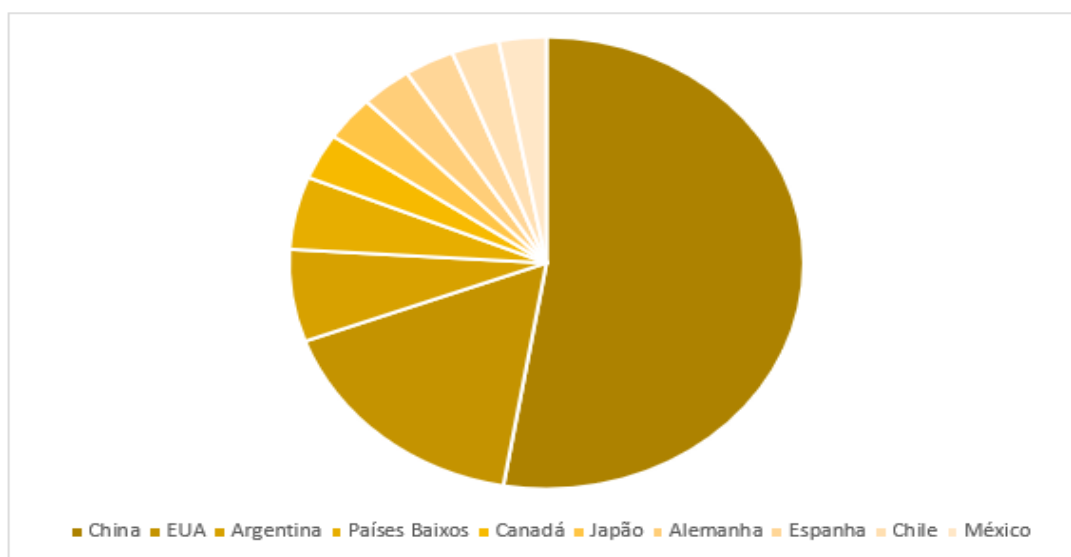
---

<sup>32</sup> A alta das tarifas causada pela disputa comercial sino-estadunidense pode levar a uma recessão a nível global, com instabilidade e retração do PIB de vários países. Esse fenômeno teria efeitos particularmente adversos sobre Estados emergentes diante da tendência de queda dos preços de produtos agrícolas. De acordo com Diego Sánchez-Ancochea (*apud* BBC NEWS, 2019, *s/p*), “esse tipo de ambiente favorece um desaquecimento da economia mundial. Como resultado, a demanda e o preço das *commodities* podem sofrer. Sabemos bem que a América Latina tem grande dificuldade para crescer quando os preços dos produtos primários estão baixos”.

em 2019 e 31,3% em 2021 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2022). Por outro lado, o Brasil não chegou a representar nem mesmo 1,5% das exportações gerais chinesas na média do triênio 2019-21 (OEC, 2022). Esses dados salientam um fato que pode soar incômodo à ala anti-China da administração Bolsonaro: ainda que o Brasil seja um Estado importante para a RPC, não é fundamental; em contrapartida, a RPC se torna cada vez mais essencial ao funcionamento da economia brasileira, ao passo que outros parceiros tradicionais do país perdem força no comércio bilateral.

Nesse contexto, as trocas comerciais com os Estados Unidos, segundo principal parceiro comercial brasileiro, registraram em 2020 os piores números em onze anos, com uma contração de 27,7%, em decorrência dos desdobramentos da crise ocasionada pelo COVID-19 (ROSA, 2020). No mesmo ano, a fatia da participação estadunidense nas exportações do Brasil constituiu 10,3% do total, menos de um terço da participação chinesa (32,4%). A Argentina, por seu turno, também observou sua importância comercial para o sócio sul-americano decair na última década: o valor das exportações brasileiras caiu pela metade entre 2011 e 2021, saindo de US\$ 22,7 bilhões para US\$ 11,8 bilhões (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2022). Deste modo, ao se considerar os dez maiores parceiros comerciais do Brasil, as exportações para a China ultrapassam, em US\$ 2 bilhões, a soma do total das vendas para os outros nove países (US\$ 85,9 bilhões). O gráfico a seguir, ao comparar o desempenho do comércio brasileiro com uma série de importantes parceiros, corrobora o peso do mercado chinês na economia do Brasil:

**GRÁFICO 2: Principais destinos das exportações brasileiras (2020)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do Ministério da Economia (2022)

Assim, no auge das crises sanitária e econômica globais, enquanto se observou uma desaceleração do comércio com a grande maioria dos países em meio aos desequilíbrios provocados pela pandemia, a dependência brasileira perante a China foi aprofundada. Nessas circunstâncias, conforme aponta Santoro (2020, s/p), “os brasileiros descobriram que também precisam da China na cooperação internacional de saúde, para a compra ou fabricação de vacinas, equipamentos de proteção individual, máscaras, respiradores artificiais e outros insumos médicos essenciais para o combate ao coronavírus”<sup>33</sup>, elementos que reforçam a expressiva importância do Estado chinês para o Brasil. Deste modo, conforme pontua Lima (2021, p. 2), essa nova conjuntura testou “a capacidade de cooperação e adaptação dos agentes internacionais, uma vez que existem demandas novas e emergentes, de caráter político, econômico e sanitário, a serem resolvidas”. Tornou-se evidente, nesse sentido, o contraste entre o declínio de históricos parceiros comerciais brasileiros e o crescimento chinês.

Diante disso, não obstante as tensões no âmbito político-diplomático e o contexto de crise internacional, as trocas sino-brasileiras atingiram dimensões extraordinárias nos últimos quatro anos, alcançando pela primeira vez na História o montante de mais de US\$ 100 bilhões em 2020, consoante ilustra a Tabela VII, em um cenário no qual o total das exportações brasileiras registrou queda considerável. Apesar de ter sido observado um progressivo aumento na importação de produtos originados da China, o Brasil manteve sequenciais superávits no comércio bilateral, chegando a lograr saldo de US\$ 40 bilhões em 2021. De acordo com Barral (*apud* THOMSON REUTERS, 2021), a intensificação do fluxo comercial com a RPC na gestão Bolsonaro foi beneficiada por dois fatores: o surto de peste suína no território chinês, que fez crescer a demanda por carnes; e a rápida recuperação do dragão asiático em relação à pandemia do COVID-19, que refletiu na alavancagem do apetite chinês por outros produtos básicos.

**TABELA VII: Intercâmbio comercial Brasil-China (em milhões USD) (2019-22)**

	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Jan/Out 2022</b>
<b>Exportações</b>	63.357,5	67.788,1	87.907,9	76.458,1

<sup>33</sup> Dentre os esforços da luta contra o COVID-19 no Brasil, a Câmara de Comércio Exterior zerou a alíquota do Imposto de Importação (II) sobre mais de 50 produtos médicos e hospitalares, como álcool em gel, luvas e máscaras de proteção, artigos de uso cirúrgico e gel antisséptico (ALKMIM *et al*, 2021).

<b>Part. (%) no Total Brasil</b>	28,7	32,4	31,3	27,2
<b>Importações</b>	36.028,3	34.778,4	47.650,9	51.025,6
<b>Part. (%) no Total Brasil</b>	19,4	21,9	21,7	22,3
<b>Saldo</b>	27.329,2	33.009,7	40.257	25.432,5
<b>Corrente</b>	99.385,8	102.566,5	135.558,8	127.483,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Economia (2022)

Todavia, à medida que o comércio bilateral continua a crescer, outro padrão se acentua: o caso da reprimarização produtiva brasileira, explicitado pela concentração da pauta exportadora em poucos produtos de baixo valor agregado e teor tecnológico. Pelo fato de o Brasil desempenhar papel central na cadeia alimentícia global como um dos mais importantes fornecedores de bens primários, é possível notar, desde a virada do século, um direcionamento mais claro para o aprofundamento da especialização do Estado na produção e exportação primária (LIMA, 2021). Cabe ressaltar, nesse sentido, que essa tendência trouxe melhoras substanciais aos indicadores econômicos brasileiros, estimuladas sobretudo por movimentos de alta dos preços internacionais de *commodities*. Por outro lado, o Brasil importa bens cada vez mais complexos da RPC, o que denota que, apesar dos saldos positivos na balança comercial, a manutenção da parca qualidade do comércio exterior brasileiro é um fenômeno crescentemente preocupante. No entanto, Carlos Vidigal argumenta que, por parte do governo, não houve grandes tentativas concretas, para além do discurso, de reverter a situação da pauta de exportações do Brasil:

Em meio à estagnação da economia mundial, a guerra comercial e tecnológica entre Estados Unidos e China e as novas crises no Oriente Médio, o Brasil deveria se ocupar, em primeiro lugar, dos grandes problemas nacionais, como a situação econômica delicada, a crise fiscal, a infraestrutura defasada e a burocracia excessiva. Nesse sentido, o governo estaria empenhado em “pensar o Brasil”, para o que a China poderia contribuir com a intensificação do comércio bilateral e com investimentos em setores de infraestrutura. Assim, o governo Bolsonaro não demonstrava maiores preocupações com o perfil da pauta do comércio com a China, com o tema da transferência de tecnologia, ou em dar maior ênfase à dimensão estratégica dessas relações (VIDIGAL, 2019, p. 13).

Deste modo, a assimetria das relações bilaterais sino-brasileiras se perpetua e os principais desafios do relacionamento comercial são preservados no governo Bolsonaro. Dados do Ministério da Economia (2022) indicam que, no ano de 2021, a agropecuária e a indústria extrativista foram responsáveis por cerca de US\$ 72,5 bilhões das vendas totais para a China.

Destes, somente três produtos — soja, minério de ferro e petróleo bruto —, todos intensivos em recursos naturais, compuseram 79,4% do total. Tomando como exemplo os seis principais produtos exportados para o país asiático no mesmo ano (ver Tabela VIII), a porcentagem chega a quase 90%, ao passo que a soma da participação dos seis bens chineses mais vendidos ao Brasil não alcança um quinto do total. Ao considerarmos a composição da pauta exportadora do Brasil em 2009, ano em que a China se tornou o principal parceiro comercial do país, é possível perceber que o perfil permanece o mesmo, com os mesmos três produtos primários no topo das exportações (OEC, 2022). Assim, a comercialização de *commodities* se mantém como a base da estrutura econômica brasileira. A respeito da reorientação da pauta do Brasil a partir do início do milênio, Lima pontua que a China desempenhou um papel importante nesse processo:

No ano 2000, os Estados Unidos e a Argentina eram os principais parceiros comerciais do Brasil, chegando a adquirir 35% das exportações totais do país. O Brasil supria as demandas destes países com uma diversidade abrangente de produtos que, por sinal, eram majoritariamente de cunho industrial, como veículos, máquinas e peças, e que possuíam alto valor agregado, demonstrando condições de fomentar um crescimento econômico nacional sustentável. Todavia, com o tempo, a China passou a ter mais importância na relação bilateral com o Brasil, até alcançar, em 2009, a posição de seu principal parceiro comercial. Nessa lógica, a China se torna um grande demandante de matérias-primas e outros bens primários, consumindo principalmente soja, minério de ferro e óleo bruto de petróleo. Ademais, outros produtos primários e de interesse chinês, como carnes, que até então não eram produtos tradicionalmente exportados pelo Brasil, passaram a ocupar o *ranking* dos dez produtos brasileiros mais vendidos para o exterior em 2019 (LIMA, 2021, p. 6).

**TABELA VIII: Principais produtos exportados no comércio bilateral Brasil-China (2021)**

<b>Brasil</b>	<b>Part. (%) no Total Brasil</b>	<b>China</b>	<b>Part. (%) no Total China</b>
Minérios de ferro e seus concentrados	32,3	Células solares em módulos ou painéis	4,9
Soja	30,9	Partes para aparelhos receptores de radiodifusão, televisão etc.	3,4
Petróleo bruto	16,2	Partes para aparelhos de telefonia	2,7

Carne bovina congelada	4,4	Adubos/fertilizantes minerais químicos	1,7
Celulose química	2,9	Vacinas para medicina humana	1,25
Açúcares de cana	1,6	Processadores e controladores	1,2

Fonte: Dados extraídos de ComexStat/MDIC (2022)

De maneira geral, ao se analisar a gestão Bolsonaro com uma lente de aumento focada nas relações com a China, percebe-se a tentativa de conciliar um discurso sinóforo, racista e neoconservador de parte do governo com uma dependência econômica cada vez mais consolidada e robusta. Se, em sua campanha eleitoral, o Presidente prometeu entregar uma diplomacia sem viés ideológico, o que se observou, em realidade, foi o que Josias de Souza (2021) chamou de ideologia sem diplomacia. A política externa de Bolsonaro sob Ernesto Araújo, sem quaisquer planos de servir à execução dos interesses nacionais, expôs as vulnerabilidades do país continental e a incapacidade do governo de lidar não somente com os desafios que envolvem a posição subdesenvolvida e periférica do Brasil, como com as adversidades de um Sistema Internacional em constante transformação. Neste contexto, as relações político-diplomáticas sino-brasileiras atravessaram um momento de crise.

Mesmo com a substituição de Araújo no Itamaraty, condutas agressivas diante do principal aliado comercial do Brasil se mantiveram constantes, o que se refletiu em repreensões mais firmes à medida que a diplomacia chinesa se torna cada vez mais assertiva. Todavia, não houve grandes retaliações da RPC ao Brasil. Isso se deve ao fato de que o sentimento anti-China aflorado tanto dentro quanto fora do governo não ultrapassou o campo da retórica e foi, em certa medida, pulverizado por setores que, preocupados com os prejuízos que tais atritos poderiam ocasionar aos interesses brasileiros, empenharam-se em normalizar as relações em um movimento de reparação de danos. Deste modo, a ala mais radical e ideológica da gestão foi de encontro a pressões de grupos de interesse domésticos — alguns dos mais ferrenhos apoiadores de Jair Bolsonaro — para a adoção de uma postura mais pragmática nas relações com o gigante asiático, que melhor atenda aos interesses e necessidades brasileiros no contexto de multipolaridade, competição e transição hegemônica.

Assim, é possível verificar que, em face da influência de determinados grupos internos, alguns ajustes foram feitos em relação a temas sensíveis da política externa, como a parceria sino-brasileira. Ainda que essa correção de rumos não tenha significado o abandono total do

discurso ocidentalista e ideológico no cerne do governo, retratou uma adequação aos interesses de certos setores da política nacional. Por outro lado, a ascensão da família Bolsonaro, somada à eclosão da pandemia do COVID-19, deixaram um legado ambíguo para o relacionamento Brasil-China: ao passo que a importância da segunda para o primeiro foi reforçada nos últimos anos, evidencia-se paralelamente o robustecimento de um grupo expressivo de opinião pública que se mostra irredutivelmente crítico à RPC. Como o dragão chinês tem apresentado uma retórica mais direta e afrontosa desde a consolidação de Xi Jinping no PCCh, elementos como esse podem agregar ao tensionamento das relações.

No plano econômico-comercial, ainda que o intercâmbio bilateral tenha alcançado números-recorde nos quatro anos do governo Bolsonaro, resultando em uma série de saldos positivos ao lado brasileiro, os mesmos desafios observados durante o governo Lula não foram solucionados pela gestão vigente. A pauta pouco diversificada, baseada sobretudo em produtos primários de baixa intensidade tecnológica, além de salientar a assimetria comercial entre Brasil e RPC, faz com que o país sul-americano não seja, necessariamente, um parceiro essencial à China. Em outras palavras, enquanto o mercado chinês se mostra vital para o bom desempenho da economia brasileira, a China pode, futuramente, buscar alternativas através da expansão dos laços comerciais com outros países produtores de *commodities*, o que poderia acarretar efeitos negativos à balança comercial brasileira. De fato, a China já tem se movimentado de modo a aumentar sua gama de fornecedores em diferentes regiões do mundo, financiando projetos agrícolas em locais com características similares às do Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descentralização político-econômica e a multipolarização que dominam as transformações na estrutura de poder da configuração internacional do início do século XXI designam a emergência de atores não-convencionais — isto é, aqueles que não se encaixam na dimensão ocidental de países desenvolvidos —, que se mostram, cada vez mais, peças fundamentais no xadrez global. Portanto, as movimentações do sistema explicitam a importância de se olhar para além do mundo ocidental nas relações internacionais, compreendendo as relações e dinâmicas interestatais à luz das mudanças sistêmicas que permeiam as diferentes regiões do globo. É nesta conjuntura que a República Popular da China emerge como um desafio à hegemonia estadunidense. Assim sendo, o mundo contemporâneo se encontra em meio a um processo de transição hegemônica, ainda em andamento, que poderá vir a termo com o advento de um novo hegemon.

Ao passo que a Ásia, em geral, torna-se o epicentro das transformações mundiais, e a China, em particular, consolida-se como grande potência emergente, a primeira década do século vigente assistiu à transposição do núcleo de poder da economia global do Atlântico para o Pacífico. Paralelamente, em um curto período de tempo, o dragão chinês estabeleceu relações mais estreitas com a América Latina e outras regiões do chamado Terceiro Mundo. Apesar do vasto crescimento observado nas últimas décadas, a RPC ainda enfrenta uma série de problemas e desafios internos em termos de desenvolvimento, mantendo-se como parte dos países pertencentes ao Sul Global. Assim, a Cooperação Sul-Sul é um tema recorrente nos discursos oficiais e parte basilar de sua estratégia de ascensão pacífica. Deste modo, à medida que a China busca estabelecer um novo consenso no caminho para a construção de um mundo pós-ocidental, as nações em desenvolvimento se revelam de grande relevância para a consecução de seus planos, seja pela defesa da criação de um ambiente internacional mais justo e com menos constrangimentos, seja pela importância de tais regiões como fonte de *commodities* caras ao crescimento chinês. Nesse sentido, as relações entre os dois maiores países em desenvolvimento de seus respectivos hemisférios despontam como um tema pertinente.

Posto isso, ao longo desta pesquisa, os vínculos Brasil-China foram analisados desde o estabelecimento formal das relações, em 1974, com enfoque especial nos governos Lula e Bolsonaro. A retomada da evolução do relacionamento bilateral ao longo das décadas, a partir da perspectiva histórica apresentada no primeiro capítulo, fez-se importante e necessária para uma compreensão mais abrangente de como foi construída uma parceria de alto nível entre os



dois países, levando-se em consideração os avanços e reveses das relações, a depender da política externa perseguida por cada governante brasileiro. Nesse sentido, foi possível perceber como as noções particulares de cada governo a respeito dos interesses nacionais e dos melhores meios para concretizá-los foram refletidas no relacionamento sino-brasileiro, o que se mostrou ainda mais evidente nos capítulos dois e três, por meio da investigação das gestões Lula e Bolsonaro.

Diante disso, as contribuições da Análise de Política Externa se mostram um instrumento de grande valia para a compreensão das motivações, objetivos e condicionantes que orientaram a ação externa do Brasil ao longo de dois momentos-chave da política brasileira no século XXI. Nesse contexto, as inclinações ideológicas que caracterizaram os dois governos analisados desempenharam um papel significativo na definição das diretrizes que guiariam a estratégia de inserção internacional do país no sistema. Todavia, também deve-se considerar, assim como defendido por Robert Putnam (2010), que a formulação da agenda de política externa de um país é influenciada por uma multiplicidade de fatores e atores — estatais e não-estatais — cujas convicções e valores têm peso na construção das preferências nacionais.

Logo, foi a partir dessa observação que o problema de pesquisa do presente trabalho foi levantado: como as alterações internas de poder no Brasil impactaram o desenvolvimento das relações bilaterais sino-brasileiras durante os governos Lula e Bolsonaro? Como percebido ao longo do estudo, a ascensão de uma determinada ideologia defendida pelos grupos que se encontram no poder ou são favorecidos por ele resulta em distintas percepções das necessidades nacionais e de como persegui-las no cenário internacional, de modo que se percebem oscilações na postura do Estado no sistema e em suas relações com os agentes internacionais. Assim, a partir da análise de fontes primárias e secundárias e da aplicação de conceitos relacionados à área de Relações Internacionais, a hipótese preliminar proposta na introdução da pesquisa foi corroborada.

Para fins de recapitulação, foi sugerido que as alternâncias de governo observadas com a ascensão de Luiz Inácio “Lula” da Silva e a ulterior eleição de Jair Messias Bolsonaro exerceram um impacto direto na política externa do Brasil e, conseqüentemente, em seu relacionamento com o dragão chinês. Nesse sentido, as mudanças ideológicas constatadas nesses dois governos resultaram na formulação de diferentes objetivos a serem empreendidos pelo Brasil na arena internacional, de maneira que o relacionamento com a China assumiu posições variadas dentro da agenda de prioridades do Brasil. Enquanto a aliança sino-brasileira atingiu seu apogeu na primeira década do novo século, sob os mandatos de Lula, assistiu-se ao seu enfraquecimento político e diplomático no período atual. Todavia, Brasília se beneficia do

pragmatismo chinês, que pensa a longo prazo e compreende a momentaneidade da política de governo bolsonarista e a importância da manutenção das relações sino-brasileiras em seu processo de ascensão internacional.

Diante disso, a gestão Lula compreendeu a urgência de delegar maior atenção a atores periféricos fora da órbita ocidental, encontrando na diversificação de parcerias e no multilateralismo caminhos para a conquista da autonomia e reconhecimento internacionais e a concretização dos interesses nacionais. Dentre o estreitamento das relações com os vizinhos sul-americanos, a África, o Oriente Médio e a Ásia, destacou-se o amadurecimento e a incrementação da parceria estratégica sino-brasileira, que adquiriu novos contornos e alcançou um novo patamar. Deste modo, a condução de um diálogo profícuo entre membros do alto escalão dos Estados, caracterizado por intensos contatos de alto nível e dinâmico cronograma de visitas oficiais, a constante reafirmação da importância da China na agenda de prioridades brasileiras, e as acentuadas trocas comerciais são elementos que salientam que, não obstante a existência de atritos e dissensões, as relações Brasil-China alcançaram seu grande ápice durante o governo de Lula da Silva.

Os esforços voltados para a promoção de uma política externa universalista, ativa e ativa foram materializados em projetos palpáveis, o que conferiu às relações sino-brasileiras uma natureza verdadeiramente estratégica, apesar de a parceria entre os países ter sido instrumentalizada dez anos antes da ascensão do político petista à Presidência da República. Deste modo, a criação de mecanismos bilaterais de concertação como a COSBAN e o CEBC demonstraram a intenção das duas nações de imbuir em suas relações internacionais práticas como o profissionalismo e o pragmatismo, vistas como determinantes para o êxito de suas políticas domésticas. Assim, é inequívoco que o Brasil de Lula soube lograr do contexto internacional favorável para se impor como um *global player* e, ao assimilar a relevância e o crescente papel dos países emergentes, sobretudo da China, no sistema, inseriu-se na nova ordem como um ator promissor dotado de grande prestígio internacional.

Em contrapartida, o crescimento extraordinário do dragão asiático, nas últimas décadas, é fonte de oportunidades e desafios no plano econômico-comercial. A participação chinesa na balança de comércio do Brasil começou a crescer em cadência vertiginosa desde o início do século, mas atingiu cifras exorbitantes a partir do governo Lula, especialmente em decorrência do *boom* das *commodities*, fenômeno de alta global dos preços de matérias-primas causado pela elevação da demanda interna da China. Se essa ocorrência permitiu ao Brasil uma série de ganhos em face da intensificação das trocas comerciais, fator que levou a RPC a se tornar, em 2009, o principal parceiro comercial do Brasil, findando um longo histórico de preponderância

norte-americana no comércio exterior do país, também evidenciou, por outro lado, uma tendência preocupante: os processos de reprimarização e desindustrialização brasileiras, que escancaram a crescente assimetria do relacionamento sino-brasileiro. Em outras palavras, o Brasil se consolida cada vez mais como um produtor e exportador de produtos intensivos em recursos naturais, ao passo que a indústria brasileira ocupa crescentemente uma posição irrisória na composição da pauta de exportações, principalmente aquelas destinadas à RPC.

Apesar de esta ser uma condição estrutural do Brasil, fruto de sua posição semi-periférica, que enraizou determinados padrões de comércio e produção, a reascensão da China em um cenário internacional marcado pela globalização e pela competição atuou como um catalisador desse quadro. A alta demanda chinesa por *commodities* proporciona ao país sul-americano lucros vultosos e sequenciais superávits a curto prazo, o que ajuda a camuflar as consequências que essa dinâmica pode causar a longo prazo, sobretudo diante da manutenção dos interesses dos setores agroexportador e extrativista, que possuem considerável força política e se beneficiam com a perpetuação dessa lógica. Ademais, a condição da China de “fábrica do mundo” — fator que possibilitou sua ascensão como potência emergente — amplia a pressão competitiva e a concorrência dos produtos manufaturados brasileiros no mercado internacional, que ainda esbarram em uma série de gargalos domésticos, como altos custos, logística deficiente e políticas contracionistas. Ainda que a pauta da especialização produtiva do Brasil tenha se feito presente nos dois momentos estudados, não houve, tanto no governo Lula quanto na gestão Bolsonaro, ações concretas para que tal problema fosse solucionado.

Nesse sentido, embora o intercâmbio bilateral tenha registrado números-recorde nos últimos quatro anos, com consecutivos saldos comerciais positivos para o lado brasileiro, o país continua a ser impactado pelos mesmos flagelos de duas décadas atrás, perpetuando um padrão de dependência cada vez mais perceptível. Para além disso, a ascensão de Bolsonaro refletiu uma ameaça ao patrimônio sino-brasileiro construído e aperfeiçoado ao longo de quase meio século de relação. A direção exclusivamente ideológica e aparentemente sem rumo do governo vigente no Brasil, reproduzida em forma de reações ofensivas à China, resultou no isolamento diplomático do país, sobretudo após a derrota de Donald Trump no pleito presidencial dos Estados Unidos. Em certos períodos, a participação de setores da sociedade na formulação da política externa brasileira não traduz as necessidades do país no exterior, uma vez que interesses individuais são postos em detrimento dos interesses nacionais. Portanto, nota-se, nos últimos anos, um processo de esvaziamento da política exterior do Brasil, que se viu agravado com a eleição de Bolsonaro. Apesar de as linhas da ação brasileira no exterior se mostrarem claras, seu caráter de política pública dá lugar cada vez mais a um projeto que visa

beneficiar apenas determinados grupos sociais, cujos interesses políticos, econômicos e ideológicos convergem. Assim, observa-se uma tentativa do governo de utilizar a política externa brasileira como uma ferramenta de diálogo com sua base eleitoral.

Percebeu-se, nesse sentido, um embate entre grupos de interesse no seio do jogo político brasileiro: de um lado, vertentes mais radicais e ocidentalistas — refletidas nas figuras do próprio Presidente, de seu filho, Eduardo, e do ex-Chanceler Ernesto Araújo, dentre outros — foram responsáveis por ataques contínuos à RPC, intensificados com a eclosão da pandemia do COVID-19, que ocasionaram firmes repreensões do lado chinês. Deste modo, a inserção internacional foi utilizada na construção de uma narrativa neoconservadora que bebe da ignorância sobre as Relações Internacionais, evidenciando uma falta de tato e de consciência sobre as próprias vicissitudes do sistema e a formulação de uma agenda pífia, desastrada e sem qualquer estratégia voltada ao desenvolvimento do Estado. Por outro lado, as alas mais moderadas empreenderam esforços regulares para conter os danos causados pelo discurso sinófono. Destacam-se, nesse contexto, dois grupos: os militares — representados pelo Vice-Presidente, Hamilton Mourão —, que se veem como defensores dos interesses nacionais de longo prazo, e os setores exportadores, que temem represálias no âmbito econômico-comercial. Deste modo, a participação de certos grupos de interesse ajudou a pulverizar a orientação exclusivamente ideológica da política exterior brasileira e imprimir maior pragmatismo às relações.

Assim, é possível notar que, apesar das relações político-diplomáticas terem adentrado um momento de inflexão com a ascensão de Bolsonaro, o Brasil não sofreu grandes retaliações do dragão chinês. Diante disso, o país foi favorecido pelo pragmatismo da RPC, que compreende o modelo da democracia ocidental, marcado por governantes efêmeros. Todavia, isso se deveu principalmente ao fato de que o sentimento anti-China aflorado tanto dentro quanto fora do governo não ultrapassou o campo da retórica. Nos últimos anos, vem se observando que o país asiático tem adotado uma abordagem mais agressiva na arena internacional. A ascensão da China no cenário mundial, impulsionada pelo rápido crescimento econômico, orientou uma mudança dramática em sua política externa, seguindo uma direção mais assertiva e confrontacional na busca por salvaguardar seus interesses nacionais e reagir às décadas de tratamento hostil por parte do ocidente. Deste modo, caso os grupos de interesse domésticos não tivessem forçado uma adequação da política exterior brasileira, é possível que o Brasil tivesse sofrido consequências mais severas, como foi o caso da Austrália.

Nesse sentido, a analogia expressa pelo Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro e habilmente lembrada pelo Embaixador Gao Kexiang se faz mais atual do que nunca: “a

relação Brasil-China é como um elefante: anda lentamente para frente, às vezes pára, depois retoma o caminho, mas dificilmente anda para trás” (*apud* BIATO JUNIOR, p. 45).

É necessário ressaltar que o objeto de estudo aqui proposto contempla apenas uma fração do relacionamento bilateral sino-brasileiro, que se mostra deveras abrangente em outras esferas, como nos planos financeiro e espacial, e também no contexto multilateral. Em decorrência das limitações de um Trabalho de Conclusão de Curso, foi optado por fazer um recorte temático voltado para as relações político-diplomáticas e econômico-comerciais nos governos Lula e Bolsonaro, na tentativa de compreender de que modo as alternâncias de governo no Brasil foram responsáveis por aproximar e afastar os dois países em diferentes circunstâncias da parceria estratégica. Ainda que, atualmente, as afinidades e convergências que foram responsáveis pela aproximação da China e do Brasil no passado já não sejam mais tão perceptíveis em razão da extraordinária ascensão chinesa e do processo de transição hegemônica vigente, a parceria estratégica entre os Estados conserva peso considerável. Deste modo, ao passo que o Brasil se vê cada vez mais dependente de seu aliado asiático, a análise do desenvolvimento de tais relações se revela pertinente na conjuntura corrente vivenciada pelo Sistema Internacional.

## 6 REFERÊNCIAS

ALKMIM, Alef Araújo; CARDOSO, Bruna Stefany de Souza; NASCIMENTO, Larissa Costa; BAPTISTA, José Abel de Andrade. Relações comerciais Brasil e China: os impactos da pandemia COVID-19. **XII FATECLOG** – Gestão da cadeia de suprimentos no agronegócio: desafios e oportunidades no contexto atual, Mogi das Cruzes, jun. 2021.

ARAÚJO, Ernesto. **Discurso do Embaixador Ernesto Araújo na cerimônia de posse como Ministro das Relações Exteriores**. Brasília: FUNAG, 5 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-embaixador-ernesto-araujo-na-cerimonia-de-posse-como-ministro-das-relacoes-exteriores-em-brasilia-02-01-2019>> Acesso em: 9 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Aula Magna do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, no Instituto Rio Branco**. Brasília: FUNAG, 11 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Política Externa: Soberania, Democracia e Liberdade** – Coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2020. Brasília: FUNAG: 2021.

ARAÚJO, Carla; RITTNER, Daniel; MURAKAWA, Fabio. Brasil descarta vetar presença da Huawei em 5G, avisa Mourão. **Valor Econômico**, Brasília, 7 jun. 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/06/07/brasil-descarta-vetar-presenca-da-huawei-em-5g-avisa-mourao.ghtml>> Acesso em: 15 nov. 2022.

AUMENTO da exportação entre Brasil e China na pandemia. **Thomson Reuters Brasil**, 19 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.thomsonreuters.com.br/pt/tax-accounting/comercio-externo/blog/aumento-da-exportacao-entre-brasil-e-china-na-pandemia.html>> Acesso em: 3 dez. 2022.

AZZI, Diego. Jogo de dois níveis à brasileira: interesses de classe e estratégias diplomáticas sob FHC e Lula. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, jan./abr. 2016.

BANDARRA, Leonardo Carvalho L. A. Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. **Meridiano 47 – Journal of Global Studies**, v. 15, n. 141, 2014.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BARRAL, Welber. Agenda China: síntese do trabalho. In: CEBC. Conselho Empresarial Brasil-China. **Agenda China: ações positivas para as relações econômico-comerciais sino-brasileiras**. Rio de Janeiro, 2008.

BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a redemocratização**. Tomo I – 1985-2002. Brasília: FUNAG, 2012a.

\_\_\_\_\_. **A Política Externa após a Redemocratização**. Tomo II – 2003-2010. Brasília: FUNAG, 2012b.

BARRÍA, Cecilia. China: os 3 pilares da expansão do país na América Latina em 2 anos de pandemia de covid-19. **BBC News Mundo**, 23 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59946976>> Acesso em: 26 nov. 2022.

BARRUCHO, Luís. Por que ataques de Bolsonaro à China não prejudicaram comércio com o Brasil. **Estado de Minas**, Economia, 5 ago. 2021. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/08/05/internas\\_economia,1293042/por-que-ataques-de-bolsonaro-a-china-nao-prejudicaram-comercio-com-o-brasil.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/08/05/internas_economia,1293042/por-que-ataques-de-bolsonaro-a-china-nao-prejudicaram-comercio-com-o-brasil.shtml)> Acesso em: 1 dez. 2022.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.

\_\_\_\_\_. O que esperar das relações Brasil-China? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, nov. 2011.

BERRINGER, Tatiana; BELASQUES, Bruna. As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2020.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. **A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.

BOITO, Armando. A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista. **A Terra é Redonda**, 17 out. 2019. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista/>> Acesso em: 5 nov. 2022.

BOLSONARO, Jair Messias. **Pronunciamento do Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro na Câmara dos Deputados**. Câmara dos Deputados: DETAQ – Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Sessão 228.2.55.O, 19 set. 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=228.2.55.O&nuQuarto=85&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:42&sgFaseSessao=BC&Data=19/09/2016&txApelido=JAIR%2520BOLSONARO,%2520PSC-RJ>> Acesso em: 13 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Nossa passagem por Israel, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Taiwan tem deixado cada vez mais claro o norte que queremos para o nosso Brasil [...]** 5 mar. 2018. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/970666824835784704?lang=en>> Acesso em: 13 nov. 2022.

BORON, Atilio A. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. **Brasil de Fato**, Análise, 2 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>> Acesso em: 6 nov. 2022.

BRASIL. **Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. Ministério das Relações Exteriores, 15 ago. 1974. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/2183?page=11&s=china&tipoPesquisa=1>> Acesso em: 7 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto no 83.282, de 13 de março de 1979. Promulga o Acordo Comercial Brasil – República Popular da China. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 13 mar. 1979.

Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83282-13-marco-1979-432522-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 1 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view>> Acesso em: 2 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, n. 94, ano 31, 1o sem. 2004.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Wu Bangguo e Renan Calheiros discutem integração entre Brasil e China**. Brasília, DF: Agência Senado, 29 ago. 2006. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/08/29/wu-bangguo-e-renan-calheiros-discutem-integracao-entre-brasil-e-china>> Acesso em: 16 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas áreas de saneamento e habitação**. Brasília, 22 jan. 2007. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/22-01-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-de-aceleracao-do-crescimento/view>> Acesso em: 7 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Brasil-China: Reunião da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). **Nota à imprensa Nº 63/2019**, 14 mar. 2019. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/brasil-china-reuniao-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban-14-de-marco-de-2019](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/brasil-china-reuniao-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban-14-de-marco-de-2019)> Acesso em: 16 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente Jair Messias Bolsonaro na abertura do Seminário “O NDB e o Brasil: Parceria Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável”**. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 13 nov. 2019.

BRASIL reconhece a China de Mao. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 1974. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_16ago1974.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_16ago1974.htm)> Acesso em: 7 jun. 2022.

CABRAL, Severino. O diálogo estratégico sino-brasileiro. In: **Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades**. Brasília: FUNAG, 2011.

CAPOMACCIO, Sandra. Crise recente com China resalta isolamento diplomático do Brasil. **Jornal da USP**, Atualidades, 17 fev. 2021. Disponível em:



<<https://jornal.usp.br/atualidades/crise-recente-com-china-ressalta-isolamento-diplomatico-do-brasil/>> Acesso em: 24 abr. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de Posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional**. Brasília, 01 de janeiro de 1995. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/tv/218858-discurso-de-posse-do-presidente-da-republica-fernando-henrique-cardoso>> Acesso em: 25 jun. 2022.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: uma análise dos governos Lula e Dilma. São Paulo: Todavia, 2018. Resenha de: PESSOA, Márcio Kleber Moraes; HAGUETTE, André. Resenha, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 34, n. 101, 2019.

CARVALHO, Monique Fernandes Pereira; AZEVEDO, André Filipe Zago de; MASSUQUETTI, Angélica. O Brasil no contexto da guerra comercial entre EUA e China. **Anais do XXII ANPEC SUL**, Encontro de Economia da Região Sul, Maringá, jul. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2011.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 46, n. 2, 2003.

\_\_\_\_\_. **Do projeto desenvolvimentista à globalização**. In: História da política exterior do Brasil. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2011.

CHACON, Vamireh. **Política externa da China na virada do século XX para o XXI**. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). Brasil e China: multipolaridade. Brasília: IPRI, FUNAG, 2003.

CHEN, Duqing. Pronunciamento do Embaixador da República Popular da China na República Federativa do Brasil, no XIX Fórum Nacional no Rio de Janeiro, 14 maio 2007. In: **Parceria estratégica entre a China e o Brasil**. Brasília, 16 maio 2007. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t319567.htm>> Acesso em: 26 jun. 2022.

CHINA. Embaixada da República Popular da China no Brasil. **Órgãos legislativos brasileiro e chinês criam mecanismo de intercâmbio regular**. Brasília, 2006a. Disponível em: <[http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbgx/200608/t20060831\\_4348856.htm](http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbgx/200608/t20060831_4348856.htm)> Acesso em: 16 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Embaixada da República Popular da China no Brasil. **Wu Bangguo elogia associação estratégica sino-brasileira**. Brasília, 2006b. Disponível em: <[http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbgx/200609/t20060901\\_4348858.htm](http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbgx/200609/t20060901_4348858.htm)> Acesso em: 16 out. 2022

\_\_\_\_\_. Embaixada da República Popular da China no Brasil. **Referendo sobre pedido de acesso de “Taiwan” às Nações Unidas**. Brasília, 2008a. Disponível em: <[http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbgx/200803/t20080307\\_4348875.htm](http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbgx/200803/t20080307_4348875.htm)> Acesso em: 19 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Embaixada da República Popular da China no Brasil. **Visita ao Brasil do Senhor He Guoqiang, alto dirigente do Partido Comunista da China**. Brasília, 2008b. Disponível em: <[http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbgx/200807/t20080704\\_4348888.htm](http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbgx/200807/t20080704_4348888.htm)> Acesso em: 19 out. 2022

\_\_\_\_\_. Embaixada da República Popular da China no Brasil. **Comunicado Conjunto – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, Yang Jiechi – Brasília, 18 a 20 de janeiro de 2009.** Brasília, 2009a. Disponível em: <[http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/200903/t20090305\\_4348905.htm](http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/200903/t20090305_4348905.htm)> Acesso em: 21 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Embaixada da República Popular da China no Brasil. **Vice-presidente chinês reúne-se com Lula.** Brasília, 2009b. Disponível em: <[http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/200902/t20090225\\_4348902.htm](http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/200902/t20090225_4348902.htm)> Acesso em: 21 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Embaixada da República Popular da China no Brasil. **Visita do Vice-Presidente da República Popular da China, Xi Jinping.** Brasília, 2009c. Disponível em: <[http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/200903/t20090305\\_4348906.htm](http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/200903/t20090305_4348906.htm)> Acesso em: 21 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Embaixada da República Popular da China no Brasil. **China e Brasil prometem promover cooperação jurídica.** Brasília, 2009d. Disponível em: <[http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/200909/t20090924\\_4348931.htm](http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/200909/t20090924_4348931.htm)> Acesso em: 22 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Embaixada da República Popular da China no Brasil. **Especial: China e Brasil reforçam sua parceria estratégica.** Brasília, 6 jan. 2010. Disponível em: <[http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/201001/t20100106\\_4348947.htm](http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/201001/t20100106_4348947.htm)> Acesso em: 23 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **As suas palavras são extremamente irresponsáveis e nos soam familiares [...]** 18 mar. 2020. 2020a. Twitter: @EmbaixadaChina. Disponível em: <[https://twitter.com/EmbaixadaChina/status/1240443671767650304?ref\\_src=twsrc%5Etfw](https://twitter.com/EmbaixadaChina/status/1240443671767650304?ref_src=twsrc%5Etfw)> Acesso em: 21 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Embaixada da República Popular da China no Brasil. **Declaração do porta-voz da Embaixada da China no Brasil sobre comentários difamatórios de um deputado federal brasileiro.** Brasília, 25 nov. 2020. 2020b. Disponível em: <[http://br.china-embassy.gov.cn/por/sgnds/202011/t20201125\\_4466596.htm](http://br.china-embassy.gov.cn/por/sgnds/202011/t20201125_4466596.htm)> Acesso em: 22 nov. 2022.

CHINA reage à acusação de Eduardo Bolsonaro sobre 5G. **Exame**, 25 nov. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/china-reage-a-acusacao-de-eduardo-bolsonaro-sobre-5g/>> Acesso em: 22 nov. 2022.

COMEX STAT – Estatísticas de Comércio Exterior. **Exportação e Importação Geral.** Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>> Acesso em: 3 dez. 2022.

CONDE, Leandro C. D. A dimensão política da humilhação e do reconhecimento na análise da política externa dos países emergentes. **Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)**, 9º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Montevideu, 16-18 jul. 2017.

CORRÊA, Luis Felipe de Seixas. A política externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Org.). **Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Crescimento, Modernização e Política Externa.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. v. 1.

CORRÊA, Tammy Eduarda. **A alternância política na América Latina: a guinada da direita na Venezuela, Chile, Brasil e Argentina.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade do Vale do Taquari: Univates. Lajeado, nov. 2020.

COSTA, Guilherme Octávio Morais. **A evolução do comércio entre Brasil e China: uma análise das relações comerciais bilaterais sino-brasileiras.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2015.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica.** 2. ed. rev. Brasília: FUNAG, 2017.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente.** Ed. atualizada. Brasília: FUNAG, 2011.

DICK, Patrícia Paloschi. **A parceria estratégica entre Brasil e China: a contribuição da política externa brasileira (1995-2005).** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

ECONOMIA da China cresce no menor ritmo em 3 décadas: como isso pode afetar o Brasil? **BBC News Brasil**, 21 out. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50098588>> Acesso em: 1 dez. 2022.

EIRAS, André. Autonomia pela diversificação: continuidade e mudança na política externa do governo Lula. In: **Anais do 3º Encontro Nacional da ABRI.** São Paulo, 20-22 jul. 2011.

EM tom amistoso, Bolsonaro assina 9 atos com a China. **Época Negócios**, 13 nov. 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/11/em-tom-amistoso-bolsonaro-assina-9-atos-com-china.html>> Acesso em: 20 nov. 2022.

FERNANDES, Augusto. Bolsonaro e Queiroga desdenham da eficácia da vacina CoronaVac. **Correio Braziliense**, 16 set. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4949942-bolsonaro-e-queiroga-desdenham-da-eficacia-da-coronavac.html>> Acesso em: 24 nov. 2022.

FERNANDES, Talita. What Brazil's elections could mean for relations with China. **Diálogo Chino**, 24 ago. 2022. Disponível em: <<https://dialogochino.net/en/trade-investment/57418-what-brazils-elections-could-mean-for-relations-with-china/>> Acesso em: 13 nov. 2022.

FIGUEIRA, Ariane C. Roder. **Processo Decisório em Política Externa no Brasil.** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução à análise de política externa**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. O governo Bolsonaro, o neofascismo e a resistência democrática. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Análise da Conjuntura, 12 nov. 2018.

Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-governo-bolsonaro-o-neofascismo-e-a-resistencia-democratica/>> Acesso em: 5 nov. 2022.

FROTA, André; COSTA, Luiz Domingos. A parceria estratégica Brasil-China-EUA. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 30 abr. 2020. Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/opiniao/a-parceria-estrategica-brasil-china-eua/>> Acesso em: 24 out. 2022.

FUKUSHIMA, Kátia Alves; FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. A ascensão da extrema direita e as consequências para as democracias. **Argumentum**, v. 13, n. 2, 2021.

FURTADO, Davi Lúcio. A Sinofobia Brasileira, Fortalecida pela COVID-19, Ameaça as Relações da China com o Brasil. **Revista Perspectiva**, v. 14, n. 27, 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa. **Aspectos teóricos e conceituais**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GENTILE, Emilio. 100 anos do fascismo: ‘O perigo atual é que democracia vire repressão com apoio popular’. [Entrevista concedida a] Angelo Attanasio. **BBC News**, 24 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47686939>> Acesso em: 6 nov. 2022.

GOMES, Renan Magro. **O crescimento brasileiro entre 2000 e 2011: o impulso primário exportador**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. **Sul Global**, v. 1, n. 1, 2020.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. A Política Externa Brasileira I. **Ritmo**, Dossiê Emergência da extrema direita e ameaças à democracia no Brasil, 8 jan. 2020.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. **40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos**. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas – análises e documentos. Brasília: FUNAG, 2016. HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações Econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Tempo Mundo**, v. 1, n. 1, jan. 2016.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão de Capacidade Produtiva e o Financiamento de Longo Prazo no Brasil**. Rio de Janeiro, maio 2018.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

JENKINS, Rhys. The “China effect” on commodity prices and Latin American export earnings. **CEPAL Review**, n. 103, abr. 2011.

JORGE, Miguel. A Agenda China no contexto da Política de Desenvolvimento Produtivo. In: CEBC. Conselho Empresarial Brasil-China. **Agenda China**: ações positivas para as relações econômico-comerciais sino-brasileiras. Rio de Janeiro, 2008.

JUNG, João Henrique Salles. Política externa na Redemocratização (1979-1990): o pragmatismo brasileiro nas relações com os Estados Unidos. **Perspectiva**, Porto Alegre, v. 8, n. 14, 2015.

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**: pensamento e ação, v. 2. Brasília: FUNAG, 2018.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 42, n. 2, 1998.

LAPPER, Richard. Bolsonaro Took Aim at China. Then Reality Struck. **Americas Quarterly**, 23 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/article/bolsonaro-took-aim-at-china-then-reality-struck/>> Acesso em: 13 nov. 2022.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Brasil e China**: 40 anos de relações diplomáticas. Brasília: FUNAG, 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. **Boletim OPSA**, n. 1, jan./mar. 2019.

LIMA, Maria Luiza Caputo. **Relações Comerciais e Políticas entre Brasil e China no Século XXI e os Efeitos da Pandemia do Covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia. 2021.

LOFF, Manuel. “O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21”. [Entrevista concedida a] Ricardo Viel. **Pública**, 29 jul. 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/>> Acesso em: 5 nov. 2022.

LORES, Raul Juste. Lula compara Brasil à China por Rio-16. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 ago. 2008. Política. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0808200824.htm>> Acesso em: 20 out. 2022.

LOWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário — o caso Bolsonaro. **A Terra é Redonda**, 24 out. 2019. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/>> Acesso em: 5 nov. 2022.

LUIZ, Juliana Ramos. **A política externa do regime militar**: entre o ranço ideológico e a atuação pragmática. In: 3º Encontro Nacional ABRI, 3., São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais – USP, 2011.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência**: fundamentos políticos internos. Brasília: FUNAG, 2010.

MALKSOO, Maria. Foreign Policy Analysis. **Brussels School of International Studies**, University of Kent, Canterbury, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARRA, Ana Tereza Lopes; SCHUTTE, Giorgio Romano; TEIXEIRA, Ana Paula; BELASQUES, Bruna; CASTRO, Bruno. Relações Brasil-China no governo Bolsonaro: da ideologia ao pragmatismo. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRINGER, Tatiana (Orgs.). **As bases da política externa bolsonarista: Relações Internacionais em um mundo em transformação**. Santo André: Editora UFABC, 2021.

MAZUI, Guilherme; BARBIERI, Luiz Felipe; RODRIGUES, Mateus. ‘China cada vez mais faz parte do futuro do Brasil’, diz Bolsonaro. **G1**, Brasília, 13 nov. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/13/bolsonaro-recebe-presidente-da-china-no-itaraty-antes-de-cupula-de-lideres-do-brics.ghtml>> Acesso em: 20 nov. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. “Estamos vivendo o capítulo brasileiro da falência global da democracia liberal. [Entrevista concedida a] Vitor Necchi. **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, 25 out. 2018. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/584059-estamos-vivendo-o-capitulo-brasileiro-da-falencia-global-da-democracia-liberal-entrevista-especial-com-luis-felipe-miguel>> Acesso em: 6 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, mar. 2012.

MING, Xia. “China Threat” or a “Peaceful Rise of China”? **The New York Times**, Political Governance, s/d. Disponível em: <<https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/ref/college/coll-china-politics-007.html>> Acesso em: 12 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Secretaria do Comércio Exterior – SECEX. **Resultados do Comércio Exterior Brasileiro: Dados Consolidados**. Disponível em: <[https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes\\_dados\\_consolidados/pg.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html)> Acesso em: 4 dez. 2022.

MORAIS, Ana Clara. Bolsonaro x China: uma guerra verbal com o principal parceiro comercial do Brasil. **A Gazeta**, Política, 7 maio 2021. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/bolsonaro-x-china-uma-guerra-verbal-com-o-principal-parceiro-comercial-do-brasil-0521>> Acesso em: 21 nov. 2022.

MOTA, Camilla Veras. Tensões com China - mas também negócios - aumentam em dois anos de Bolsonaro. **BBC News Brasil**, São Paulo, 15 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55268591>> Acesso em: 13 nov. 2022.

MOTTA, Nelson. Alencar preside na China comissão para incentivar relações bilaterais. **Agência Brasil**, Brasília, 19 mar. 2006. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-03-19/alencar-preside-na-china-comissao-para-incentivar-relacoes-bilaterais>> Acesso em: 15 out. 2022.

MOURÃO, Antônio Hamilton Martins. Brasil descarta vetar presença da Huawei em 5G, avisa Mourão. [Entrevista concedida a] Carla Araújo, Daniel Rittner e Fabio Murakawa. **Valor Econômico**, Brasília, 7 jun. 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/06/07/brasil-descarta-vetar-presenca-da-huawei-em-5g-avisa-mourao.ghtml>> Acesso em: 15 nov. 2022.

MOURÃO: declaração de Eduardo Bolsonaro sobre China não é visão do governo. **CNN Brasil**, 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/declaracao-de-eduardo-bolsonaro-sobre-china-nao-e-visao-do-governo-diz-mourao/>> Acesso em: 22 nov. 2022.

O'CONNOR, Tom; DONOVAN, Shea. With World's Eyes on Beijing, Here's How China Ranks Relations Across Globe. **Newsweek**, World, 16 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.newsweek.com/worlds-eyes-beijing-heres-how-china-ranks-relations-across-globe-1679183>> Acesso em: 22 mai. 2022.

OECD – OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Brazil – Historical Data**. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/bra?yearSelector1=exportGrowthYear26>> Acesso em 4 dez. 2022.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: 30 anos de uma parceria estratégica. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 47, n.1, 2004.

\_\_\_\_\_. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. 2, 2010.

OLIVEIRA Neta, Leila Barbosa de. O impacto da crise econômico-financeira de 2008-2009 nas relações econômicas do Brasil com a China. **Horizonte Científico**, v. 8, n. 1, jul. 2014.

OURO PRETO, Affonso Celso de. [Entrevista concedida a] Oswaldo Biato Júnior. In: **A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.

PAULINO, Tiago Soares. **O jogo de dois níveis na política externa brasileira (1995-2016)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Políticos, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2017.

PASCHOARELLI, Luis Carlos; MEDOLA, Fausto Orsi; BONFIM, Gabriel Henrique Cruz. Características Qualitativas, Quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 1, 2015.

PAUTASSO, Diego. O lugar da China no comércio exterior brasileiro. **Meridiano 47**, Brasília, n. 114, jan. 2010.

PHILLIPS, Tom. Brazilian diplomats 'disgusted' as Bolsonaro pulverizes foreign policy. **The Guardian**, 25 jun. 2019. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/world/2019/jun/25/brazilian-diplomats-disgusted-bolsonaro-pulverizes-foreign-policy>> Acesso em: 12 nov. 2022

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 18, n. 36, jun. 2010.

QUAN, Li; MIN, Ye. China's emerging partnership network: what, who, where, when and why. **International Trade, Politics and Development**, v. 3, n. 2, 2019.

QUERIDO, Giovanna. Para pesquisador da USP, política externa do governo Lula ainda é exemplo para a diplomacia brasileira. **Agência Universitária de Notícias — AUN/USP, Economia e Política**. 7 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.usp.br/aun/index.php/2017/06/07/para-pesquisador-da-usp-politica-externa-do-governo-lula-ainda-e-exemplo-para-a-diplomacia-brasileira/>> Acesso em: 2 out. 2022.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Versal, 2017.

RIEDIGER, Bruna Figueiredo. **A política externa do governo Lula e a estratégia de relações interregionais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

ROSA, Elisa Gargiulo. Comércio Brasil-EUA atinge a pior marca em 11 anos, mostra levantamento da Amcham. **Forbes, Money**, 15 out. 2020. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2020/10/comercio-brasil-eua-atinge-a-pior-marca-em-11-anos-mostra-levantamento-da-amcham/>> Acesso em: 1 dez. 2022.

ROSITO, Tatiana. Evolução das relações econômicas Brasil-China e perspectivas futuras. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas**. Brasília: FUNAG, 2016.

\_\_\_\_\_. **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. Conselho Empresarial Brasil-China, 2020. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2020/11/26/bases-para-uma-estrategia-de-longo-prazo-do-brasil-para-a-china/#:~:text=H%C3%A1%20tr%C3%AAs%20principais%20caminhos%3A%20agrega%C3%A7%C3%A3o,e%20combina%C3%A7%C3%A3o%20de%20importa%C3%A7%C3%B5es%20de>> Acesso em: 26 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. O Plano Decenal Brasil-China 2022-2031: oportunidade de preparação e realinhamento. **CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais**, 4 maio 2020.

SAHD, Fábio Bacila. Neofascismo no Brasil? Posições em debate entre 2018 e 2020. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 34, 2021.



SALOMÓN, Mónica ; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 56, n. 1, 2013.

SANCHES, Mariana. Demissão de Ernesto Araújo: fim de uma gestão sem precedentes na diplomacia brasileira. **BBC News Brasil**, Washington, 21 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56570801>> Acesso em: 23 nov. 2022.

SANT'ANNA, Lourival. China quer status de 'economia de mercado'. **Lourival Sant'Anna**, 25 maio 2004. Disponível em: <<http://www.lourivalsantanna.com/paises/asia/china/china-quer-status-de-economia-de-mercado/>> Acesso em: 12 out. 2022.

SANTANA, Carlos Ribeiro. Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula. **Carta Internacional**, v. 1, n. 3, nov. 2006. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/397>> Acesso em: 21 jun. 2022.

SANTORO, Maurício. Lições pandêmicas sobre as relações Brasil-China. **Jota**, Relações Internacionais, 1 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/licoes-pandemicas-sobre-as-relacoes-brasil-china-01072021>> Acesso em: 3 dez. 2022.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças dos. Erosão na parceria entre China e a cooperação Sul Global. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Relações Diplomáticas, 22 abr. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/erosao-na-parceria-entre-china-e-a-cooperacao-sul-global/>> Acesso em: 17 nov. 2022.

SANZ, Beatriz; MENDONÇA, Heloísa. O lado obscuro do 'milagre econômico' da ditadura: o boom da desigualdade. **El País**, 28 nov. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812\\_344807.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html)> Acesso em: 5 jun. 2022.

SCHERER, Lucas Mondin. A política externa do governo Bolsonaro. **Revista Relações Exteriores**, 23 jun. 2021.

SCHINDLER, Eduardo. **Política externa brasileira no governo Collor**: a busca por um novo modelo de atuação internacional. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SCHUTTE, Giorgio Romano; FONSECA, Bruno Castro Dias da; CARNEIRO, Gabriel Santos. Jogo de dois níveis voltado ao eleitorado: análise da política externa bolsonarista. **Revista Conjuntura Global**, v. 8, n. 2, 2019.

SENRA, Ricardo. Um ano após reclamar que China 'compraria o Brasil', Bolsonaro quer vender estatais e commodities em visita a Xi Jinping. **BBC News Brasil**, 23 out. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50161509>> Acesso em: 20 nov. 2022.

SHANG, Deliang. **Cooperação política entre China e Brasil versus multipolarização**. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). *Brasil e China: multipolaridade*. Brasília: IPRI, FUNAG, 2003.

SILVA, Ana Carolina Braga; FRUTUOSO, Bruna Eduarda Silva. A relação bilateral Brasil-China no governo Lula – 2003 a 2011. **Revista Relações Exteriores**, 15 out. 2020.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de; SOUZA, Bruna Belasques; FONSECA, Bruno Castro Dias da; CARNEIRO, Gabriel Santos; ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira; SANTOS, Vitor Hugo dos. Relações Brasil-China durante a pandemia: abalos no pragmatismo. In: AZZI, Diego Araujo; RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio; SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de (Orgs.). **A política externa de Bolsonaro na pandemia**. São Bernardo do Campo: OPEB UFABC, 2020.

SOUZA, Jesse. A ascensão do fascismo. **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, 13 out. 2018. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583694-a-ascensao-do-fascismo-artigo-de-jesse-souza>> Acesso em: 6 nov. 2022.

SOUZA, Josias de. Crítica de Bolsonaro à China mostra que problema não era só Ernesto Araújo. [Entrevista concedida a] **UOL Notícias**. Youtube. 6 maio 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ctxYeL0Uhas>> Acesso em: 2 dez. 2022.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 47, n. 2, dez. 2004.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018a.

\_\_\_\_\_. Brazil-China Ties to Face Test Under Bolsonaro. **Americas Quarterly**, 2018b. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/article/brazil-china-ties-to-face-test-under-bolsonaro/>> Acesso em: 13 nov. 2022.

SUISHENG, Zhao. Hu Jintao's Foreign Policy Legacy. **E-International Relations**, 8 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Chinese Foreign Policy as a Rising Power to find its Rightful Place. **Perceptions**, v. 18, n.1, 2013.

TEIXEIRA, Anderson Matos. Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. **Geografia em Questão**, v. 10, n. 1, 2017.

TEÓFILO, Sarah. Após crise gerada por Eduardo, Mourão exalta relação entre Brasil e China. **Correio Braziliense**, 26 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/11/4891365-apos-crise-gerada-por-eduardo-mourao-exalta-relacao-entre-brasil-e-china.html>> Acesso em: 22 nov. 2022.

THEOBALD, Ulrich. Foreign Relations 1960-1970. **China Knowledge.de**, Political History, 8 set. 2017. Disponível em: <<http://www.chinaknowledge.de/History/PRC/prc-event-foreignrelations1960-70.html>> Acesso em: 4 jun. 2022.

TIBLE, Jean. Três vertentes do voto Bolsonaro. **Ritimo**, Dossiê Emergência da extrema direita e ameaças à democracia no Brasil, 8 jan. 2020.

TOLEDO, Diego. Em Pequim, Lula diz ‘sentir’ apoio da China para Rio 2016. **BBC Brasil**, 7 ago. 2008. Disponível em:

<[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080807\\_lula\\_rio2016\\_dg](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080807_lula_rio2016_dg)>

Acesso em: 20 out. 2022.

TORTORIELLO, Alexandre Mata. Brasil aceita China como economia de mercado. **BBC News**, Brasília, 12 nov. 2004. Disponível em:

<[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2004/11/041112\\_jintao](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2004/11/041112_jintao)> Acesso em: 12

out. 2022.

UCHOA, Pablo. Eleições 2022: o que está em jogo para a China na decisão brasileira. **BBC News Brasil**, Londres, 1 out. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63094046>> Acesso em: 24 nov. 2022.

VADELL, Javier Alberto; LO BRUTTO, Giuseppe; LEITE, Alexandre Cesar; CRIVELLI, Eduardo. El rol de la cooperación de China en la transformación estructural del Sur global. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, dez. 2020.

VERDÉLIO, Andreia. Bolsonaro se encontra com presidente chinês para assinatura de acordos. **Agência Brasil**, Brasília, 25 out. 2019. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-10/bolsonaro-se-encontra-com-presidente-chines-para-assinatura-de-acordos>> Acesso em: 19 nov. 2022.

VETTORAZZO, Lucas. A despedida do polêmico embaixador da China no Brasil. **Veja**, Política, 25 fev. 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/a-despedida-do-polemico-embaixador-da-china-no-brasil/>> Acesso em: 22 nov. 2022.

VIDAL-LIY, Macarena; GALARRAGA-GORTÁZAR, Naiara. Bolsonaro sela sua reconciliação com a China com propostas de investimento. **El País**, Internacional, 25 out. 2019. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/25/internacional/1572013550\\_723764.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/25/internacional/1572013550_723764.html)> Acesso em: 17 nov. 2022.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política externa brasileira. **Meridiano 47**, n. 20, 2019.

\_\_\_\_\_. A Ásia na política externa do Brasil. In: **Curso de Atualização em Estudos Asiáticos**, Centro de Estudos Asiáticos (CEA-UFF); Instituto de Estudos da Ásia (IEÁSIA-UFPE), 15 abr. 2021.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

WALLENDORFF, Rafael; RITTNER, Daniel. Ministério cria o ‘Núcleo China’. **Valor Econômico**, Brasília, 11 fev. 2020. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/02/11/ministerio-cria-o-nucleo-china.ghtml>> Acesso em: 1 dez. 2022.

WORLD BANK. **GDP growth (annual %) – China**. The World Bank Group, World Development Indicators, 2022. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2020&locations=CN&start=2014&view=chart>> Acesso em: 10 jun. 2022.

XAVIER, Nathaly Silva. **Aspectos político-econômicos da ascensão chinesa (2001-2007)**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nov. 2008.

XI, Jinping. **A governança da China**. Volume 1. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto – Foreign Language Press, 2019.

YAFENG, Xia. The Cold War and Chinese Foreign Policy. **E-International Relations**, 16 jul. 2008. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2008/07/16/the-cold-war-and-china/>> Acesso em: 4 jun. 2022.

ZARUR, Camila; OLIVEIRA, Eliane. Chanceler de Bolsonaro diz que reação de embaixador chinês ‘foi inaceitável’ e cobra retratação. **O Globo**, Mundo, 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/chanceler-de-bolsonaro-diz-que-reacao-de-embaixador-chines-foi-inaceitavel-cobra-retratacao-24315061>> Acesso em: 22 nov. 2022